

**REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E  
HISTÓRIA MILITAR  
DO  
BRASIL**



**ANO: 80 N° 108 2021**

**ISSN: 0020-3890**



**EXPEDIENTE**

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 73.

Representante do Brasil na Comissão  
Internacional de História Militar

**Presidente do IGHMB**

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

**Diretor e editor da Revista do IGHMB**

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

**Secretário do IGHMB**

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

**Conselho Editorial**

Cel Manoel Cândido Andrade Netto

Cel Antônio Ferreira Sobrinho

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Ten Cel Maristela da Silva Ferreira

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro

20.040-009 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

[ighmb.org.br](http://ighmb.org.br)

[ighmb-historiamilitar@hotmail.com](mailto:ighmb-historiamilitar@hotmail.com)

- 2 – Editorial
- 5 – Os 190 anos de criação da Guarda Nacional  
Ten Cel PM André Luís Woloszyn
- 20 – “Cumprindo no espaço a missão dos condores”  
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz e  
Ten Cel Wagner Alcides de Souza
- 40 – Almirante Gago Coutinho  
CMG Augusto Alves Salgado e  
Auditor Carlos Alves Lopes
- 51 – Academia de Polícia Militar do Barro Branco  
Cap PM Fernando de Medeiros Vasconcelos
- 58 – 220 anos do Tratado de Badajoz  
Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis
- 72 – A Revolta de Jacareacanga  
Cel FAB João Rafael Mallorca Natal
- 88 – Carlos Antonio Napion: legado  
1º Ten Alexandre Marques de Medeiros e  
Sten José Carlos Meireles da Silva
- 107 – A Missão Militar Francesa, as Transmissões  
Militares no Brasil e a criação da Arma de  
Comunicações  
Ten Cel Ronner Machado Mangaravite
- 119 – A Banda de Música Divisionária da FEB  
Cap João Carlos Talina
- 149 – Resenha – *Dom Luiz na Grande Guerra*  
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Os anúncios desta revista são de total responsabilidade dos anunciantes, excluindo qualquer responsabilidade do IGHMB.

# Editorial

A Revista do IGHMB está em festa.

Em 2021 completamos 80 anos de existência. Nessas oito décadas, expoentes da cultura e do pensamento militar do Brasil nela publicaram seus escritos, enriquecendo a historiografia militar e outros campos do saber. Nomes como Tasso Fragoso, Lysias Rodrigues, Genserico de Vasconcelos, Paula Cidade, só para citar alguns, deixaram um legado imenso para o nosso Instituto e para o nosso País. Diante disso, ao celebrarmos o 80º aniversário de nossa revista, estamos conscientes da grande responsabilidade de manter em nível elevado nossas publicações, sempre trazendo o resultado de pesquisas relevantes nos campos da História, Geografia, Ciência Política, Relações Internacionais, Economia, Desenvolvimento, CT&I (Ciência, Tecnologia & Inovação), Defesa, Indústria de Defesa, Logística, Inteligência,

Segurança Pública, Museologia, Arquivologia, Arqueologia, Biblioteconomia e Ciências Sociais.

O ano de 2021 continua impactado pela pandemia de Covid-19, gerando grandes desafios para a sociedade e para nosso Instituto. Não ficamos, contudo, estáticos diante das dificuldades.

O IGHMB consolidou a mudança de sede, da Casa Histórica de Deodoro para o Clube Militar, agregou novos associados, fortaleceu parcerias nacionais e internacionais, lançou sua nova página na rede mundial de computadores e retomou as sessões socioculturais na modalidade virtual.

Por ocasião da celebração dos 80 anos, é com honra e alegria que a edição nº 108 da Revista do IGHMB publica uma nova série de pesquisas que aborda variados assuntos e pontos de vista, lançando diferentes olhares



sobre acontecimentos históricos e personagens da história militar.

Dois artigos revisitam efemérides importantes para a constituição do território e manutenção da lei e da ordem. O estudo *220 anos do Tratado de Badajoz* traz uma abordagem sobre um dos mais importantes acordos diplomático de nossa história, que assegurou a posse da região das Missões pelos luso-brasileiros. Em outra perspectiva, o artigo *Os 190 anos de criação*

*da Guarda Nacional* aponta as contribuições da milícia criada em 1831 para a estabilidade política do Império e do início da República.

No campo da história militar institucional, três pesquisas apresentam a constituição e o legado de duas organizações únicas e da Arma de Comunicações. O artigo *“Cumprindo no espaço a mis-*

*são dos condores”* revisita a criação, evolução e atuação da Brigada de Infantaria Paraquedista, grande unidade ímpar do Exército Brasileiro, plena de tradições, e que vem sendo empregada em momentos de crise que necessitam de resolução rápida. Já em

*Academia de Polícia Militar do Barro Branco*, o autor registra a trajetória da centenária escola de formação de oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo. *A Missão Militar France-*

*sa, as Transmissões Militares no Brasil e a criação da Arma de Comunicações* destaca os principais acontecimentos históricos que nortearam a criação e a implantação da Arma do Comando no Exército Brasileiro.

Os perfis de duas importantes personalidades da história militar são objeto da Revista. No artigo *Almirante Gago Coutinho*,





elaborado por dois renomados pesquisadores de Portugal, a carreira do aviador naval que realizou, juntamente com Sacadura Cabral, a primeira travessia aérea do Atlântico, é detalhada, demonstrando sua importância para o século XX português. Outro trabalho trata do legado deixado no âmbito da indústria e da formação militar no Exército Brasileiro pelo Tenente-General *Carlos Antonio Napion*.

O interessante trabalho *A Revolta de Jacareacanga* analisa a evolução da história em um dos diversos períodos de instabilidade interna ocorridos em nosso país, cuja ação de retorno à ordem é considerada o batismo de fogo da Infantaria da Aeronáutica da Força Aérea Brasileira.

Demonstrando a amplitude das temáticas estudadas por nosso Instituto, o artigo *A Banda de Música Divisionária da Força Expedicionária Brasileira* (FEB) inscreve-se no entrelaçamento entre a história militar e a musicologia, abordando a origem, formação, importância e ativida-

des da Banda de Música da FEB no cotidiano do Teatro de Operações da Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Finalizando a edição de nossa revista, destacamos o livro do nosso confrade, prof. Armando Alexandre dos Santos, *Dom Luiz na Grande Guerra*, que realiza um estudo biográfico sobre a atuação do príncipe D. Luiz, filho do Conde d'Eu e da Princesa Isabel, como voluntário durante a Primeira Guerra Mundial.

Ao completarmos 80 anos ininterruptos de publicação, é com orgulho e satisfação que entregamos mais um exemplar de nossa tradicional Revista do IGHMB, na certeza de que ela contribuirá para o enriquecimento da cultura militar e da historiografia em nosso país.

Desejamos a todos os confrades, congreiras e leitores uma boa leitura.

Parabéns para a Revista do IGHMB!

Vida longa ao nosso Instituto!

O editor.

# Os 190 anos de criação da Guarda Nacional: contribuições para a estabilidade política do Império nas províncias

André Luís Woloszyn <sup>a</sup>

Resumo: O presente artigo se debruça sobre a criação da Guarda Nacional e seu papel na manutenção da ordem e da tranquilidade pública durante os períodos da Regência e ao longo do Segundo Reinado. Excursiona por este conturbado momento histórico que levou o então Ministro da Justiça, Padre Diogo Feijó, a criar uma força paramilitar destinada a realizar ações de polícia e reprimir as constantes revoltas, rebeliões e insurreições, tarefa anteriormente atribuída ao Exército Imperial. Aborda aspectos essenciais da formação desta força policial e paramilitar e procura identificar seu papel na estabilidade política e social do império e nos primeiros anos da República.

Palavras-chave: Guarda Nacional; Império; polícia militar.

## **PALAVRAS INICIAIS**

Tanto o período regencial como o segundo reinado foram, de maneira geral, épocas conturbadas da história política brasileira, assoladas por revoltas populares, insurreições e insatisfações permanentes que ameaçavam a integridade do Império.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, a instabilidade política e social se acentuou e havia temor, por parte das elites governantes, da possibilidade de um golpe contra a regência com o apoio de segmentos do Exército Imperial brasileiro. Por esta época, a força terrestre se posicionava a favor do retorno de D. Pedro I ao trono e existiam constantes movi-

---

<sup>a</sup> Tenente-coronel PM da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



mentos reivindicatórios de praças, por melhores soldos.

Diante deste contexto, a fidelidade do Exército ao governo central passou a ser questionada pelas elites políticas, formada, em grande medida, por grandes proprietários de terras das províncias que, além de integrarem o Corpo de Guardas, formado pelos corpos de milícias e ordenanças, os dirigiam conforme seus interesses políticos e econômicos.

Em maio de 1831, como estratégia para conferir maior poder a estas elites em troca de apoio político e da centralização do poder na capital do Império, o então Ministro da Justiça, Padre Diogo Antônio Feijó, adotou medidas severas para reduzir o efetivo do Exército, de 30 mil para 14.342 homens.

Para tal desiderato, suspendeu o recrutamento obrigatório sob o pretexto de economia ao erário assim como as promoções de oficiais, alegando haver excedente. Ademais, os baixos salários e o estado de sucateamento em que se encontrava tornavam a carreira militar pouco atraente. O resultado

imediate destas medidas foi uma desmobilização ainda mais significativa para 10 mil homens, entre oficiais e praças, em 30 de agosto do mesmo ano, o que acarretou em sérios reflexos para sua operacionalidade, beirando a desmobilização.

Por obvio que, com este status quo, o Exército já não possuía condições de manter suas atividades de defesa externa sem apoio de outras forças, tampouco atender a convocação para manter a ordem pública tanto na capital do Império como nas províncias, em caso de grave perturbação. Esta última missão, foi atribuída a Guarda Nacional (GN), que segundo Castro,<sup>1</sup> foi a resposta encontrada pelos civis liberais, diante dos distúrbios vivenciados no período da abdicação.

Criada por meio da Lei de 18 de agosto de 1831, quatro meses após a abdicação de D. Pedro I, se constituía em uma força policial paramilitar de atuação repressiva, destinada a debelar motins, revoltas e insurreições, além da condição de tropa auxiliar do Exército, denominado tropa de 1ª Linha. O artigo 1º,



da referida norma, atribui a Guarda Nacional defender a Constituição, a liberdade, Independência, e Integridade do Império; manter a obediência e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.

Eram subordinadas aos Juízes de Paz, aos Juízes Criminais, aos Presidentes das Províncias, e ao Ministro da Justiça, conforme preceituava o artigo 6º, assegurando a ordem e a tranquilidade pública em ações de polícia, como patrulhamento das ruas, escolta de presos, captura de escravos fugitivos, policiamento em eventos e festividades e combate ao tráfico ilegal de escravos em áreas distintas do litoral.

Todavia, as guerras que se sucederam, notadamente, na região fronteira a do Prata e a necessidade constante de convocação de seus efetivos para auxiliar as tropas do Exército e sob o comando deste, nestes conflitos, acabou por conferir a Guarda Nacional, um caráter de uma instituição militar.

## **A FORMAÇÃO DA GN E SEU PAPEL AO LONGO NA MONARQUIA BRASILEIRA**

Com sua criação, em 1831, pesquisadores argumentam que se tratava de uma estratégia para se contrapor ao Exército Imperial, considerado uma ameaça as elites. Esta afirmação é ratificada por Moura,<sup>2</sup> quando afirma que a nova força gozava de prestígio social junto às elites, enquanto a tropa de linha permanecia discriminada, em situação constrangedora, contando com as camadas mais humildes da população, consideradas uma ameaça ao poder civil.

Inobstante, desde o processo de formação de seus quadros, a Guarda Nacional desempenhou um papel ambíguo, de força imperial convocada e armada pelo poder central ao mesmo tempo em que subordinada aos poderes locais. O início deste processo demonstrava claramente que a ideia era a formação de uma força armada elitizada, que excluía as massas populares dos postos de maior hierarquia, motivada por dois fatores.





A Lei estabelecia que o recrutamento para seus quadros era possível apenas para brasileiros com plenos direitos políticos, ou seja, eleitores e elegíveis, entre 21 e 60 anos de idade, além de estipular que poderiam fazer parte da nova instituição indivíduos com uma renda anual igual ou superior a 100 mil réis. No magistério de Sodré,<sup>3</sup> tal condição se fazia necessário pois os integrantes da Guarda deveriam mostrar interesse em manter a ordem vigente, mesmo que na defesa dos próprios interesses, estando dispensados do recrutamento para o exército.

Contudo, existem dúvidas acerca da observância destas condições. Pesquisadores como Castro,<sup>4</sup> argumentam que somente era possível na capital e nas províncias que possuíam melhores estruturas administrativas. Nas demais, ou em grande parte destas, em face da urgência da formação de unidades, muitas das condições impostas não eram observadas.

Em uma análise mais apurada, duas questões paradigmáticas emergem da ideia de sua criação e

formação. A primeira, reside no fato de ser considerada uma instituição civil, embora com postos hierárquicos e organizada a semelhança do Exército, porém, subordinada ao poder civil. A segunda, que levou a pesquisadora Castro,<sup>5</sup> a classificar a Guarda Nacional como uma “milícia cidadã” foi o fato inédito de que a instituição não distinguia a cor da pele para ingresso em suas fileiras, isto em um regime que reconhecia a escravidão como legítima. Outro ponto digno de nota, era a forma como ocorria a nomeação dos oficiais e praças de seus quadros, escolhidos por votação em assembleias.

A este respeito, Ribeiro assim retrata:

[...] sob a presidência do Juiz de Paz e, a partir disto, a eleição iniciava-se pela escolha dos oficiais para os postos mais elevados, e assim sucessivamente por escrutínio individual e secreto, sendo eleito o guarda nacional que atingisse a maioria absoluta dos votos. Se houvesse empate ou o candidato não conseguisse a maioria absoluta dos votos, iniciava-se uma nova es-



colcha com as duas praças mais votadas. Feitas as escolhas, o Juiz de Paz que houvesse presidido a eleição deveria apresentar todos os oficiais às suas respectivas unidades para que fossem reconhecidos, quando, então, todos eles deveriam prestar ‘juramento de fidelidade ao Imperador, e obediência à Constituição e Leis do Império.’<sup>6</sup>

Fig 1 – Infantaria da Guarda Nacional



Fonte: Arquivo Nacional

A questão da não distinção de cor nunca foi aceita pelos conservadores e era motivo de constantes

críticas estampadas pelos jornais da época, que por óbvio, refletiam o pensamento da elite política e econômica que se conservava escravagista até 1888, quando a Lei Áurea aboliu a escravidão em todo o território.

Provavelmente por sua condição civil, de força paramilitar, somados ao contexto de que poderia ser desmobilizada a qualquer tempo e não era remunerada em tempos de paz pelo governo central, o processo de eleições aos postos foi adotado.

No que se refere a composição da Guarda Nacional em termos pessoal e organizacional, era de maneira semelhante ao Exército Imperial. A Lei de 18 de agosto de 1831, assim estabelecia:

Batalhões de Infantaria formados por oito companhias com efetivo entre 100 e 150 homens cada; um Corpo de Cavalaria integrado por dois até quatro Esquadrões com duas Companhias cada, Corpos de artilharia, todos com um Estado-Maior formado por um Tenente-Coronel, comandante de unida-



de, um major, um ajudante e um alferes porta-bandeira.

O governo central poderia requisitar seus efetivos a qualquer tempo e fornecia apenas armamentos, material de expediente e treinamento. Os demais gastos com fardamentos e indumentárias, por exemplo, eram arcados pelos eleitos e nomeados, o que caracterizou certa elitização, especialmente, nos Corpos de Cavalaria.

Quanto ao papel desempenhado pela instituição na monarquia, é consenso entre historiadores que a Guarda Nacional foi preponderante para a estabilidade política e social tanto na regência como ao longo do Segundo Reinado, assegurando a frágil soberania imperial nas províncias por meio da repressão a movimentos populares e políticos contrários ao império.

Indo além, se constituíam em um instrumento coercitivo para fortalecer o poder dos presidentes destas províncias que possuíam na Guarda Nacional uma espécie de exército particular gratuito a seu serviço.

Segundo Dolhnikoff,<sup>7</sup> “a Guarda Nacional tornou-se um aparato eficiente na manutenção da ordem interna e foi a principal força coercitiva utilizada pelo governo central para a repressão das revoltas que abalariam a Regência”

Nesta mesma linha, Graham,<sup>8</sup> assevera que a nova instituição era o elo que faltava entre centro e províncias, pois, à época, o Exército, sob suspeição, foi relegado a segundo plano, muito embora, a Lei de 18 de agosto de 1831, afirmasse que a Guarda Nacional atuaria como força auxiliar deste.

Barroso, a seu turno, ratifica as afirmações anteriores quando afirma:

Para a vida militar do Brasil, o ato mais notável da Regência foi a criação da Guarda Nacional em substituição as milícias, ordenanças e guardas municipais, instituição que prestou os mais assinalados serviços ao país, durante a monarquia, sobretudo, na guerra do Paraguai, e durante a república, especialmente na revolta da Armada.<sup>9</sup>



Além da defesa interna e na razão do número insuficiente de efetivos da força terrestre de 1ª Linha, Goldoni,<sup>10</sup> assevera que “milhares de homens da Guarda Nacional de todo o Império, foram incorporados aos batalhões do Exército junto com os Corpos de Voluntários da Pátria e enviados para os campos de batalha na guerra do Paraguai.”

A este respeito, Sodré esclarece que, quando da mobilização da Guarda Nacional em guerras externas, estas ficavam sujeitas à lei e disciplina do Exército e recebiam os mesmos soldos, etapas e vencimentos.<sup>11</sup> Fora desta condição especial, os efetivos exerciam funções públicas e particulares, recebendo salários.

Vale destacar que, em anos anteriores a guerra do Paraguai, pela condição de estar presente em todas as províncias, participou ativamente, em operações isoladas ou conjuntas e integradas ao Exército.

Há registros destas da presença de efetivos da Guarda Nacional em diferentes literaturas especiali-

zadas, notadamente, ao longo da obra “Caxias e a Unidade Nacional” da lavra do Coronel, Cláudio Moreira Bento. Nela, é descrita esta participação em eventos como a Cabanagem, no Pará (1831-1840) Guerra dos Farrapos, na província do Rio Grande do Sul (1835-1845), Balaiada, no Maranhão (1838-1941), Sabinada na Bahia (1837-1838), na Revolução Praieira, em Pernambuco (1848-1849) e na guerra externa contra Oribe e Rosas (1851-1852).<sup>12</sup>

## **OS IMPACTOS DAS NOVAS LEGISLAÇÕES DE 1850, 1873 E 1918**

Pela pesquisa realizada, podemos afirmar que o período de maior apogeu da Guarda Nacional ocorreu entre os anos de 1831 à 1850, que coincide com episódios de graves perturbações da ordem pública, em diversas províncias, como vimos anteriormente.

O primeiro impacto que acarretaria em sérias implicações futuras adveio com a Lei nº 602, de 19



de setembro de 1850, com modificações na forma de recrutamento. Esta legislação, dentre outras medidas, extinguiu a eleição para preenchimento dos postos de Oficiais, determinando em seu artigo 57, que “Todos os Oficiais da Guarda Nacional terão Patentes, e por elas pagarão de novo direito além do Selo, a quantia equivalente a um mês do soldo que competir aos Oficiais de 1ª Linha de iguais postos”.

A este respeito, no entender de Goldoni, “a compra de patentes de oficiais aumentou ainda mais a distância social que já existia entre os ocupantes dos postos de oficiais e das praças”<sup>13</sup>

A consequência desta lei foi possibilitar que a patente de Coronel, a mais alta permitida na Guarda Nacional, só pudesse ser adquirida por grandes proprietários de terras, mesmo que nunca tenham tido uma formação militar ou servido ao Exército, dando origem ao termo coronelismo, referência aos grandes fazendeiros das províncias cujo status e poder político perdeu até a República Velha.

Outra modificação trazida foi a redução da idade limite para 40 anos de idade e a submissão de seus candidatos a um conselho de qualificação. A pesquisa realizada por Both,<sup>14</sup> vai além quando afirma que o objetivo desta nova regulamentação era a de conferir maior poder aos presidentes das províncias que, a partir de então, poderiam nomear provisoriamente oficiais do Exército para comandantes superiores da Guarda Nacional, sempre que julgassem ser necessário.

Contudo, poucos cumpriram esta última cláusula uma vez que o status quo de força eleitora já havia se estabelecido com uma maior politização da instituição, ficando a mercê dos interesses políticos e eleitorais locais e de seus comandantes que haviam adquirido a patente, e que permaneceram atuantes na política mesmo após terem se retirado do serviço ativo, apoiando os presidentes das províncias.

O impacto desta nova realidade se fez sentir na convocação de seus efetivos para participarem de



campanhas externas, conforme nos relata Doratioto:

[...] no recrutamento para guerras como a do Paraguai, muitos homens da Guarda Nacional convocados a luta se declaravam adeptos do Partido Liberal, passando a ser protegidos de chefes políticos locais. De maneira contrária, adeptos de partido político contrário aquele que compunha o gabinete de governo provincial, ou pessoas inoportunas para o momento político e social do momento, eram deliberadamente alistadas para a guerra uma vez que não eram apadrinhadas.<sup>15</sup>

Por óbvio que tal condição se refletiu enormemente na capacidade de enfrentamento militar do país, face ao número insuficiente das tropas de 1ª Linha.

Por outro lado, o ano de 1873 seria ainda mais decisivo para o futuro existencial da Guarda Nacional. Uma nova legislação viria para cercear o poder dos comandantes, sobretudo, a interferência nos pleitos eleitorais além de suprimir suas atividades policiais, em grande medida, por divergências

políticas de parte dos presidentes das províncias com o império, influenciados por ideais republicanos.

O temor, de certa forma justificado, era de que as províncias se rebelassem contra a monarquia, utilizando a Guarda Nacional para a tomada do poder central, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde seus principais comandantes foram os líderes da revolta.

Por esta época, as elites passaram a exercer enorme pressão, tecendo constantes críticas a maneira como a Guarda Nacional havia sido concebida. Os conservadores, com menor veemência, afirmavam que a força havia se tornado muito onerosa aos governos locais, comprometendo suas economias enquanto os liberais, mais severos, acusavam-na de servir a projetos locais e não a um pressuposto nacional.

Esta conjuntura negativa foi materializada pelo advento da Lei nº 2.395, de 10 de setembro de 1873, que, além de retirar as funções policiais da Guarda Nacional,

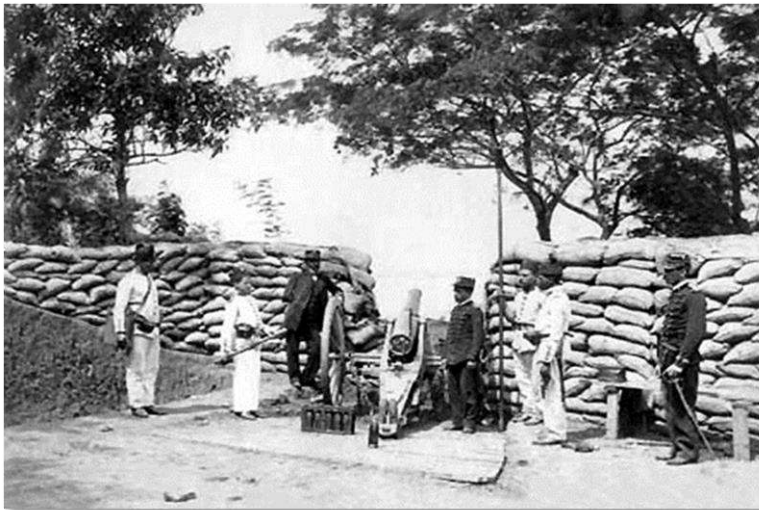


previa em seu artigo 1º, que ela só poderia ser convocada em caso de guerra externa, rebelião, sedição ou insurreição além de poder reunir-se apenas uma vez ao ano, para a

capacidade operacional, relegando-a a segundo plano.

A lição de Uricoechea afirma, com propriedade, “que na prática, esta legislação determinava uma

Fig. 2 – Integrantes da Artilharia da Guarda Nacional em Niterói, durante a Revolta da Armada



Fonte: Arquivo Nacional.

realização do período de treinamentos. Este dispositivo legal marcaria o início de um período de constante enfraquecimento da força e o cenário de novas articulações políticas entre liberais e conservadores, reduziu sensivelmente sua

desmobilização parcial da força que não incluía as unidades localizadas nas regiões de fronteira, contudo, curiosamente, não a extinguiu”<sup>16</sup>

A questão da não extinção se mostraria prudente, pois a Guarda



Nacional, neste momento aquartelada, seria novamente convocada para combater os insurretos no movimento denominado, Revolta da Armada (1893-1894), atuando, segundo Donato, “com quatro batalhões: 1º da reserva, 2º e 9º da Capital Federal e 34º de Niterói”<sup>17</sup>

Nos primeiros anos da república, seus efetivos, notadamente, de oficiais, foram convocados novamente para, junto às tropas do Exército brasileiro, sob o comando do Gen. Setembrino de Carvalho, participar timidamente na Guerra do Contestado (1912-1916). Esta seria a última missão desempenhada pela Guarda Nacional antes de sua extinção, dois anos após, em 1918.

A extinção efetivamente ocorreu, com a promulgação do Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918, que criou o exército de 2ª linha, extinguindo as unidades, comandos e serviços da Guarda Nacional e incorporando parte de seu efetivo de oficiais e praças na reserva de 1ª Linha. Aos demais, determinou a condição de reserva, passível de convocação pelo Minis-

tro da Guerra ou pelos comandantes das regiões militares.

Diante deste histórico, embora a história registre outras datas, a Guarda Nacional, foi a instituição que mais se aproximou do que são hoje, as polícias militares dos estados federativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente artigo, é preciso destacar, que a história da Guarda Nacional ainda vem sendo reconstituída, paulatinamente. As fontes disponíveis para pesquisa são, ainda, escassas, considerando a relevância e o significado desta instituição paramilitar em um período específico da historiografia militar brasileira.

De qualquer maneira, restou evidenciado, que esta instituição foi criada com uma função de polícia, para manter a estabilidade do regime monárquico do Brasil, face as constantes insurreições que ameaçavam sua integridade. Adquiriu um caráter militar, em razão das constantes convocações para





combater junto as tropas do Exército, em conflitos externos e internos de maior complexidade.

Fica claro que, nas primeiras décadas, a existência da Guarda Nacional era conveniente tanto para as elites políticas provinciais como para a monarquia e os interesses do império. As primeiras, empregavam esta força não apenas para manter a ordem e a tranquilidade pública, mas também, contra adversários políticos e na defesa de interesses econômicos e eleitorais. O segundo, via vantagem em dispor de um significativo efetivo armado, que julgava confiável, passível de ser mobilizado em caso de guerra externa e, em última instância, na proteção do regime monárquico.

Quando os conselheiros do reino perceberam, em 1873, a condição ameaçadora que algumas províncias manifestavam por meio de movimentos de independência e a medida que crescia e se expandia as ideias republicanas, resolveu desmobilizá-la, uma vez que se constituíam em uma poderosa força paramilitar a serviço das províncias

que já não se mostrava tão confiável, na visão destes.

Contudo, podemos considerar tais questões secundárias e, de nenhuma maneira, desmerece a atuação policial e militar individual e coletiva da Guarda Nacional, cuja existência, escreveu uma parte significativa da história militar brasileira.

Se por um lado a forma como foi concebida e utilizada nos traz muita discussão e reflexões, por outro, sua eficiência se tornou indiscutível, se fazendo presente e atuante em dezenas de conflitos internos, outros externos, ao longo de seus 87 anos de efetivos serviços prestados ao Império do Brasil e a jovem República, considerando as datas de 1831 e 1818, da criação a extinção de unidades e incorporação parcial de seus efetivos a tropa de 1ª Linha, respectivamente.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL IMPÉRIO. Lei de 18 de agosto de 1831. *Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de*



*milícias, guardas municipais e ordenanças.* Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html). Acesso em: 09.03.21.

BRASIL IMPÉRIO. Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/542130/publicacao/15632884>. Acesso em: 09.03.21.

BRASIL REPÚBLICA. Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13040-29-maio-1918-526140-republicacao-95304-pe.html>. Acesso em: 12.03.21.

BENTO, Cláudio Moreira, *Caxias e a Unidade Nacional*. Genesis: Porto Alegre: 2003.

BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. *Edições do Senado Federal*, v. 192, Brasília, 2019.

BOTH, Amanda Chiamenti. Uma elite de oficiais: hierarquias e usos políticos da Guarda Nacional na fronteira meridional do Império (Jaguarão, 1860-1889). *Revista Navigator*: subsídios para a histó-

ria marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 13, n.26, p. 48-60 – 2017.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GOLDONI, Aline Cordeiro. Estabelecendo a ordem: a formação da Guarda Nacional e sua importância na manutenção da ordem interna durante a guerra com o Paraguai 1864-1870. *Catalão*, v. 12, n. 2, p. 48-71, jul/dez de 2012. Disponível em:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/18351/12816>



#.U\_yMw2PfDIU. Acesso em: 23 fev. 2021.

MOURA, Aureliano Pinto de. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825 – 1845)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.



<sup>1</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, Editora Nacional, 1977, p.62.

<sup>2</sup> MOURA, Aureliano Pinto de. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p.57.

<sup>3</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.134.

<sup>4</sup> CASTRO, p.cit., p. 175-176.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 136.

<sup>6</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825 – 1845)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005, p. 149.

<sup>7</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p.92.

<sup>8</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p.128.

<sup>9</sup> BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil. Edições do Senado Federal*, v. 192, Brasília, 2019, p.43.

<sup>10</sup> GOLDONI, Aline Cordeiro. Estabelecendo a ordem: a formação da Guarda Nacional e sua importância na manutenção da ordem interna durante a guerra com o Paraguai 1864- 1870, p.50. *Catalão*, v. 12, n. 2, p. 48-71,

jul/dez 2012. Disponível em: [http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/18351/12816#.U\\_yMw2PfDIU](http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/18351/12816#.U_yMw2PfDIU). Acesso em: 23 fev. 2021.

<sup>11</sup> SODRÉ, op.cit., p.120.

<sup>12</sup> BENTO, Cláudio Moreira, *Caxias e a Unidade Nacional*. Porto Alegre: Genesis, 2003.

<sup>13</sup> GOLDONI, op.cit..

<sup>14</sup> BOTH, Amanda Chiamenti. Uma elite de oficiais: hierarquias e usos políticos da Guarda Nacional na fronteira meridional do Império (Jaguarão, 1860-1889). *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 13, n.26, p. 48-60, 2017, p. 49-50.

<sup>15</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 265-267.

<sup>16</sup> URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.196.

<sup>17</sup> DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: I-BRASA, 1996, p.87.

# “Cumprindo no espaço a missão dos condores”<sup>1</sup>: a Brigada de Infantaria Paraquedista e seu legado histórico

Carlos Roberto Carvalho Daróz <sup>a</sup>

Wagner Alcides de Souza <sup>b</sup>

Resumo: O paraquedismo militar foi uma das inovações doutrinárias introduzidas na Segunda Guerra Mundial. Embora tenha sido concebida no chamado período entreguerras, a atividade militar que envolve o lançamento de tropas a partir do ar para combater em terra foi instrumentalizada durante o conflito, no qual se desenvolveram importantes operações dessa natureza. Tempestivamente, o Brasil criou sua Escola de Paraquedistas em 1945, e iniciou a formação de sua força aeroterrestre. Ao longo dos anos, a força de paraquedistas do Exército Brasileiro evoluiu e foi ampliada, chegando à configuração atual: a Brigada de Infantaria Paraquedista. O presente artigo estuda a importância e o legado histórico da tropa paraquedista para a operacionalidade do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Paraquedismo, combate aeroterrestre, História institucional.

## PALAVRAS INICIAIS

O Exército Brasileiro (EB), a partir da administração do Marechal Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra (1906-1910), procurou promover mudanças que viessem a modernizar sua organização, seus procedimentos e sua

doutrina militar. O marechal reorganizou a administração do Exército, realizou manobras militares e promoveu a ida de oficiais para estagiarem no exército da Alemanha. Esses oficiais, que ficaram conhecidos como “jovens turcos”<sup>2</sup>, deram um maior dinamismo a essa busca por um exército mais opera-

---

a Coronel de Artilharia. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

b Tenente-coronel do Quadro Complementar de Oficiais.



cional e profissional. Por meio da revista *A Defesa Nacional*, idealizada e lançada por eles em outubro de 1913, debatiam a necessidade de o Brasil possuir uma tropa preparada para enfrentar as dificuldades que se apresentavam ao País no cenário político e militar do século XX que se iniciava.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ficou mais evidente a necessidade de o Brasil possuir um Exército preparado para o conflito que se apresentou, no qual os avanços tecnológicos e a importância de se ter uma tropa bem treinada eram de importância vital para a vitória no campo de batalha.

Em virtude dessa realidade, após o final da guerra, o Brasil contratou junto ao governo da França uma missão militar para modernizar o EB, a qual produziu transformações substanciais na organização, doutrina, ensino e forma de atuação do Exército. A nova política educacional introduzida pelos franceses era pautada na necessidade de se criar uma doutrina militar que se coadunasse com

as transformações na arte da guerra, permanecendo o EB sob a égide da influência francesa até a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Com a deflagração desse novo conflito e o conseqüente alinhamento do Brasil e de suas Forças Armadas com os Estados Unidos da América (EUA), a doutrina militar norte-americana surgiu como novo paradigma a ser seguido, trazendo importantes inovações. Uma delas, a atuação de tropas aeroterrestres, que combatiam a partir do céu, abriu novas possibilidades no campo de batalha e demonstrou ser decisiva na solução de conflitos bélicos. Atento à conjuntura internacional, o Brasil vislumbrou a necessidade de possuir uma força militar com tal característica, com o propósito de preparar seu Exército para atuar em conflitos futuros.

## **A ESCOLA DE PARAQUEDISTAS (1945-1952)**

Com a possibilidade da participação do Brasil na Segunda



Guerra Mundial, os EUA se interessaram em estreitar os laços militares com o Brasil. Uma das medidas tomadas pelos norte-americanos foi favorecer a matrícula de militares brasileiros em seus cursos e programas de instrução. Nesse contexto, foi matriculado em 1944, na *Parachutist School*, em Fort Benning, Georgia, o Capitão Roberto de Pessôa. Havendo concluído o *airborne basic course* e os *Jump master, demolition and advanced training*, o Capitão De Pessôa tornou-se, o primeiro paraquedista militar brasileiro e tal circunstância pode ser considerada, simbolicamente, como originária da criação da tropa aeroterrestre, que veio a ser oficializada logo no ano seguinte, em 1945<sup>3</sup>. Sob a supervisão do Capitão De Pessôa, entre 1945 e 1948 foram formados, também nos EUA, mais 46 paraquedistas militares do nosso Exército<sup>4</sup>.

No contexto desse impulso inicial, o governo brasileiro criou, em 26 de dezembro de 1945, no âmbito do Ministério da Guerra, a Escola de Paraquedistas

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,  
DECRETA:

Art. 1º Fica criado no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas, destinada à formação da tropa dessa especialidade.  
[...]

Art. 2º Integrarão a Escola de Paraquedistas, além dos órgãos de administração constituídos por duas Companhias de tropa da Escola, um Corpo de alunos constituído por duas Companhias de Infantaria, uma Bateria de Artilharia, uma Seção de Engenharia e uma Companhia de Especialistas com pelotões de transmissões, distribuições e conservadores-artífices.<sup>5</sup>

Inicia-se assim, com essa estrutura, a Escola de Paraquedistas no Rio de Janeiro, que teve como seu primeiro comandante, nomeado em 17 de fevereiro de 1946, o Coronel Nestor Penha Brasil, que participou da Campanha da Itália pela Força Expedicionária Brasileira, e acabou por definir a localização da Escola em Deodoro, na Vila Militar<sup>6</sup>.



No dia 3 de janeiro de 1949, teve início o primeiro Curso Básico Paraquedista realizado no Brasil, ocasião na qual foram matriculados 17 oficiais e sargentos não paraquedistas, os militares que haviam realizado o curso nos EUA (a título de revalidação) e o comandante da escola, Coronel Penha Brasil<sup>7</sup>. Nesse mesmo ano também foi iniciada a formação dos mestres de salto.

No período de funcionamento da Escola de Paraquedistas, foram criados símbolos e insígnias próprias, visando ao fortalecimento do espírito de corpo da tropa aeroterrestre. O Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército, aprovado em 1951, efetivou os distintivos nos seguintes termos:

Art. 67. Os distintivos são os seguintes:

a) da Escola – um escudo azul celeste, tendo em primeiro plano, no centro, uma estrela de cor branca, e abaixo dela uma águia dourada, em voo descendente, com as garras abertas. No segundo plano um paraquedas branco. Esse distintivo é orlado de vermelho escuro

b) da tropa – um escudo orlado de vermelho escuro tendo no fundo azul celeste um paraquedas branco, encimando o número da unidade (estrela para as unidades da Escola) e as iniciais do estabelecimento ou unidade.

Art. 68. Os distintivos acima descritos são usados:

a) o da Escola – pela administração, instrutores, monitores e alunos, no terço superior da manga esquerda da túnica ou blusão, acima das divisas, quando for o caso;

b) o da tropa:

1 – pelos oficiais, aspirantes-a-oficial, subtenentes e sargentos – nas mesmas condições da letra a);

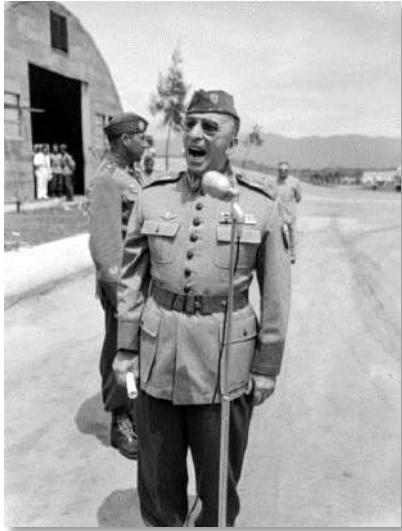
2 – pelos cabos e soldados – no lado esquerdo do gorro.<sup>8</sup>

Cabe ressaltar que, desde as primeiras turmas formadas, os paraquedistas receberam o brevê – as asas de prata – e foram autorizados a utilizar coturnos marrons, inspirados nos uniformes e símbolos existentes nas forças aeroterrestres dos EUA, diferenciando-os, pelo fardamento, das unidades regulares, e instituindo um forte e significativo valor simbólico.





Fig. 1 – Gen Nestor Penha Brasil, primeiro comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre



Fonte: Arquivo Nacional

Em 1951 funcionaram na escola os primeiros cursos de Precursor Paraquedista e de Dobragem de Paraquedas e Suprimento pelo Ar (DOMPSA)<sup>9</sup>. No ano seguinte, avançando no planejamento traçado pelo EB para possuir uma grande unidade aeroterrestre, a Escola de Paraquedistas foi transformada

no Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

## O NÚCLEO DA DIVISÃO AEROTERRESTRE (1952-1968)

A transformação em Núcleo da Divisão Aeroterrestre deu-se por intermédio do Decreto nº 31.393, de 5 de setembro de 1952<sup>10</sup>, dada a necessidade de se ter uma maior quantidade de militares qualificados como paraquedistas para que houvesse a expansão natural da tropa aeroterrestre.

O jornal *Correio da Manhã* publicou uma matéria justificando a decisão do EB em transformar a Escola de Paraquedistas em divisão pela necessidade de forma quadros habilitados para a atividade aeroterrestre

Dada a importância crescente do emprego de unidades aeroterrestres na guerra moderna, foi criada a Divisão Aeroterrestre. Como Grande Unidade do Exército de tempo de paz, que, embora constituída, ficou até



agora sem efetivo por falta de elementos especializados.

A atual Escola de Paraquedistas já especializou numerosos oficiais e contingentes de praças e graduados [...] que necessitava ser ampliado, determinado, assim, a constituição do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, com o aproveitamento daquela Escola e sua tropa (Grifo nosso)<sup>11</sup>.

Pela época dessa primeira transformação, a tropa paraquedista já havia atingido um elevado patamar de profissionalismo que possibilitava o lançamento de expressiva quantidade de homens de uma só vez. Em 28 de novembro de 1952, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre realizou um grande salto, contando com 400 paraquedistas na Zona de Lançamento de Gramacho, atividade que foi prestigiada pelo Presidente Getúlio Vargas e pelos ministros militares e que recebeu atenta cobertura da imprensa. O *Correio da Manhã* registrou o exercício

[...] realizou-se ontem a empolgante demonstração da Escola de Paraquedistas, sob o comando do Coronel Souza Pi-

neiro, e pertencente ao Núcleo da Divisão Aeroterrestre, sob o comando do General Nestor Penha Brasil.

Cerca de 400 paraquedistas armados e equipados lançaram-se dos aviões sobre o campo de saltos de Gramacho. [...] A jornada nos campos de Gramacho revelaram, mais uma vez, o alto treinamento e a eficiência da Escola de Paraquedistas que já conquistou no Exército e no País um justo renome pelas demonstrações concretas de suas atividades.

Terminado o desfile, o presidente da República e altas autoridades presentes felicitaram o General Penha Brasil e o Coronel Pinheiro pelo sucesso alcançado<sup>12</sup>.

Em fins de 1955, a atividade de paraquedismo militar completava dez anos no Brasil, oportunidade na qual foi realizada uma marcante cerimônia militar para marcar a data, que também foi objeto de reportagem da imprensa

Presentes várias autoridades civis e militares, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, com toda sua tropa formada e depois de várias demonstrações de exer-

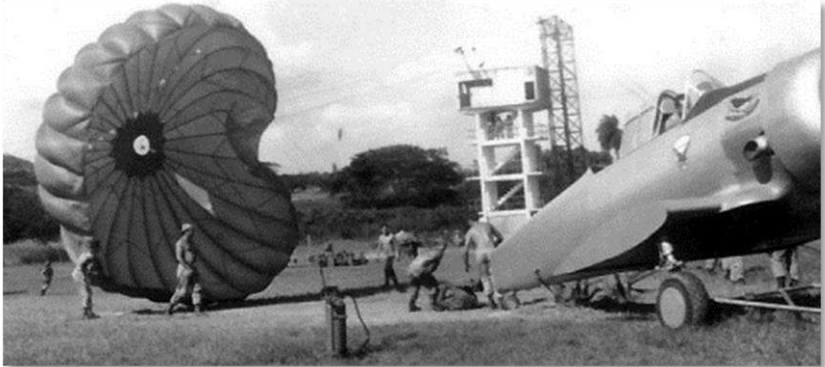


cícios de salto, aos pioneiros do paraquedismo ali reunidos, tendo à frente o tenente-coronel Roberto Pessoa [sic], e que há dez anos atrás [sic] realizava o primeiro salto em terras brasileiras<sup>13</sup>.

A mesma matéria jornalística destacou que, na cerimônia, o Ge-

Mesmo diante das dificuldades de obtenção de recursos, ocorreu um aumento substancial no número de militares que se tornaram paraquedistas entre 1953 e 1968. No período de existência do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, os cursos já funcionais foram con-

Fig. 2 – Instrução de paraquedismo no começo da década de 1950



Fonte: Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil

neral Djalma Dias Ribeiro<sup>14</sup>, comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, recebeu seu brevê de paraquedista militar, após haver concluído o curso básico, tornando-se o mais velho paraquedista militar em atividade no mundo, aos 58 anos de idade<sup>15</sup>.

solidados e outros novos incluídos. No ano de 1957, funcionou o primeiro Curso de Operações Especiais, durante o qual 16 militares realizaram o primeiro salto livre militar no Brasil, atividade que foi formalizada em 1962, com a criação do Estágio de Salto Livre<sup>16</sup>.



Fortalecendo ainda mais a mística aeroterrestre e o espírito de corpo da tropa, em setembro de 1964 foi adotada para os militares do Núcleo da Divisão Aeroterrestre a boina bordô, peça de fardamento que agregou importante valor simbólico para os paraquedistas, diferenciando-os dos demais soldados<sup>17</sup>.

Dentro do propósito de expansão para atingir o nível de divisão, a instalação das unidades do Núcleo da Divisão Aeroterrestre foi consolidada na Colina Longa, adjacente ao Regimento de Artilharia Antiaéreo, em Deodoro, na entrada da Vila Militar. Em 1961 foi criado o Regimento de Infantaria Aeroterrestre, subordinado ao Núcleo e denominado Regimento Santos Dumont<sup>18</sup>, mantendo a homenagem ao Pai da Aviação. Com a nova estrutura, o Batalhão de Infantaria Aeroterrestre, unidade que já existia, foi integrado ao regimento, passando a ser uma de suas unidades de manobra<sup>19</sup>.



Contudo, mesmo com o aumento do efetivo e o desenvolvimento de uma maior especialização de seus cursos, em 1969 o Núcleo da Divisão Aeroterrestre acabou por ser transformado em brigada, dentro de uma dinâmica mais adequada à realidade dos recursos nacionais disponíveis para a manutenção e emprego da tropa paraquedista.

## **A BRIGADA AEROTERRESTRE (1969-1971)**

Em fins da década de 1960, a ambiciosa intenção do EB de constituir uma divisão aeroterrestre completa foi substituída pelo modelo mais exequível de manter apenas uma brigada da mesma natureza. Com efeito, em 7 de novembro de 1968, por intermédio do Decreto nº 63.573, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre foi transformado em brigada, bem como suas unidades subordinadas, que, con-



sequentemente, também sofreram modificações.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 83, inciso II da Constituição e de conformidade com o disposto no art. 19 da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956,  
DECRETA:

Art. 1º São transformados:

- o Núcleo da Divisão Aeroterrestre em Brigada Aeroterrestre;
- o Quartel-General do Núcleo da Divisão Aeroterrestre em Quartel-General da Brigada Aeroterrestre;
- a Companhia de Quartel-General do Núcleo da Divisão Aeroterrestre em Companhia do Quartel-General da Brigada Aeroterrestre, e
- o Regimento de Infantaria Aeroterrestre - Regimento Santos Dumont em 1º Batalhão de Infantaria Aeroterrestre - Batalhão Santos Dumont.

Art. 2º São criados:

- os 2º e 3º Batalhões de Infantaria Aeroterrestre;
- o Grupamento de Unidades de Apoio Aeroterrestre, e
- o Grupamento de Saúde Aeroterrestre.

Art. 3º - O Grupo de Obuses 105 Aeroterrestre passa a denominar-se 1º Grupo de Artilharia Aeroterrestre (1º GAAet) [...] <sup>20</sup>

A diminuição de um escalão – de divisão para brigada – não acarretou, na prática, qualquer prejuízo operacional, ao contrário, correspondia à realidade de meios da tropa aeroterrestre e acompanhava a tendência de muitos exércitos à época, que estruturaram suas forças de combate em brigadas.

O conceito “aeroterrestre”, herdado da experiência adquirida na Segunda Guerra Mundial, consistia em unidades com capacidade de serem lançadas de paraquedas (paraquedistas) associadas a outras que eram transportadas por via aérea (aerotransportadas), as quais somente entravam em combate após o pouso das aeronaves e o desembarque <sup>21</sup>. Da mesma forma que houve a evolução de divisão para brigada, a disponibilidade de muitos paraquedistas qualificados e treinados, associada aos custos elevados para constituir uma ainda



inexistente força aerotransportada, levou o EB a abandonar os planos de possuir uma tropa tipicamente aeroterrestre e, em fins de 1971, a Brigada Aeroterrestre foi transformada em Brigada Paraquedista<sup>22</sup>.

### **A BRIGADA PARAQUEDISTA (1971-1985)**

Consolidada e definida como uma grande unidade de paraquedistas, a brigada fortaleceu uma “cultura paraquedista” no período de comando do General Hugo Abreu, oficial de grande liderança e influência, que esteve à frente da tropa paraquedista por longo período, de janeiro de 1970 a março de 1974<sup>23</sup>. Sob seu comando foram introduzidos ou fortalecidos valores simbólicos e imateriais, além de rituais próprios que contribuíram para o surgimento de uma mística específica. As cerimônias de “brevetamento” ao término dos diversos cursos ganharam contornos especiais e tornaram-se grandes eventos; os feitos coletivos da tropa e os individuais dos paraquedistas pas-

saram a ser valorizados e exaltados. Um museu começou a ser organizado<sup>24</sup> e o brado de guerra “Brasil acima de tudo!” se fortaleceu, a partir dos discursos que o comandante proferia para sua tropa. O general também buscou divulgar as atividades na imprensa, e por meio de demonstrações e atividades em espaços públicos. O *Diário de Notícias*, de 13 de setembro de 1973, por exemplo, registrou algumas das marcas alcançadas pela brigada, bem como alguns eventos públicos realizados.

A Brigada Paraquedista esteve em festa na manhã de ontem, com as comemorações de meio milhão de saltos já realizados por seus homens. [...]

Nas aeronaves que participaram dos saltos, viam-se escritas as legendas “Brasil acima de tudo” e “Santos Dumont 1873-1973” [...]<sup>25</sup>

Tais intervenções de comando representaram um marco cultural na história da tropa paraquedista brasileira, emergindo, dessa época, muitos elementos da mística que



acompanha a brigada até os dias atuais.

A década de 1970, contudo, foi também um período desafiador para a grande unidade. À época, o Brasil enfrentava a radicalização de grupos de oposição ao governo vigente que conduziu muitas organizações ao terrorismo e à guerrilha, tanto rural como urbana. Nos primeiros anos da década, o serviço de informações do EB tomou conhecimento da instalação de um foco de guerrilha rural no Estado do Pará, na região do Araguaia, em uma remota área entre Marabá e Xambioá. Para esclarecer e confirmar a situação, em 1972 foi enviada para a região uma tropa de efetivo reduzido para confirmar os dados, o que foi realizado. No entanto, em um breve combate de encontro com os guerrilheiros, um cabo morreu em ação<sup>26</sup>.

Esse evento marcou o início do envolvimento direto da Brigada Paraquedista no combate à guerrilha, iniciando com o desdobramento de equipes de forças especiais para resgatar o corpo do militar morto. A partir de outubro de 1972,

o EB desencadeou uma série de operações de informações e de combate, envolvendo militares do Centro de Informações do Exército e da Brigada Paraquedista para combater os guerrilheiros, incluindo as operações Sucuri e Marajoara. Caracterizadas por ações de pequenos destacamentos móveis de patrulha, compostos por forças especiais e paraquedistas apoiados por mateiros locais, as operações surtiram efeito, e, no princípio de 1974, o foco guerrilheiro foi dado como encerrado<sup>27</sup>.

Além da vocação para o combate contra forças irregulares, na década de 1970 a Brigada Paraquedista não abriu mão de estar preparada para operações de assalto aeroterrestre convencionais. Nesse sentido, desenvolveu a Operação Saci, exercício de grande envergadura de periodicidade anual que assinalava o coroamento do ano de instrução. A primeira edição da Saci foi realizada em 1976, nas regiões de Macaé, Campos e Viana, envolvendo todos os meios da brigada e contando com o apoio da Força Aérea Brasileira<sup>28</sup>. A partir



de então, a tradicional operação se repete anualmente, como forma de consolidar o adestramento e manter a prontidão operacional da Brigada Paraquedista.

## **A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA (1985-ATUALIDADE)**

Já distando quatro décadas da criação da Escola de paraquedistas, consolidada doutrinariamente, experimentada no combate contra-guerrilha e provida de uma mística própria, em 1985 a Brigada Paraquedista passou por nova evolução, tornando-se a Brigada de Infantaria Paraquedista. O Decreto nº 92.170 determinou a modificação

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 81, itens III e V, da Constituição e o artigo 46, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,  
DECRETA,

Art. 1º - Ficam alteradas as denominações das Grandes Unidades e respectivos Comandos abaixo discriminados:

[...]

V - de Brigada Paraquedista para Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) e de Comando da Brigada Paraquedista para Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista.  
[...]<sup>29</sup>

A mudança pouco impactou na organização e estrutura da brigada, mas atendeu conceitualmente a modificações doutrinárias, visto que, no âmbito do EB, as brigadas passaram a ser definidas por suas capacidades como Armas (infantaria, cavalaria, mista etc.). Contudo, a fase da Brigada de Infantaria Paraquedista, iniciada em 1985, representou a maturidade da tropa paraquedista, que recebeu do EB elevada prioridade, tanto em pessoal como em material, e constituindo-se em tropa de pronto emprego e de alto grau de operacionalidade, integrante da Força de Ação Rápida Estratégica do Exército<sup>30</sup>.





Nessa fase de sua história, a brigada teve a oportunidade de participar, tanto como tropa constituída como por meio da atuação descentralizada de seus integrantes,

distas reforçada, composta por 170 militares, com a missão de pacificar áreas rurais ainda conflagradas no país<sup>31</sup>.

Além dessa atuação como tro-

Fig. 3 – Tropas paraquedistas patrulhando uma comunidade durante a intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, em 2018



Fonte: DefesaNet

de operações de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Por ocasião da *United Nations Operation in Mozambique* (ONUMOZ), em 1994 a brigada desdobrou em Moçambique uma companhia de fuzileiros paraque-

pa constituída, integrantes da Brigada de Infantaria Paraquedista participaram de contingentes na *United Nations Angola Verification Mission III* (UNAVEM III), em Angola; na *International Force East Timor* (INTERFET), no Ti-



mor Leste, e na *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation em Haiti* (MINUSTAH), no Haiti<sup>32</sup>.

Fruto do preparo diferenciado e das capacidades operacionais da brigada, a partir da década de 1990 a tropa paraquedista foi convocada para participar de diversas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)<sup>33</sup>, atuando em operações de segurança de conferências com a presença de mandatários estrangeiros, garantia de votação em eleições, combate à criminalidade em apoio à segurança pública e nos grandes eventos ocorridos no País, estes já no século XXI.

Entre as operações de GLO que contaram com a participação da Brigada de Infantaria Paraquedista, merecem destaque a Rio-Eco 92 (1992), Operação Rio (1994), Operação Arcanjo (2010-2012), Rio +20 (2012), Copa das Confederações (2013), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo FIFA (2014), Operação São Francisco (2014-2015), Jogos Olímpicos Rio 2016 (2016) e, finalmente, intervenção federal na

segurança pública no Estado do Rio de Janeiro (2018)<sup>34</sup>.

Outra inovação verificada pela brigada nessa fase de sua história foi a brevetação das duas primeiras mulheres como paraquedistas militares, as tenentes Ivi Costa Rocha dos Santos e Paula Raquel da Silva Bittencourt, em 2006, 14 anos após o ingresso do segmento feminino nas fileiras do EB<sup>35</sup>. A partir delas, dezenas de outras mulheres militares, entre oficiais e sargentos, concluíram o curso básico paraquedista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nascidas nas duras jornadas da Segunda Guerra Mundial, as tropas aeroterrestres e paraquedistas mostraram ser um importante recurso para definir a vitória nos campos de batalha. Impactado pelo alinhamento com os EUA no conflito, o Brasil visualizou a necessidade de possuir uma força com capacidade de envolver o inimigo a partir do céu, seja lançada, ou transportada por aeronaves. Da



experiência do Capitão Roberto de Pessôa nos EUA, surgiu a tropa paraquedista brasileira.

Desde a Escola de Paraquedistas de 1945 até a Brigada de Infantaria Paraquedista dos dias atuais, fica evidente a motivação, o profissionalismo e o preparo desses soldados diferenciados, que elevaram os padrões e as capacidades de combate do EB. Inicialmente constituída com caráter de improvisado, a tropa paraquedista brasileira se estabeleceu, profissionalizou, foi experimentada em combate contra forças irregulares, e participou de diversas operações de GLO e de missões de paz sob o mandato da ONU.

Até hoje, mais de 80 mil militares, homens e mulheres, passaram pelas fileiras da Brigada Paraquedista, fortalecendo sua mística e assegurando o cumprimento de difíceis missões, em qualquer parte do território nacional. Assim, a Brigada de Infantaria Paraquedista, tropa de elite de pronto emprego e de levado grau de operacionalidade, integrante da Força de Ação Rápida Estratégica do EB, transmi-

te seu legado através das gerações de paraquedistas, contribuindo decisivamente para a defesa da Pátria.

## BIBLIOGRAFIA

A MULHER verde-oliva no céu do Brasil. *Revista Verde-Oliva*, Brasília, n. 187, p. 44-45, jan./fev./mar. 2006.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A participação do Brasil em Operações de Paz: passado, presente e futuro. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*, Copenhagen, v. 3, n. 2, p. 113-141, mar. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.444, de 26 de dezembro de 1945. *Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas e dá outras providências*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8444-26-dezembro-1945-458483-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 16 mar. 2021.



BRASIL. Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951. *Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dá outras providências.* Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/norma/452775/publicacao/15656362>>. Acesso em 13 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 31.393, de 5 de setembro de 1952. *Constitui, no Exército, com a atual Escola de Pára-quedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre.* Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-31393-5-setembro-1952-338338-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 49.863, de 11 de janeiro de 1961. *Cria o Regimento de Infantaria Aeroterrestre, com sede em Deodoro - Rio Janeiro (Estado da Guanabara), subordinado ao Núcleo da Divisão Aeroterrestre.* Disponível em <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/81241-cria-o-regimento-de-infantaria-aeroterrestre-com-sede-em-deodoro-rio-janeiro-estado-da-guanabara-subordinado-ao-nucleo-da-divisao-aeroterrestre.html>>. Acesso em 13 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 63.573, de 7 de novembro de 1968. *Transforma, cria e muda a denominação de Organizações Militares e dá outras providências.* Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63573-7-novembro-1968-405265-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 92.170, de 18 de dezembro de 1985. *Dispõe sobre alteração de denominação de Grandes Unidades e seus respectivos Comandos, de subordinação da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, no Ministério do Exército, e dá outras providências.* Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92170-18-dezembro-1985-442186-norma-pe.html>>. Acesso em 14 mar. 2021.

BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Comandante.* Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/antigos-comandantes.html>>. Acesso em 13 mar. 2021.

BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Histórico.* Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/>>



historico.html>. Acesso em 13 mar. 2021.

BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Memória histórica do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil*. Rio de Janeiro: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista, 2016.

CENTRO DE INSTRUÇÃO PARAQUEDISTA GENERAL PENHA BRASIL. *Resumo histórico do CI Pqdt GPB*. Disponível em <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/download/RESUMO%20HISTORICO%20ODO%20CI%20PQDT%20GPB.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2021.

DARÓZ, Carlos. *Intervenção: a reestruturação da segurança pública no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: GIF/BibliEx, 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *C 20-1 Glossário de termos e expressões para uso no exército*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Decreto Reservado nº 1, de 11 de novembro de 1971. Modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências. *Boletim Reservado do Exército nº 11*, de 30 de novembro de 1971.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Missões de paz – ONUMOZ*. Disponível em <[www.eb.mil.br/onumoz](http://www.eb.mil.br/onumoz)>. Acesso em 19 mar. 21.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *MD 33-M-10 Garantia da Lei e da Ordem*. Disponível em <[www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33\\_m\\_10\\_glo\\_1\\_ed2013.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf)>. Acesso em 19 mar. 21.

STUDART, Hugo. *A Lei da selva: estratégia, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.



<sup>1</sup> Trecho da canção “Eterno Herói”, de autoria do General Newton Lisboa Lemos.

<sup>2</sup> O apelido de “jovens turcos” foi inspirado nos oficiais turcos que haviam remodelado o Império Otomano após estagiarem na Alemanha. Ver McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras/Rio de Janeiro: BibliEx, 2009.

<sup>3</sup> BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Memória histórica do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil*. Rio de Janeiro: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista, 2016.

<sup>4</sup> BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Histórico*. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/historico.html>>. Acesso em 13 mar. 2021.

<sup>5</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 8.444, de 26 de dezembro de 1945. *Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas e dá outras providências*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8444-26-dezembro-1945-458483-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 16 mar. 2021.

<sup>6</sup> Mais tarde, no posto de general, Penha Brasil comandou o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, por transformação da Escola de Paraquedistas, de 1952 a 1955. Ver BRIGADA DE IN-

FANTARIA PARAQUEDISTA. *Memória histórica do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil*, op.cit.

<sup>7</sup> CENTRO DE INSTRUÇÃO PARAQUEDISTA GENERAL PENHA BRASIL. *Resumo histórico do CI Pqdt GPB*. Disponível em <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/download/RESUMO%20HISTORICO%20DO%20CI%20PQDT%20GPB.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2021.

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951. *Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dá outras providências*. Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/norma/452775/publicacao/15656362>>. Acesso em 13 mar. 2021.

<sup>9</sup> BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Histórico*, op.cit.

<sup>10</sup> BRASIL. Decreto nº 31.393, de 5 de setembro de 1952. *Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-31393-5-setembro-1952-338338-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13 mar. 2021.

<sup>11</sup> CONSTITUIÇÃO do Núcleo da Divisão Aeroterrestre. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 set. 1952, p. 5.



<sup>12</sup> EMPOLGANTE demonstraco realizada em Gramacho por quatrocentos paraquedistas do Exército. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1952, p. 8.

<sup>13</sup> COMEMORADO ontem o décimo aniversário da criao do paraquedismo militar no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1955, p. 5

<sup>14</sup> O General Djalma Dias Ribeiro foi o segundo comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, no período de 11 de fevereiro de 1955 a 5 de março de 1958.

<sup>15</sup> Ibid.

<sup>16</sup> BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Memória histórica do Centro de Instruo Paraquedista General Penha Brasil*, op.cit.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> O Batalhão de Infantaria Aeroterrestre recebeu em 1956, no contexto das comemoraes do “Ano de Santos Dumont”, a denominao histórica de Batalhão Santos Dumont, em homenagem do EB ao Pai da Aviao. Na ocasião, além da denominao, foi inaugurado um busto do cientista brasileiro e pioneiro da aviao defronte o pavilhão do batalhão. Ver PARTICIPAO do Exército nas comemoraes do “Ano Santos Dumont”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1956, p. 4.

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto n 49.863, de 11 de janeiro de 1961. *Cria o Regimento*

*de Infantaria Aeroterrestre, com sede em Deodoro - Rio Janeiro (Estado da Guanabara), subordinado ao Núcleo da Divisão Aeroterrestre*. Disponível em

<<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/81241-cria-o-regimento-de-infantaria-aeroterrestre-com-sede-em-deodoro-rio-janeiro-estado-da-guanabara-subordinado-ao-nucleo-da-divisao-aeroterrestre.html>>. Acesso em 13 mar. 2021.

<sup>20</sup> BRASIL. Decreto n 63.573, de 7 de novembro de 1968. *Transforma, cria e muda a denominao de Organizaes Militares e dá outras providências*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63573-7-novembro-1968-405265-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13 mar. 2021.

<sup>21</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO. *C 20-1 Glossário de termos e expressões para uso no exército*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2009.

<sup>22</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO. Decreto Reservado n 1, de 11 de novembro de 1971. Modifica a organizao da Força Terrestre e dá outras providências. *Boletim Reservado do Exército n 11*, de 30 de novembro de 1971.

<sup>23</sup> BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Comandante*. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/anti>



gos-comandantes.html>. Acesso em 13 mar. 2021.

<sup>24</sup> PARAQUEDISTAS organizam museu. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1970, p.11.

<sup>25</sup> PARAQUEDISTAS. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 15.799, 13 set. 1970, p.19.

<sup>26</sup> O militar morto foi o Cabo Odílio Cruz Rosa, pertencente a uma unidade de Belém.

<sup>27</sup> Ver STUDART, Hugo. *A Lei da selva: estratégia, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

<sup>28</sup> BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Histórico*, op.cit.

<sup>29</sup> BRASIL. Decreto nº 92.170, de 18 de dezembro de 1985. *Dispõe sobre alteração de denominação de Grandes Unidades e seus respectivos Comandos, de subordinação da 17ª Brigada de Infantariade Selva, no Ministério do Exército, e dá outras providências*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92170-18-dezembro-1985-442186-norma-pe.html>>. Acesso em 14 mar. 2021.

<sup>30</sup> BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. *Histórico*, op.cit.

<sup>31</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO. *Missões de paz – ONUMOZ*. Disponível em <[www.eb.mil.br/onumoz](http://www.eb.mil.br/onumoz)>. Acesso em 19 mar. 21.

<sup>32</sup> AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A participação do Brasil em Operações de Paz: passado, presente e futuro. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*, Copenhagen, v. 3, n. 2, p. 113-141, mar. 2015.

<sup>33</sup> Ver Art. 142 de BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988; e MINISTÉRIO DA DEFESA. *MD 33-M-10 Garantia da Lei e da Ordem*. Disponível em <[www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33\\_m\\_10\\_glo\\_1\\_ed2013.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf)>. Acesso em 19 mar. 21.

<sup>34</sup> Ver DAROZ, Carlos. *Intervenção: a reestruturação da segurança pública no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: GIF/BibliEx, 2019.

<sup>35</sup> A MULHER verde-oliva no céu do Brasil. *Revista Verde-Oliva*, Brasília, n. 187, p. 44-45, jan./fev./mar. 2006.



# Almirante Gago Coutinho: um oficial da Marinha que marcou o século XX português<sup>1</sup>

Augusto Alves Salgado <sup>a</sup>

Carlos Alves Lopes <sup>b</sup>

Resumo: Gago Coutinho ingressou na Escola Naval em 1886 e foi promovido a Aspirante de 1ª classe dois anos depois. Inicialmente a sua adaptação não correu da melhor forma, em face da dura vida no mar. A sua primeira comissão de serviço foi na Divisão Naval de África Oriental, a bordo da corveta *Afonso de Albuquerque* (1888 a 1891). Aqui participou nas operações militares do Tungue (Moçambique) e, já como segundo-tenente comandou a lancha-canhoneira *Loge* (1892), em Cabinda (Angola). Durante seis meses protegeu o comércio no rio Chiloango. Em 1911, como capitão-tenente, após ter realizado diversas campanhas geográficas, Gago Coutinho comandou a canhoneira *Rio Sado*, na Estação Naval da Índia, e em 1912, a canhoneira *Pátria*, em Timor. Foi relativamente curta a passagem de Gago Coutinho pelo convés dos navios. No entanto, suficientemente marcante para proporcionar um outro olhar sobre a ciência e a história das tecnologias de navegação.

Palavras-chave: Gago Coutinho, Marinha, Timor.

A vida de Gago Coutinho foi longa e recheada de acontecimentos. Não foi unicamente o oficial de Marinha experiente, mas também o geógrafo incansável, o cientista inquieto, o historiador rigoroso, para além do conhecido navegador aéreo que descobriu novos

métodos de navegação. Tornou-se um ícone para o país, apesar da sua simplicidade e modéstia. Marcou uma época. Impôs-se como um exemplo a seguir para muitos oficiais da Marinha. Após ter ingressado na Escola Naval, em 1886, a sua longa carreira de oficial de

---

a Capitão de Mar e Guerra da Marinha Portuguesa

b Auditor de Defesa Nacional de Portugal



Marinha levou-o a percorrer todas as classes de oficial tendo sido promovido a Almirante em 1958.

Como é comumente sabido, um dos pontos altos da sua longa carreira, e de certeza o mais conhecido, foi a Travessia Aérea do Atlântico Sul, como o piloto e amigo Sacadura Cabral, em 1922. Um feito para a aviação portuguesa e Mundial.

Contudo, talvez tenha sido a actividade de geógrafo, e de geodesta, que o mais marcou e que engrandeceu com o seu rigor científico. Nesta colocou todos os seus conhecimentos de Geodesia, Astronomia, Geografia e Matemática. Foram múltiplos os seus trabalhos neste campo, tendo se iniciado na definição da fronteira luso-holandesa de Timor em 1898, seguidas de outras missões geodésicas em Moçambique (1907-1910), em Angola na fronteira luso-belga (1911) e luso-britânica com o protectorado da África Central Britânica (1912-1914) e por último em São Tomé (1915-1918) coincidente com o período da Grande Guerra (1914-1918).

O seu contributo directo para as ciências viria, ainda, a passar pela publicação de vários artigos técnico-militares, um profundo trabalho de investigação sobre questões de navegação na época dos descobrimentos<sup>2</sup> e o invento de dois instrumentos fundamentais para a navegação aérea sobre o mar, o *sextante com horizonte artificial* e o *corrector de rumos*, ou *plaqué de abatimentos*, como o Almirante o denominou.

Mas, é-nos dada aqui a possibilidade de evocar uma outra faceta da sua vida e talvez a menos conhecida do público. A sua actividade como oficial activo ao serviço da Marinha na defesa dos interesses do Estado.

Após uma pequena primeira viagem por mar, em Agosto de 1887, até Londres, a bordo da corveta-couraçada *Vasco da Gama*, Gago Coutinho no ano seguinte, embarcou na corveta *Afonso de Albuquerque* rumo a Moçambique, onde tomou parte nas operações militares do Tungue, a sul do Quionga. À data era governador da colónia Augusto de Castilho, ofici-



al de Marinha e futuro Ministro da Marinha em 1908.

Tabela 1 – Carreira naval de Gago Coutinho

<b>Datas</b>	<b>Postos</b>
1886	Aspirante
1888	Aspirante de 1ª Classe
1890	Guarda-Marinha
1891	Segundo-Tenente
1895	Primeiro-Tenente
1907	Capitão-Tenente
1915	Capitão-Fragata
1920	Capitão-de-Mar-e-Guerra
1922	Contra-Almirante
1932	Vice-Almirante
1958	Almirante

Fonte: elaborada pelos autores

A sua integração em missões militares na região estava contextualizada na actividade colonial exercida ao longo do século XIX e, em especial, após o Ultimato Britânico, que se complementavam entre campanhas militares, diplomáticas e jurídicas, na defesa e conservação dos territórios tradicionais africanos. Destas missões, há

a destacar as realizadas para garantir o domínio territorial efectivo do interior de Moçambique. Pois, até à data, este consistia, com algumas progressões em terra firme, unicamente numa longa faixa que acompanhava o território ao longo do litoral, desde a baía de Tongué (Palma) a sul da baía de Quionga, percorria as Ilhas Quirimba, seguia pela Ilha de Moçambique, passava por Quelimane e pelo rio Zambeze, onde penetrava até Sena, Tete e Zumbo e prosseguia para Sofala, Inhambane até Lourenço Marques (Maputo), e a Ilha da Inhaca.

É durante este período que Gago Coutinho foi enviado em comissão de serviço para Moçambique, e de onde se destacam as suas intervenções em operações de ocupação colonial. Efectivamente, durante essa comissão de serviço esteve embarcado numa flotilha de lanchas armadas para fiscalização das regiões de Fernão Veloso, Membo, Lúrio e Baía de Pemba, mas mantendo-se como quadro da guarnição da corveta *Afonso de Albuquerque*, onde em 1890 foi promovido a guarda-marinha.



É relevante conhecer a sua acção da Baía de Pemba (futuro Porto Amélia), onde na defesa da soberania nacional actuou na expulsão de um grupo de colonos ingleses que se encontravam apoiados por cinco embarcações de guerra aí fundeadas. Como em outras operações de ocupação colonial, o desembarque de Gago Coutinho com um grupo de marinagem e o hastear da Bandeira Nacional em terra remarcou a afirmação da soberania nacional sobre esse território. Em 17 de Janeiro de 1891 passou à guarnição da canhoneira *Zaire* e com esta seguiu para Lisboa, onde chegou a 24 de abril. Durante a viagem de regresso, a 7 de março, foi promovido a segundo-Tenente.

A sua estada em Lisboa foi de poucos meses e a 7 de agosto de 1881 voltou a embarcar, desta vez no paquete *Ambaca*, com rumo a Angola e destino Luanda. Durante a viagem teve a seu cargo o comando de uma força de marinheiros, com a missão de manter a ordem entre os colonos que seguiam viagem nesse paquete.

Chegado a Luanda foi-lhe concedido o seu primeiro comando naval, com o comando da lancha-canhoneira *Loge*, entre 19 de março e 5 de outubro 1892. Durante esses mais de seis meses ao comando da lancha-canhoneira *Loge* teve por missão defender o comércio legítimo no rio Chiloango, onde proliferava um vasto contrabando de armas em direcção ao Congo.

O seu sentido de responsabilidade levou-o a enviar um ofício ao comando da Divisão Naval da África Ocidental, sobre as condições de manutenção da lancha-canhoneira *Loge* e a necessidade de marcação de ida prioritária a fabrico. Não tendo recebido resposta ao seu primeiro ofício, insistiu com um segundo ofício sobre a mesma matéria. A sua insistência criou uma situação de desconforto no Comando Naval, o que levou a que não lhe fosse renovado o seu comando e passasse à guarnição da canhoneira *Limpopo*.

O comando da canhoneira *Limpopo* decorreu entre 6 de outubro e 17 de janeiro de 1893. Em 18 de janeiro de 1893 embarcou como



guarnição na canhoneira *Zambeze*. Nesse período viria a ser-lhe atribuída a missão de pilotagem da rota, entre o enclave de São João Baptista de Ajudá até à ilha do Príncipe, rota onde também serviu na barca *Cabinda* durante uma semana. Será o seu estado de saúde derivado do longo período 27 meses em missão em Moçambique, mais 15 meses em Angola, com apenas um pequeno período de quatro meses na Europa, que o levou a ser colocado em Luanda.

A sua comissão na canhoneira *Zambeze* decorreu entre 18 de janeiro e 5 de junho, à qual se seguiram as passagens por uma série de outros embarques em outros navios da Divisão Naval da África Ocidental, como parte da guarnição: barca *Cabinda* entre 6 e 13 de junho, e corveta *Mindelo* entre 14 de junho e 10 de março de 1894.

Integrou a guarnição da corveta *Mindelo*, comandada pelo Capitão-de-Fragata Augusto de Castilho, a 14 de junho de 1893, quando esta se encontrava fundada em Luanda. No dia seguinte ao seu embarque a corveta mista zarpou

em direção ao Brasil, com escala na ilha de Santa Helena. Tratava-se de uma missão de protecção dos súbditos portugueses que se encontravam naquelas paragens e cuja segurança perigava em virtude da Revolta da Armada chefiada pelo Almirante Custódio José de Melo, contra o Governo brasileiro de Floriano Peixoto. O navio aportou na baía de Guanabara, a 11 de agosto, em plena Revolta da Armada. Aí encontrou navios de outras nacionalidades com a mesma missão: o cruzador francês *Aréthuse*, o cruzador inglês *Sirius*, as canhoneiras inglesas *Racer* e *Beagle* e o cruzador italiano *Bausan*. Mais tarde Portugal enviou em reforço da sua presença naval também a corveta *Afonso de Albuquerque* que chegou a 30 de novembro.

A 13 de março o seu comandante, Augusto de Castilho, concedeu asilo ao Almirante Saldanha da Gama da Marinha Brasileira e a insurgentes sobreviventes da Revolta da Armada, que assim os colocou a salvo da morte no porto do Rio de Janeiro, mas criou uma



situação diplomática entre o Brasil e Portugal.

Com a intensão de salvaguardar a posição diplomática portuguesa de maiores danos, o comandante Augusto de Castilho alegou uma impossibilidade de navegação no Atlântico para o transporte imediato dos insurgentes para território português, optando por os transportar primeiro para o rio da Prata, onde poderia posteriormente fretar um outro transporte. Mas o agravar do conflito diplomática entre Brasil e Portugal levou a uma alteração quase imediata da situação.

Na viagem para o rio da Prata a corveta *Mindelo* foi acompanhada pela corveta *Afonso de Albuquerque*. Chegados ao primeiro destino os insurgentes acabaram por iniciar um processo faseado de fugas que só terminou na ilha britânica de Ascensão. Estes incidentes levaram ao rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, mas estas foram retomadas pouco mais de um ano depois, em novembro de 1895, com a nova presidência de Prudente de Moraes, no Brasil.

Tabela 2 – Embarques de Gago Coutinho

Datas	Navios
1887	Corveta <i>Vasco da Gama</i>
1888-1891	Corveta <i>Afonso de Albuquerque</i>
1891	Canhoneira <i>Zaire</i>
1891-1892	Barca <i>Cabinda</i>
1892	Lancha-Canhoneira <i>Loge</i> e canhoneira <i>Limpopo</i>
1892-1893	Canhoneira <i>Zambeze</i>
1893-1894	Corveta <i>Mindelo</i>
1894	Canhoneira <i>Liberal</i>
1895-1896	Corveta-Escola <i>Duque da Terceira</i>
1896-1897	Transporte <i>Pero de Alenquer</i>
1897	Corveta <i>Rainha de Portugal</i>
1897	Canhoneira <i>Douro</i>
1911	Canhoneira <i>Rio Sado</i>
1912	Canhoneira <i>Pátria</i>

Fonte: elaborada pelos autores

Gago Coutinho já não esteve envolvido directamente nesses eventos, pois tinha assumido o cargo de imediato da corveta *Mindelo*, a 4 de março de 1884. Desta sua comissão destaca-se a responsabilidade que Gago Coutinho assumiu pela segurança do vapor de pavilhão português *Alice*, entre 25 de outubro e 1 de novembro de 1893, que se encontrava fundeado na baía de Guanabara. No entanto,



por ter contraído em Fevereiro de 1894 febre amarela, foi internado no Hospital da Beneficência Portuguesa, no Rio de Janeiro. Por questões de saúde viria a regressar a 29 de março a Portugal, a bordo do vapor *Lisboa*.

O regresso de Gago Coutinho a Portugal foi marcado por uma pequena passagem pelo Corpo de Marinheiros, durante 4 dias, em resultado de um processo disciplinar relacionado com uma questão menor passada na comissão de serviço ao Brasil. O comandante Augusto de Castilho viria, por seu lado, a ser julgado em Conselho de Guerra pelos seus actos no Brasil, mas foi considerado isento de culpa pelo mesmo Conselho de Guerra a 12 de janeiro de 1895.

A 19 de junho de 1884, Gago Coutinho foi integrado na guarnição da canhoneira *Liberal*, onde se manteve até março de 1885 e durante alguns meses esteve às ordens de S. Majestade D. Luís, em Cascais.

Em abril tomou lugar na guarnição da corveta *Duque da Terceira*, com a posição de encarregado

do aparelho do navio e de instrução dos aspirantes. Em Novembro foi nomeado instrutor da escola prática de artilharia naval onde ainda fez uma última viagem de instrução entre dezembro e julho de 1896.

A sua próxima comissão volta a levá-lo para África, tendo embarcado no transporte *Pero de Alenquer*, a 20 de julho de 1896, e desembarcado em fevereiro de 1897, em Moçambique. A 14 de fevereiro passou à guarnição da corveta *Rainha de Portugal* e, oito dias depois, passa para a guarnição da corveta *Zaire*. Durante a sua comissão e, possivelmente devido à falta de oficiais, foi alternando entre os dois navios. Na corveta *Rainha de Portugal* viajou entre Moçambique e Angola, onde passou finalmente para a guarnição da canhoneira *Douro*, a 20 de maio de 1887, integrado na Estação Naval do Atlântico Sul.

A 4 de julho teve início a sua viagem de regresso a Lisboa, onde chegou a 13 de agosto. Chegado passou à guarnição do cruzador *Vasco da Gama*, que se encontrava



fundeado no Tejo, e onde se manteve até 21 de março de 1898.

Será no período entre 1898 e 1911 que se afirma a sua carreira como geógrafo, em trabalhos e na delimitação de fronteiras internacionais das então colónias portuguesas. Nessas missões destacam-se os trabalhos em Timor (1898-1899), Moçambique (1900-1901), Angola (1901), Moçambique (1904-1905) e Moçambique (1907-1911).

Em Timor efectuou um trabalho conjunto com uma missão geográfica holandesa, como era característico em missões de delimitação fronteiriça internacionais, mas também actuou como adjunto do Governador de Timor, Celestino da Silva. Esses trabalhos de demarcação da fronteira em agosto de 1898 não foram pacíficos, tendo existido numerosas contestações por parte dos holandeses e por parte de chefes locais, ao ponto de três chefes locais de territórios fronteiriços terem sido mortos. A missão de soberania nos territórios fronteiriços e de pacificação dos mesmos foi confiada pelo Governador ao Gago Coutinho.

Posteriormente, continuou a efectuar trabalhos de geodesia agora em Moçambique, entre 1900 e 1901, para a delimitação da fronteira internacional no distrito do Niassa.

Seguiram-se trabalhos em Angola, em 1901, integrados na missão geográfica para a delimitação da fronteira internacional de Noqui até ao rio Kwango, no norte de Angola, desta vez em conjunto com uma missão geográfica belga.

Novamente em Moçambique, entre 1904 e 1905, trabalhou na delimitação da fronteira internacional no distrito de Tete, em conjunto com missões britânicas e mais uma vez em Moçambique, entre 1907 e 1911, já como chefe da Missão Geodésica da África Oriental no levantamento cartográfico da colónia.

Encontrava-se em Moçambique quando foi enviado para a Estação Naval de Goa, onde assumiu a 7 de novembro de 1911 o comando da canhoneira *Rio Sado*. Encontra o navio em difíceis condições de navegabilidade, pela necessidade urgente de manuten-





ção da sua máquina, facto que é reconhecido posteriormente com a ordem de desarmamento da mesma a 13 de janeiro de 1912.

Ainda, na Índia Portuguesa, durante a Campanha de Satary (1912), teve a necessidade de auxiliar o Exército na restauração da ordem na região. Gago Coutinho destacou uma força de desembarque apoiada por uma das peças de 37mm desembarcada do navio, com a missão de defender a ordem pública e os edifícios oficiais, no concelho interior de Goa, em Valpoi.

Em 21 de março, Gago Coutinho entregou o comando da canhoneira *Rio Sado* e partiu para Macau a fim de assumir o comando da canhoneira *Pátria*. Quando foi designado para o comando da canhoneira *Pátria*, já esta se encontrava em missão nas águas de Timor desde janeiro de 1912. Entre as suas missões destacavam-se o desembarque de forças de marinhagem, o apoio de fogos e bombardeamentos sobre terra com artilharia, mas, também, de assistência às populações como se verificou

com o embarque do régulo D. Hugo e a rainha de Ocussi. A canhoneira *Pátria* regressou a Dili, a 13 de abril, e como previsto, a 17, Gago Coutinho assumiu o comando da mesma.

Logo no dia seguinte a ter assumido o comando, Gago Coutinho seguiu com o navio para a zona de combate, com a missão de dar continuidade às missões anteriores de apoio às forças militares terrestres desembarcada em Ocussi. Manteve-se na zona até 24 de maio, quando largou com destino a Bétano e Manufahi, com o objectivo de apoiar as colunas militares que cercavam Leulaco. Chegado, fundeou o navio junto a Bétano e aí quando desembarcou foi recebido pela população local com entusiasmo.

Como entre a baía de Bétano e o objectivo militar, Leulaco, distavam 12 quilómetros Gago Coutinho decidiu inovar o modo como iria conduzir a sua missão. Assim e, para apoio ao controlo de tiro do navio, ordenou a colocação de um posto de observação a 360 metros de altitude e a cerca de 7 quilóme-



tros do mar, que podia observar o local da queda dos projecteis e, deste modo, regular o fogo das peças de 100mm da canhoneira *Pátria* quando disparava sobre o inimigo que cercava Leulaco. Manteve os bombardeamentos entre 1 abril e 4 de junho, data em que largou de Bétano e regressou a Dili.

A sua missão a bordo da canhoneira *Pátria* durante a acção de pacificação na revolta de Manufahi, em Timor terminou a 14 de junho e a revolta terminaria pouco depois em Outubro. Substituído não só devido à saúde debilitada pelo clima, mas também para terminar os trabalhos de cálculo de compensação da rede geodésica em Moçambique, local onde anteriormente estivera a trabalhar. Em Outubro desse mesmo ano voltaria a comandar uma nova missão geodésica, desta vez em Angola nos trabalhos da comissão de demarcações da fronteira Sueste de Angola, Barotze, que durariam quase até às vésperas do início Grande Guerra.

Foi relativamente curta a passagem de Gago Coutinho pelo

convés de navios, no entanto suficientemente marcante para lhe proporcionar um lugar na História Militar. Mas seriam outros os factos que o tornariam mais conhecido e admirado, em especial o seu trabalho científico como geógrafo, o trabalho académico como historiador dos Descobrimentos e a muito mediática travessia do Atlântico Sul, Lisboa ao Rio de Janeiro, efectuada no ano da comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

BIBLIOTECA CENTRAL DA MARINHA – Arquivo Histórico, “*Livro Mestre – Classe Marinha/C, Gago Coutinho*”, Archeevo PT\_BCM-AH\_2465\_115.tif, (online)

<https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=2347&FileID=76446>

CRUZ, João José de Sousa, “Tenente Eduardo Valadim, Herói ou Mártir: Situação em Portugal e Moçambique nos finais do século XIX”, *Revista Militar* n.2544, Janeiro de 2014.



ESPARTEIRO, António Marques, *Três séculos no Mar (1640-1910)*, IX Parte/Canhoneiras/2º Volume, Coleção Estudos n. 25, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1986.

ESPARTEIRO, António Marques, *Três séculos no Mar (1640-1910)*, IX Parte/Canhoneiras/5º Volume, Coleção Estudos n. 28, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1986.

INSO, Jaime do Inso, *A Última Revolta em Timor*, Lisboa, Edições Dinossauro, 2004.

MOTA, A. Teixeira da, *Obras Completas de Gago Coutinho: Obras Técnicas, Científicas e Históricas (1917-1921)*, Vol. II, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1975.

MOTA, A. Teixeira da, *Obras Completas de Gago Coutinho: Obras Técnicas, Científicas e Históricas (1893-1915)*, Vol. I, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

PÉLISSIER, Rene (2010), *Portugueses e Espanhóis na Oceânia: duas formas de resolver insurreições*, Cascais, Príncipe Editora, 2018.

PINTO, Rui Miguel da Costa, *Gago Coutinho: O Último Grande*

*Aventureiro Português*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2014.

PINTO, Rui, *Almirante Pioneiro com Alma de Tenente: Memórias de Gago Coutinho*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 2017.

SELVAGEM, Carlos, *Compêndio de História Militar e Naval de Portugal: desde as origens do estado portugalense até ao fim da dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931.

---

<sup>1</sup> Texto publicado em Português de Portugal, conforme original.

<sup>2</sup> Referimo-nos ao extenso número de trabalhos publicados pelo Almirante Gago Coutinho, os quais foram compilados em dois volumes organizados por Moura Brás e também num extenso trabalho de outros dois volumes de Teixeira da Mota. Actualmente o Museu de Marinha tem uma exposição temporária aberta ao público denominada “Gago Coutinho, viajante e explorador” que permanecerá aberta até finais de Dezembro de 2020.

# Academia de Polícia Militar do Barro Branco: a escola militar paulista

Fernando de Medeiros Vasconcelos <sup>a</sup>

Resumo: A Polícia Militar do Estado de São Paulo, maior corporação policial do país, forma seus oficiais em uma instituição superior modelar: a Academia de Polícia Militar do Barro Branco, situada na capital paulista. Escola de tradição secular, atualmente emprega as mais modernas e atualizadas técnicas de ensino para capacitar os futuros líderes policiais. O presente artigo tem como objetivos revisitar a história da Academia, bem como analisar o papel que desempenha para o sucesso e eficácia da corporação policial militar paulista.

Palavras-chave: Academia militar, polícia militar, segurança pública, ensino.

A gênese da Polícia Militar corresponde ao período regencial do Brasil, com a criação do Corpo Municipal Permanente em 1831. O embrião da instituição surgiu em um período conturbado da História Nacional, devido a menor idade do Imperador D. Pedro II e a grande instabilidade política, aliado ao fato do Exército Nacional não possuir capilaridade em todo o território nacional para garantir a união do país e conter o surgimento de revoltas locais.

Com o passar dos anos, os Permanentes, como eram conhecidos os integrantes do Corpo Municipal Permanente, foram evoluindo, até que, em 1905, o Governo de São Paulo, na figura do Governador Jorge Tibiriçá, contratou uma Missão Militar Francesa para doutrinar e profissionalizar a então Força Pública, forma como a Instituição passou a ser chamada e cuja denominação perdurou até o ano de 1970. A vinda da Missão Francesa equiparou a organização militar

---

<sup>a</sup> Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo.



brasileira aos moldes de instituições europeias. Em 1906, os oficiais franceses que chegaram logo foram incumbidos de comandar a Força Pública e iniciar a reestruturação da instituição por meio da educação da tropa. É neste cenário que, em 1910, o Coronel Paul Balagny, comandante da Missão Militar Francesa, cria o Curso Especial Militar - aos moldes da Escola Especial Militar de Saint-Cyr, responsável pela formação dos Oficiais do Exército francês. As atividades iniciadas pelo Coronel foram continuadas pelo General Nerel, comandante da segunda Missão Militar Francesa, que, com o fim da Primeira Guerra Mundial, fixou-se em São Paulo entre os anos 1919 a 1924.

No dia 27 de dezembro de 1910 foi publicada a Lei nº 1.244, que, conforme descrito no artigo 5º, criou o Curso Especial de Instrução Militar, destinado a educar os futuros comandantes. Tal fato tornou São Paulo o primeiro Estado da Federação a formar seus próprios oficiais e deu a futura Academia de Polícia Militar do

Barro Branco o título de uma das instituições mais antigas do mundo na formação de Oficiais de Polícia.

Fig. 1 – Cel Paul Balagny



Fonte: Museu da PMESP

Nos primeiros anos o Curso funcionava na Companhia Escola e em 1912 foi elevada a condição de Corpo Escola, sendo que ambas funcionaram no Quartel da Luz, hoje 1º Batalhão de Polícia de Choque ROTA. A partir de 1921 a Escola de Oficiais passa a funcionar em um aquartelamento próprio na Avenida Tiradentes, no centro da capital paulista.



Com os integrantes do Corpo Discente sendo conhecidos pela graduação de Alunos-Oficiais, em 1917 é criada a graduação de Aspirante-Oficial através da Lei 1.558, artigo 3º, de 20 de outubro daquele ano, pois agora, futuro Oficial de Academia passaria por um estágio probatório antes de sua promoção ao primeiro posto.

Em 1925 o Curso de Formação de Oficiais obteve uma grande mudança, uma vez que passou a realizar concurso destinado ao público civil. Isso se deu, porque, de 1910 até aquele corrente ano, o concurso para a Escola de Oficiais era destinado ao efetivo da Força Pública. Isso ocorria porque a educação na sociedade era limitada e precária, aliada ao fato de que a tropa já vinha sendo alfabetizada e educada pelos militares franceses desde 1906.

Mas o que motivou a abertura do concurso para o público civil foi o aumento do efetivo da corporação, incluindo o de Oficiais, bem como o fato das Unidades estarem mobilizadas na perseguição a Coluna Miguel Costa-Prestes, evento

que perdurou de 1924 a 1927, e que contou com a presença dos Alunos-Oficiais dentro dos Batalhões.

Após o retorno da Força Pública às terras paulistas, é realizada, em 1928, uma reforma em sua estrutura organizacional. Agora, o Corpo Escola é dividido em Batalhão Escola e Curso de Instrução Militar, sendo este destinado a formação de Oficiais. Tal divisão teve como objetivo atender o crescimento dos quadros da corporação.

Com a vitória dos Tenentes na Revolução de 1930, a Força Paulista mais uma vez passa por uma reforma estrutural no ano de 1931, quando o Batalhão Escola e o Curso de Instrução Militar são unificados em uma nova Unidade, o Centro de Instrução Militar.

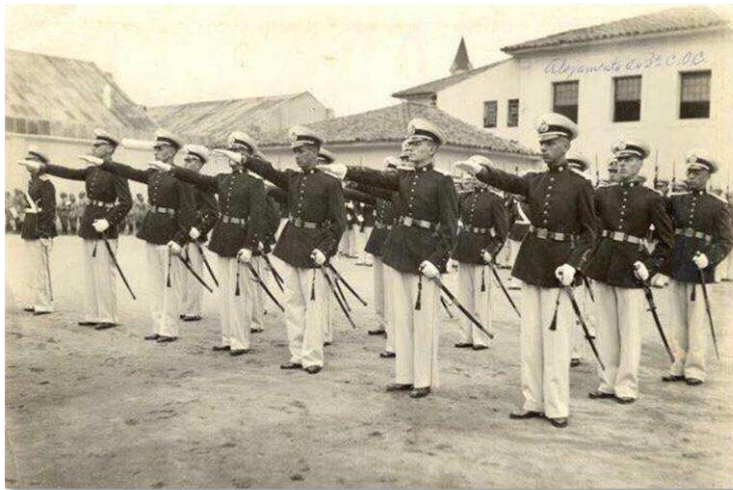
Durante a Guerra Paulista de 1932 o Centro de Instrução Militar terá um papel fundamental na formação dos combatentes voluntários, bem como no envio dos Alunos-Oficiais comissionados como tenentes e capitães, para comandarem tropas na front.



Findadas as hostilidades em 1932, no ano seguinte, o Curso é mais uma vez modificado, agora o currículo é unificado deixando de existir Alunos-Oficiais de Infantaria e de Cavalaria, criando o Curso de Oficiais Combatentes e o Curso de Oficiais Administrativos e, con-

sileiro Milton Freitas Almeida, ex-chefe do Estado-Maior da 2ª Região Militar, em São Paulo, e ex-revolucionário de 1932, momento em que lutou ao lado da Corporação Bandeirante. O Coronel Freitas Almeida foi determinante para a reestruturação do Centro de Instru-

Fig. 2 - Entrega do Espadim em 1937



Fonte: Museu da PMESP

sequentemente, a reativação do Centro de Instrução Militar.

Em 1935, ano seguinte após a promulgação de uma nova Constituição, assume o comando da Força Pública o Coronel do Exército Bra-

ção Militar, foi ele o responsável pelo Espadim Bandeirante e pelos Uniformes em estilo Napoleônico, o “Azulão”, destinado aos Alunos Oficiais com o objetivo de enalte-



cer as tradições francesas da Academia.

O Espadim foi elaborado no ano de 1935, seguindo a tradição militar da Europa Medieval, tendo sua primeira entrega a todo o corpo discente em uma solenidade no dia 15 de dezembro de 1936, aniversário da Corporação, e utilizado solenemente por toda a Escola de Oficiais em 25 de janeiro de 1937. Foi sacramentada a entrega deste símbolo aos Alunos-Oficiais do 1º ano, no dia 24 de maio de 1937, dia em que se comemora a Batalha do Tuiuti.

Com a modernização e crescimento do Brasil, aliado ao fato da 2ª Grande Guerra estar se aproximando e envolvendo nosso país no maior conflito bélico da história da humanidade, foi iniciada a construção de um novo quartel para abrigar a Academia, com instalações modernas e próprias para a nova proposta de ensino militar. Com isso, no dia 5 de junho de 1944 é inaugurado o novo Centro de Instrução Militar na área da internada do Barro Branco, na zona norte da

capital paulista, longe da agitação do centro urbano.

Vale ressaltar que nesse período o Exército necessitava de um novo aquartelamento para abrigar a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Assim, com o temor de perder a nova unidade para a FEB, ainda em 1943, o Corpo de Alunos, juntamente com seus Oficiais, realizou uma marcha desde o antigo Quartel na região da Luz até as novas instalações no Barro Branco, que ainda estava em fase final das obras.

Após o término da guerra e queda do presidente Getúlio Vargas, temos o fim do Estado Novo e início de uma nova democracia com a promulgação da Constituição de 1946. É neste momento, em 1947, que assume o Comando da Academia o Tenente-coronel Heliodoro Tenório da Rocha Marques, veterano de 32, que foi um grande reformador do ensino acadêmico, bem como o mentor de que o Espadim fosse uma homenagem ao patrono da Força Pública de São Paulo, assim, em 1948 o símbolo do Aluno-Oficial passa a





se chamar Espadim Tobias de Aguiar.

Para finalizar as reformas na área de ensino e projetar a Academia dentro da nova realidade nacional, em 1950 ela passa a se chamar Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA) e o Curso de Oficiais Combatentes (COC) passa

rural e urbana, bem como a atividade subversiva, devido a essa situação matérias alusivas a esse tipo de atividade são incluídas na formação do Oficial.

No ano de 1969 temos a reestruturação e padronização da Segurança Pública em todo o país, nesse contexto que, em 1970, a Força

Fig. 3 - Corpo de Alunos-Oficiais no pátio interno da APMBB



Fonte: APMBB

a se chamar Curso de Formações de Oficiais (CFO).

No auge da Guerra Fria, em que o mundo estava dividido entre países capitalistas e comunistas, tem no Brasil o início do Regime Militar, em 31 de março de 1964, com isso vemos a Força Pública ser utilizada no combate a guerrilha

Pública do Estado de São Paulo passa a se chamar Polícia Militar do Estado de São Paulo, agora focada somente na doutrina policial, deixando a missão bélica para trás e se preparando para o futuro de uma instituição militar de polícia.



Atendendo a essa nova configuração e doutrina é que o CFA passa a se chamar Academia de Polícia Militar (APM). No ano de 1978 o comandante da APM, o Coronel Irahy Vieira Catalano, acrescenta a alcunha Barro Branco, regatando o nome daquela antiga área da Força Pública, quando, então, a velha Escola Militar de São Paulo passa a se chamar Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

Pioneira no Brasil e uma das mais antigas do mundo na formação de Oficiais de Polícia Militar, criada pela Missão Militar Francesa em 1910, até a atualidade a Academia do Barro Branco vem ao longo dos anos evoluindo e se aprimorando para melhor formar os oficiais de sua instituição, inclusive formando para outros Estados de Federação.

Seja qual for a evolução ou momento histórico, a Academia jamais abdicará a missão de formar verdadeiros comandantes policiais militares, com a profunda e indispensável missão de transformar pessoas comuns em líderes que

conduzirão homens e mulheres, que além de deterem o poder de polícia e exercem o monopólio do uso da força, arriscam suas vidas diariamente em defesa da sociedade no combate ao crime e a manutenção da ordem pública.

Como dito no Canto X de Os Lusíadas, de Luís Vaz de Camões, “*A disciplina militar prestante não se aprende, senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando. Senão vendo, tratando e pelejando*”, é nesse sentido que ao longo desses 110 anos a lendária Academia de Polícia Militar do Barro Branco busca não somente a transmissão de conhecimentos aos futuros oficiais, mas sim, internalizar uma filosofia de vida. Ensinando ao seu Corpo de Alunos-Oficiais que servir a sociedade é algo muito mais amplo, que não se resume ao cumprimento de uma atividade laboral em um determinado espaço de tempo, mas uma vida pautada na disciplina e na honra, com um nível de exigência muito acima da média de qualquer cidadão comum.

# 220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões do RS pelos luso-brasileiros

Luiz Ernani Caminha Giorgis <sup>a</sup>

Resumo: Este trabalho aborda o processo histórico que resultou na posse e consolidação da região das Missões, chamada então de Sete Povos das Missões, situada ao norte e noroeste do Rio Grande do Sul, pelos luso-brasileiros, gaúchos, no início do século XIX sob a força das armas contra os espanhóis e seus descendentes, e os seus desdobramentos, em função da celebração do Tratado de Badajoz de 1801 entre Portugal e Espanha. Aborda também o processo histórico seguinte, pós-Badajoz, que consistiu em tentativas de retomada do território pelos espanhóis, passando pelo Tratado do Rio de Janeiro em 1828, que promoveu a independência da Banda Oriental com o nome de República Oriental do Uruguai e continuando até a metade do século XIX com as ações imperialistas dos diversos ditadores platinos, inclusive Francisco Solano Lopez, do Paraguai.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul, Missões, invasão, posse, luso-brasileiros, espanhóis.

## PALAVRAS INICIAIS

Desde o descobrimento da América e o anterior Tratado de Tordesilhas, portugueses e espanhóis passaram a lutar entre si pelos territórios recém-descobertos. Sem dúvida, Tordesilhas deixou muitas lacunas e dúvidas que causaram atritos e desconfianças de

ambos os lados no decurso dos séculos seguintes.

Ao longo do tempo, os tratados que tentaram delinear os interesses territoriais ibéricos na América foram os seguintes:

- Tratado de Tordesilhas (1494);
- Tratado de Lisboa (1681);
- Tratado de Utrecht (1715);
- Tratado de Madri (1750);

---

<sup>a</sup> Coronel de Infantaria. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



- Tratado de El Pardo (1761);
- Tratado de Santo Ildefonso (1777); e
- Tratado de Badajoz (1801).

Todos eles foram instrumentos que procuraram, de uma forma ou de outra, dirimir dúvidas e desavenças entre os dois impérios. Demandas que, como se poderá verificar, se prolongaram pelos séculos XVII e XVIII, chegando ao XIX. As pretensões geopolíticas predominavam em ambos os lados, tanto na Península Ibérica como na América do Sul.

Destes tratados nos interessam, particularmente, o de Santo Ildefonso e o de Badajoz, este de maneira peculiar.

## **O TRATADO DE SANTO ILDEFONSO**

Na segunda metade do século XVII, Portugal passava por sérias dificuldades políticas. Com a morte de Dom José I (1714-1777), subiu ao trono sua filha Dona Maria I, a qual demitiu o todo-poderoso Pri-

meiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – Conde de Oeiras, iniciando assim um período apelidado de “A Viradeira”. Dona Maria I e seu primo Don Carlos III, rei de Espanha, houveram por bem assinar o Tratado de Santo Ildefonso para acertos dos limites e para “acalmar os ânimos belicosos na região platina”.<sup>1</sup>

O Tratado foi assinado em 1º de outubro de 1777 na localidade de Santo Ildefonso, província de Segóvia, Espanha, e procurou restabelecer, em parte, os postulados do anterior Tratado de Madri (1750) no que se referia à Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, uma colônia portuguesa estabelecida em 1680 na margem esquerda do Rio da Prata, e o território das Missões jesuíticas, situado ao norte e noroeste do território do atual Rio Grande do Sul.<sup>2</sup>

Se o Tratado de Madri trocava Sacramento pelas Missões, então de posse portuguesa, o de Santo Ildefonso entregava tudo às mãos da coroa espanhola. Foi uma derrota da diplomacia portuguesa da época.



O traçado da linha demarcatória estabelecido em Santo Ildefonso foi o seguinte (Fig. 1):

norte. Ficavam na parte espanhola não somente a região das Missões, mas toda a região oeste, sudoeste e sul, até a área das lagoas Mirim e

Fig. 1: Linhas dos tratados de Tordesilhas, Madrid e Santo Ildefonso.



Fonte: LEMOS, op.cit.

Ou seja, o Tratado de Santo Ildefonso dividia o território do Rio Grande do Sul, na época Capitania do Rio Grande de São Pedro, em duas partes por uma linha sul-

Mangueira. Ou seja, toda a região a oeste do rio Jacuí.

Esta situação perdurou por 24 anos, desde 1777 até 1801. No período, a situação socioeconômica



da Capitania era a seguinte: a população era um pouco maior que 30 mil habitantes, a maioria espanhola em estâncias e recém-formados povoados que cresciam e prosperavam baseados, principalmente, na pecuária. A agricultura era a de subsistência.

A região das Missões – os Sete Povos, estava assolada pela pobreza e pela desorganização, resultado da expulsão dos jesuítas da região em 1759, por Carta Régia de Dom José I, rei de Portugal. Carta Régia cujas ordens foram mandadas executar pelo seu Primeiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – Conde de Oeiras e futuro Marquês do Pombal.

Os *Siete Pueblos* das Missões Orientais do Uruguai eram os seguintes: San Miguel, San Juan, San Angel, San Lorenzo, San Luís Gonzaga, San Nicolás e San Francisco de Borja.<sup>3</sup>

## **A GUERRA NA PENÍNSULA IBÉRICA**

Depois da Revolução Francesa, a situação da Europa como um

todo era a de um novo ciclo histórico. Muitas reivindicações, lutas pelo poder, alianças político-militares, a França procurando se sobressair entre as grandes nações e rivalidades cada vez mais flagrantes.

Quanto às nações ibéricas, os anseios ainda pré-napoleônicos se traduziram em pressões diplomáticas, econômicas e militares a partir do final do século XVIII.

Em Portugal, o Príncipe Dom João assumia em 1792 a regência do Reino português em nome de sua mãe Dona Maria I, incapacitada por questões de saúde.

Quatro anos depois, em 18 de agosto de 1796, também em Santo Ildefonso, foi assinado outro tratado, desta vez entre Espanha e França, estabelecendo a declaração de guerra de ambos os países à Inglaterra.<sup>4</sup> Em 1798, Napoleão assume o poder total na França através do golpe chamado de “18 do Brumário”. A partir daí, Napoleão passou a hostilizar a Inglaterra, sua maior inimiga e, por via de consequência, Portugal, aliada daquele reino.



Pressionada pela França, a Espanha passou também a hostilizar Portugal, pelo simples fato de que os portugueses se negaram a cortar relações diplomáticas e comerciais com a Inglaterra, sua aliada desde longa data. Está claro que a rivalidade maior era entre França e Inglaterra.

Em 2 de março de 1801, obedecendo às convenções firmadas com a França, o rei espanhol Carlos IV declarou guerra a Portugal e seus domínios. Declaração de guerra formalizada em Aranjuez. Antes mesmo da resposta portuguesa a esta declaração os exércitos franco-espanhóis invadiram o Alentejo e tomaram a localidade portuguesa de Olivença, situada na província de Badajoz.<sup>5</sup> Foi a chamada Guerra das Laranjas.<sup>6</sup>

É fácil observar que estava tudo preparado para esta agressão ao estado lusitano. Desde o final do século XVIII os espanhóis vinham concentrando tropas na fronteira com Portugal.

As operações militares duraram 18 dias. Neste período o Exército Espanhol, diante de fraca resis-

tência portuguesa, tomou uma dúzia de populações fronteiriças no Alto Alentejo.

Em 06 de junho de 1801, Portugal de um lado, e Espanha coligada à França de outro, foi assinado o Tratado de Badajoz.

## **ACONTECIMENTOS NO CONE SUL DA AMÉRICA**

Os acontecimentos peninsulares repercutiram intensamente na Capitania do Rio Grande, cujo governante<sup>7</sup> tomou, imediatamente, providências em relação à nova situação, da mesma forma que em situações anteriores, ou seja, o que acontecia na Península Ibérica repercutia no cone sul da América.

Conforme o historiador Guilherme César

O Governador Veiga Cabral, mobilizando os escassos recursos disponíveis, convocou milicianos, anistiou os desertores, chamou às fileiras antigos soldados que se haviam licenciado e, por fim, concentrou todas as suas forças na Vila do Rio



Grande e na fronteira do Rio Pardo. Algo de surpreendente então se verifica. Alertado, antevendo o perigo, o povo supriu espontaneamente as manifestas deficiências materiais da nossa organização militar. O entusiasmo da população criou, desta forma, condições favoráveis à vitória altamente expressiva que se seguiria. Mas o inimigo não estava também muito forte. O governador de Montevideú, Bustamante y Guerra, que havia criado em 1797 o Regimento de Blandengues, dispunha de pouca tropa, e o mesmo acontecia com o de Buenos Aires. O expediente que seguiram, na emergência, foi o recuo para suas fortificações, onde esperavam resistir.<sup>8</sup>

As notícias da guerra na Península chegaram à vila de Rio Grande em agosto de 1801, quando a paz já fora assinada. Mas, em 17 de agosto, Veiga Cabral já havia proclamado o estado de guerra. É fácil perceber que o Governador quis aproveitar o contexto bélico na Península Ibérica para retomar as Missões.

Veiga Cabral organizou as ações em duas frentes. Com o início

da progressão a partir de Rio Grande, as colunas do Tenente-Coronel Jerônimo Xavier de Azambuja e a do Coronel Manuel Marques de Sousa (o 1º)<sup>9</sup>, partiram para a ofensiva. De maneira geral, muitos combatentes ainda se lembravam da invasão do espanhol Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón (1715-1778) em 1763, que manteve parte do território rio-grandense sob a dominação espanhola durante 13 anos.

Conforme o historiador Hernani Donato<sup>10</sup> foram sete as principais ações dos luso-brasileiros contra os espanhóis, todas em 1801.

Em 8 de agosto, em São João Mirim, os combatentes de José Borges do Canto e do furriel Gabriel Ribeiro de Almeida atacaram de surpresa um acampamento “castelhano”. Foram 14 mortos e dezenas de feridos, contra somente um ferido luso-brasileiro. Foi aprisionado o comandante espanhol José Manoel de Las Cañas. No dia seguinte, 300 indígenas da região se apresentaram voluntários para in-





corporação às tropas luso-brasileiras.

No dia 10 de agosto, a mesma tropa de patrícios conquistou São Miguel das Missões, a sede administrativa das Missões. Inicialmente repelidos, os patrícios conquistaram a localidade em três dias, obtendo a rendição dos defensores.

Em 05 de outubro, o Capitão patrício Antônio Rodrigues Barbosa transpõe o rio Jaguarão e faz debandar o destacamento espanhol de Guarda da Lagoa que ali mantinha um posto.

Em 17 de outubro, na região de Passo da Perdiz, o Capitão Antônio Xavier de Azambuja, à frente de 200 homens a cavalo, vence um grupamento de 160 espanhóis, causando 52 baixas e fazendo 82 prisioneiros.

Em 22 de novembro, na região de San Lucas, Argentina, o Capitão Manoel dos Santos Pedroso, atravessa o rio Uruguai e cai de surpresa sobre um acampamento espanhol, expulsando os 130 militares. Foi contra-atacado dois dias depois, mas suportou o ataque e manteve o passo.

Em 23 de novembro, em Camaquã, na barra do rio de mesmo nome, José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida unem forças e vencem uma tropa inimiga que tentava uma manobra de reconquista do território.

No mesmo dia, em Apóstoles, Argentina, os espanhóis, sob o comando do capitão Rubio Dulce, tentam estabelecer uma cabeça de ponte no rio Icamaguã. Foram atacados e vencidos por Gabriel Ribeiro de Almeida contando três mortos e quatro feridos.

Estas ações contaram com a coordenação do Coronel Manuel Marques de Souza, apoiado pelos luso-brasileiros tenentes-coronéis Jerônimo Xavier de Azambuja e Patrício José Corrêa da Câmara, este último futuro Visconde de Pelotas.

## **A INCORPORAÇÃO DAS MISSÕES E DAS REGIÕES OESTE E SUDOESTE**

Em 6 de junho de 1801 foi assinado o Tratado de Badajoz, cujo



texto só foi conhecido na Capitania do Rio Grande em dezembro. Conforme Guilhermino César

Seu texto, conhecido no Rio Grande só em dezembro, silenciava por completo sobre restituições de território que as armas brasileiras houvessem conquistado<sup>11</sup>, de modo que os limites no extremo-sul do Brasil continuavam a ser os fixados em 1777. O Vice-Rei de Buenos Aires, entretanto, pretendeu reaver as Missões, legando que continuava de pé o Tratado de Santo Ildefonso. A isto se opôs, firme e habilmente, o Brigadeiro Roscio<sup>12</sup>: a Espanha conquistara Olivença aos portugueses e não estava obrigada a devolvê-la: do mesmo modo, não restituiria aos platinos as Missões Orientais, que passaram, assim, a integrar definitivamente o território brasileiro.<sup>13</sup>

O Governador Veiga Cabral faleceu em novembro, ainda a tempo de ver exitosas as ações que mandou desencadear para retomar as Missões dos espanhóis. Substituiu-o interinamente o brigadeiro Francisco João Roscio, que se achava em Porto Alegre. Roscio

imediatamente vai para a área conflagrada e determina enérgicas providências para afastar o perigo de represálias, principalmente na fronteira do Jaguarão.

Percebe-se claramente que

Fig 2 - Linha do Tratado de Santo Ildefonso e a região que foi conquistada aos espanhóis



Fonte: LEMOS, op.cit.

houve uma troca. Os espanhóis ficaram com Olivença e os luso-brasileiros com as Missões e a região ao sul delas (Fig. 2).



Como se vê na figura, a área conquistada ou reconquistada estava entre a linha de Santo Ildefonso e a linha formada pelos rios Quaraí (nascente) e Jaguarão (idem), sendo que há uma fronteira seca entre estas duas nascentes, que hoje corresponde aos limites dos municípios de Sant'Ana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé e Jaguarão.

Conforme o historiador César Pires Machado

Em 17 de dezembro de 1801 na Vila de Rio Grande era publicado um edital comunicando a paz firmada entre Espanha e Portugal. No acampamento de Jaguarão, Marques de Souza recebeu esse edital em 20 de dezembro de 1801 e encaminhou cópia ao Comandante espanhol Sobremonte no dia seguinte. Este, no entanto, permaneceu diversos dias sem a confirmação de Buenos Aires, onde provavelmente imaginavam que essa dilação permitiria a retomada de algum território perdido. No Povo de São Nicolau, o edital foi recebido por Joaquim Félix da Fonseca Manso em 26 de dezembro de 1801. No dia seguinte, encaminhou cópias aos comandantes e go-

vernadores espanhóis fronteiriços. Os termos da carta que acompanhava tais cópias, porém, denunciavam desassossego e antagonismo congênito. Em vez de expressões conciliatórias, Manso, depois de ressaltar que estava obrigado a não empreender qualquer agressão à Nação Espanhola, concluía de modo pouco diplomático: “Porem he preciso que V. Mce igualmente faça tão bem cessar quaesquer hostilidades contra a Nação Portuguesa [...]: ficando V. Mce alias responsavel pelas consequencias de qualquer aggressão ou acommetimento, q. daqui em deante, da sua parte possa acontecer”.<sup>14</sup>

Terminada a guerra na península, autoridades espanholas tentaram convencer as autoridades lusobrasileiras a devolver os territórios conquistados pelas armas. Mas prevaleceu o princípio do *uti possidetis* e o que foi conquistado assim ficou.

O território conquistado abrangia a área dos Sete Povos das Missões mais a região situada entre os rios Piratini e Jaguarão e, ainda, uma faixa de terras que liga essas duas partes, tangenciando, a Oeste,



o rio Santa Maria e nascentes do rio Negro. É uma área equivalente a um terço do atual território gaúcho. Alguns autores interpretam que o antigo distrito de Entre Rios, território limitado pelos rios Uruguai, Quaraí, Ibicuí e Santa Maria, teria sido conquistado nessa guerra.<sup>15</sup>

Em seguida, o governo da Capitania tratou de organizar econômica e psicossocialmente a região dos Sete Povos. Em 1843, pela lei do Orçamento, o Império incorporou as terras. Em 1850, já Brasil independente, a lei nº 601, de 18 de setembro dispôs sobre a aquisição de terras devolutas e facilitou a ocupação pacífica de toda a área, estimulando o estabelecimento de colônias agrícolas nacionais e também estrangeiras.

### **AS TENTATIVAS DE RECUPERAÇÃO DOS SETE POVOS PELA ESPANHA**

A Espanha passou a considerar a possibilidade de recuperar a região pela força das armas. Os

vice-reis do Rio da Prata Don Joaquín del Pino Sánchez de Rozas Romero y Negrete (1729-1804) e seu sucessor o General Rafael Núñez Castillo Angulo y Bullón Ramírez de Arellano, Marquês de Sobremonte (1745-1827) organizaram os estudos estratégicos e táticos para atingir esse objetivo. Para isso, foi nomeado o integrante da Junta Consultiva de Fortificações e Defesa das Índias General Don Felix de Azara.

Azara passou a defender uma ampla manobra que se baseava na conquista do Porto de Rio Grande e, em seguida, todo o território. Mas Azara retornou para a Europa ainda em 1801, não deixando, entretanto, de continuar a defender a mesma tese. Os acontecimentos posteriores iriam desmanchar os anseios espanhóis.

Em 1805, o Rio da Prata sofre a invasão da Inglaterra e, em seguida, as duas invasões do Império inglês, ocorridas em 1806 e 1807. E assim, os objetivos territoriais e as demarcações dos limites entre os impérios ibéricos no cone sul foram sempre postergados.



## CONCLUSÕES

Este processo histórico é um dos mais longos da História do Brasil. Com efeito, tomando-se seu início em 07 de junho de 1494 com o Tratado de Tordesilhas podemos, sem risco de cometer erros, fixar o seu final no dia 1º de março de 1870, quando da morte de Francisco Solano Lopez nas margens do Arroio Aquidabangui.

Assim, foram 376 anos de prolongadas lutas, tratados, disputas, desavenças, corrimaçãs, desconfianças, etc., entre luso-brasileiros, brasileiros, orientais e argentinos.

Alguns eventos merecem ser destacados nesse processo, pela importância e relevância histórica. São eles, além dos já citados:

- a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808;

- as intervenções do Império português na Banda Oriental em 1811 e 1816 contra as chamadas Guerras de José Gervásio Artigas;

- a incorporação da Cisplatina pelo Império do Brasil em 1821 quando toda a chamada Banda

Oriental passou a pertencer ao Império português, inclusive a Colônia do Sacramento;

- a Independência do Brasil em 1822;

- a Guerra da Cisplatina em 1825-28 (contra os orientais e contra as Províncias Unidas do Rio da Prata); guerra na qual se destacou a Batalha do Passo do Rosário em 20 de fevereiro de 1827;

- a independência do Uruguai em 1828 pelo Tratado do Rio de Janeiro, quando o Império do Brasil concordou com a tese de total autonomia e entregou todo o território da Cisplatina às lideranças uruguaias; o novo país recebeu o nome de República Oriental do Uruguai;

- a guerra contra o ditador uruguaio Manuel Ceferino Oribe y Viana em 1851;

- a guerra contra os anseios de reconstituição do Vice Reinado do Prata protagonizado pelo ditador argentino Juan Manuel de Rosas, os quais incluíam exatamente o território reconquistado em 1801 pelos luso-brasileiros (Fig. 3):



- a Guerra contra o ditador uruguaio Athanasio Cruz Aguirre em 1864; e, finalmente,

- a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, leia-se Francisco Solano Lopez, que queria formar o *El Gran Paraguay*

incorporando o território do Rio Grande Sul.

O território em questão só foi conquistado e reconquistado pelo esforço e pela saga dos primitivos habitantes e pelas lideranças, inicialmente portuguesas, depois luso-

Fig. 3 - O Vice-Reinado do Rio da Prata



Fonte: <https://maestrovirtuale.com/vice-reinado-do-rio-da-prata-causas-historia-politica/> Acesso em 18 de março de 2021.



brasileiras e finalmente brasileiras.

Ao final do processo histórico, os impérios português e do Brasil perderam o território da Cisplatina, deixando assim de fixar o limite sul no Rio da Prata, mas não permitiram à Argentina incorporar esse mesmo território, e mantiveram definitivamente o território das Missões.

## BIBLIOGRAFIA

AXT, Gunter (org.) et all. *As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período Colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *Brasil – Linha do Tempo*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2007.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009.

MACHADO, César Pires. *A Campanha de 1801 e a Conquista das Missões*. In: AXT, Gunter (org.) et all. *As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

---

<sup>1</sup> LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 189.

<sup>2</sup> A evolução do status político do atual Rio Grande do Sul foi o seguinte: a partir de 1760: Capitania do Rio Grande de São Pedro; a partir de 1807: Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul; em 1821: Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; e, a partir do Brasil-República: Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período Colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 211.

<sup>4</sup> Houve ainda um terceiro tratado, assinado em 1º de outubro de 1800 em Santo Ildefonso, no qual foram acerta-



das entre Espanha e a França questões relativas à Itália e à entrega da Louisiana (atual EUA) à França. Este tratado não envolveu os domínios sul-americanos.

<sup>5</sup> Esta guerra foi, inicialmente, chamada de Guerra das Laranjas. Depois Guerra Peninsular.

<sup>6</sup> Conforme a professora Graça Foles Amiguiinho no site <https://elvasnews.pt/forte-da-graca-guerra-das-laranjas-sec-xix-1801/> (acesso em 16/03/2021), durante a conquista dos territórios de Elvas, o ministro hispânico Manuel Godoy colheu um ramo de laranjeira e o enviou para a corte espanhola para provar que havia conquistado Olivença.

<sup>7</sup> Trata-se do Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara (1742-1801), português de Santa Maria de Soutelo, vindo para o Brasil em 1773.

<sup>8</sup> CÉSAR, op.cit., p. 212.

<sup>9</sup> Houve três Manuel Marques de Souza, avô, filho e neto. O 3º - Conde de Porto Alegre, lutou na Guerra do Paraguai e faleceu em 1875 no Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996, p. 98.

<sup>11</sup> Conforme CÉSAR (1970, p. 216), o príncipe regente Dom João, genro de Carlos IV, não teve como repelir as cláusulas humilhantes do tratado. Por-

tugal perdeu Olivença e seu território, e foi obrigado a fechar os portos do Brasil para a Inglaterra, ato revogado em 1808 quando Dom João chegou ao Brasil com a família real.

<sup>12</sup> Francisco João Roscio (Ilha da Madeira, 1733 - Porto Alegre, 1805), foi um engenheiro militar português que veio para o Brasil em 1767 para trabalhar em cartografia. É dele, em 1775, o projeto da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro. Trabalhou em diversas fortificações e levantamentos cartográficos nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande (do Sul). Tendo recebido a patente de tenente-coronel, chefiou uma Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites, encarregada de mapear a região Sul da colônia e resolver conflitos fronteiriços com as colônias espanholas. Também no sul foi autor dos projetos da Igreja Matriz do Rio Pardo (1791) e da Igreja Matriz de Cachoeira do Sul (1793). Já Brigadeiro, Roscio governou interinamente a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul de 5 de novembro de 1801 a 30 de janeiro de 1803. Faleceu em Porto Alegre em 1805.

<sup>13</sup> CÉSAR, op.cit., p. 216.

<sup>14</sup> MACHADO, César Pires. A Campanha de 1801 e a Conquista das Missões. In: AXT, Gunter (org.) et all. *As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 77/86.

<sup>15</sup> CÉSAR, op.cit., p. 218.



# **A Revolta de Jacareacanga: batismo de fogo da Infantaria da Aeronáutica**

**João Rafael Mallorca Natal <sup>a</sup>**

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade apresentar os principais fatos ligados ao episódio conhecido como a Revolta de Jacareacanga, ocorrido em fevereiro de 1956. Nesse evento, militares da FAB, liderados pelo Major-Aviador Haroldo Veloso apossaram-se de uma aeronave e atingiram a Região Amazônica, declarando-se em revolta contra o governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Após as ações iniciais da revolta, o Governo Federal determinou forte reação armada, usando meios das três Forças. Destaca-se a ação da tropa de Infantaria da Aeronáutica, que foi instrumental para debelar-se a revolta.

Palavras-chave: Revolta de Jacareacanga, Governo JK, Infantaria da Aeronáutica.

## **A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL EM 1956**

O Durante o período compreendido entre 1954 e 1956, o Brasil viveu uma fase das mais delicadas, em sua história política. O assassinato do Major-Aviador Rubens Florentino Vaz, em agosto de 1954, desencadeou uma crise política que levou ao suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto daquele ano, bem como a uma série

de acontecimentos que precederam a eleição do Presidente Juscelino Kubitschek (JK).

A eleição de Juscelino, em outubro de 1955, teve como resultado 35,68% dos votos dados a ele, candidato do Partido Social Democrático (PSD), contra 30,27% a Juarez Távora, candidato da União Democrática Nacional (UDN). Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), recebeu 25,77%, e Plínio Salgado, do Partido de Representação Popular (PRP), último

---

<sup>a</sup> Coronel de Infantaria da Aeronáutica. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



colocado, recebeu 8,28% dos votos.

A Constituição de 1946 não exigia a maioria absoluta (metade mais um dos votos válidos), para a eleição do Presidente da República. Bastava a maioria simples, isto é, aquele candidato com maior número de votos seria declarado vencedor da eleição. A UDN, no entanto, que mantinha fortes laços com determinados setores militares, passou a contestar a eleição, afirmando que a eleição de JK seria a "vitória da minoria", uma vez que 64,32% dos eleitores (aqueles que não votaram em JK), não o desejavam na Presidência. O líder político dessa campanha foi Carlos Lacerda, oponente de JK e com forte influência entre os setores militares, em especial a Aeronáutica.<sup>1</sup>

Cabe salientar, ainda, que esses mesmos segmentos militares apresentavam sérias reservas contra João Goulart (Jango), Vice-Presidente eleito juntamente com JK, considerado o herdeiro político de Getúlio Vargas, tido como "incitador de greves e articulador da república sindicalista".<sup>2</sup> Como

esclarecimento, é importante lembrar que, de acordo com a Constituição de 1946, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente eram realizadas separadamente.

Em novembro de 1955, uma crise político-militar, iniciada por um discurso do Coronel Bizarria Mamede, atacando a eleição de JK, desencadeia uma sequência de eventos que leva à licença do presidente em exercício, Café Filho, e à deposição do presidente seguinte, Carlos Luz, pelo Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, a 11 de novembro. O General Lott, com tal ação, assegurou a posse de Juscelino Kubistchek, o que aconteceu a 31 de janeiro de 1956.

A posse de Juscelino, no entanto, não trouxe, de imediato, a esperada reconciliação nacional. Amplos setores políticos e militares, notadamente os já citados como ligados à UDN, frustrados com a derrota na eleição de 1955 e com o insucesso da campanha contra a posse de JK, formavam o "caldo de cultura" perfeito para uma insurreição contra o governo recém-empossado. Faltava apenas um



catalisador para dar início a tal insurreição.

## A ECLOSÃO DA REVOLTA: PRIMEIROS MOVIMENTOS

O movimento que ficou conhecido como a Revolta de Jacareacanga foi decorrência dos eventos relacionados à morte de Getúlio Vargas e à eleição e posse de Juscelino Kubistchek, nos anos de 1954 e 1955.<sup>3</sup>

Longe de constituir-se em episódio isolado, o levante:

[...] era uma manifestação de oficiais que pertenciam a uma numerosa corrente no seio das Forças Armadas, principalmente na Aeronáutica e na Marinha; eles tinham a esperança de que a rebelião de Jacareacanga deflagrasse uma série de outros levantes, que, se não comprometessem a estabilidade do novo Governo, pelo menos lhe causariam grandes dificuldades e muito desprestígio.<sup>4</sup>

Na manhã do dia 11 de fevereiro de 1956, sábado de Carnaval,

dois oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB), o Major-Aviador Haroldo Coimbra Veloso e o Capitão-Aviador José Chaves Lameirão (Fig. 1), tomaram posse de uma aeronave AT-11 *Beechcraft*, número de série 1523, pertencente ao Parque de Aeronáutica dos Afonsos, e decolaram rumo à Região Norte. Estava configurado o início da revolta. Juntamente com o avião, os dois oficiais levavam a bordo armas e munições, retirados dos depósitos do Parque.

Fig. 1 – Major Veloso e Capitão Lameirão



Fonte: Memorial da Democracia

Os revoltosos fizeram escalas em Uberaba, Aragarças e Cachimbo. Finalmente pousaram em Jaca-



reacanga, cidade situada na margem oeste do rio Tapajós, no Pará, a cerca de 2.000 km de Belém. A cidade dispunha de um campo de pouso, dotado de uma Estação-Rádio da Aeronáutica, manejada por seis militares, bem como de um destacamento de trabalhadores civis, a maioria deles caboclos seringueiros ou índios Munducurus.

A escolha de Jacareacanga como base para o movimento sedicioso não foi aleatória. Pelo contrário, foi fruto de um estudo da situação, por parte do Major Veloso. Este oficial, que além de piloto era também engenheiro, dirigia há dois anos os trabalhos de construção e ampliação dos aeródromos de Cachimbo e de Jacareacanga. Por esse motivo, e pelas suas qualidades pessoais, gozava de amplo prestígio junto à população local, sendo especialmente admirado pelos trabalhadores contratados localmente, a maioria deles, como já foi dito, indígenas Munducurus, os quais lhe prestavam apoio e devotavam-lhe obediência fácil.<sup>5</sup>

A par disso, Jacareacanga constituía-se em local de difícil acesso, desprovido de acessos por via terrestre, só podendo ser alcançado por avião ou longa viagem por rio. Ao chegarem a Jacareacanga, Veloso e Lameirão trataram de interditar a pista, com a colocação de tambores vazios de combustível, bem como de arregimentar e armar os trabalhadores civis locais. Destarte, permaneceram em atitude de rebelião, desafiando as autoridades constituídas.<sup>6</sup>

Após consolidarem sua situação em Jacareacanga, os revoltosos tomaram posse dos aeródromos de Itaituba, Belterra e Santarém, localizados ao norte de Jacareacanga, bem como trataram de interditar todos esses campos, utilizando-se do mesmo método de colocação de tambores vazios de gasolina. Cabe salientar que Santarém era importante ponto de escala e reabastecimento dos aviões que faziam a rota Belém-Manaus. A situação mostrava-se, portanto, grave, ensejando uma resposta de pronto, por parte, do governo, como será visto adiante.



## ACÇÕES INICIAIS DO GOVERNO

A princípio, as autoridades governamentais, sem dispor de maiores informações, trataram a situação como assunto de ordem disciplinar. Ao saberem, no entanto, que os revoltosos haviam tomado o importante aeroporto de Santarém, o Governo Federal, através dos ministros militares, Major-Brigadeiro do Ar Vasco Alves Secco, da Aeronáutica, General de Exército Henrique Duffles Teixeira Lott, do Exército, e Almirante de Esquadra Antônio Alves Câmara Júnior, da Marinha, decidiu adotar enérgica reação, de forma a intimidar os revoltosos, e impedir o surgimento de novos focos de rebelião.

A Aeronáutica determinou a remessa de contingentes de sua tropa terrestre, na época denominada Infantaria de Guarda, para ocupar preventivamente aeródromos da região, em especial os de Porto Velho e Guajará-Mirim. Simultaneamente, um contingente de paraquedistas do Exército foi des-

locado, pela FAB, do Rio de Janeiro para Belém.<sup>7</sup>

Foi decidido, ainda, que o comando geral de todas as operações de repressão aos revoltosos seria atribuído ao Comandante da 1ª Zona Aérea (mais tarde I Comando Aéreo Regional e, atualmente, Comando Aéreo Norte), em Belém, Brigadeiro do Ar Antônio Alves Cabral. Ainda no dia 17 de fevereiro, Cabral determina que o Major-Aviador Paulo Victor da Silva, de passagem por Belém, proveniente de um voo de Caiena, desloque-se para Santarém, comandando uma aeronave C-47, matrícula 2059, com 25 militares da Infantaria de Guarda a bordo.

A missão de Paulo Victor, colega e amigo do Major Velloso, seria convencer este último a render-se e a pôr fim à rebelião. Ao chegar a Santarém, entretanto, Paulo Victor envia a seguinte mensagem ao Quartel-General da 1ª Zona Aérea, em Belém: "missão cumprida, só que com insucesso e ao contrário. A partir deste momento, estou solidário ao Major Velloso".<sup>8</sup>



A adesão de Paulo Victor à rebelião muda a correlação de forças entre os revoltosos e o governo. A posse de um *Douglas C-47*, aeronave dotada de grande autonomia e capacidade de carga, dá aos revoltosos a possibilidade de desdobrarem suas forças para outras localidades da região, aumentando assim a ameaça que representavam.

Face ao agravamento da situação tática, a 1ª Zona Aérea recebe, do Governo Federal, ordens de preparar uma poderosa expedição, com a finalidade de debelar a revolta. Nessa expedição, sobressai-se a presença da tropa da então Infantaria de Guarda da FAB, atualmente denominada Infantaria da Aeronáutica, cuja missão e organização será vista a seguir.

## **A FAB E A SUA INFANTARIA**

O segmento da Força Aérea Brasileira (FAB) denominado Infantaria de Guarda foi criado a 11 de dezembro de 1941, em plena Segunda Guerra Mundial. Apesar de não estar o Brasil ainda envol-

vido diretamente no conflito, a recente criação da FAB e a implantação e ampliação de novas bases aéreas, notadamente no Nordeste brasileiro, ensejou a ativação de subunidades denominadas de Companhias de Infantaria de Guarda (Cia IG), inicialmente nas bases aéreas de Belém, Recife, Natal, Salvador, Fortaleza e Galeão, através do Decreto-Lei nº 3.930.<sup>9</sup>

A Infantaria de Guarda, na época, apesar de ser, conforme o Decreto-Lei 3.810, de 10 de novembro de 1941<sup>10</sup>, um quadro de oficiais combatentes, possuía um caráter secundário, em relação aos demais quadros. Por exemplo, no início de 1956, o posto máximo era o de major, e a grande maioria dos nossos oficiais de Infantaria de Guarda (IG), ainda eram provenientes dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Exército. O número total de oficiais de Infantaria de Guarda, na época, remontava a apenas um major, 15 capitães, 35 primeiros-tenentes e 70 segundos-tenentes.

No mesmo ano de 1956, cada uma das dez bases aérea da FAB



então existentes possuía uma Cia IG; diversas outras OM isoladas, como as escolas militares, também as possuíam.

- 3 (três) Pelotões de Fuzileiros (Pel Fzo),
- 1 (um) Pelotão de Petrechos (Pel Pet).

Quadro 1 – Estrutura do Grupo de Combate

GRADUAÇÃO	FUNÇÃO NO GC	ARMAMENTO
3º Sargento	Comandante do GC	Submetralhadora INA / <i>Thompson</i>
Cabo	Cmt 1ª Esquadra de Fzo	Submetralhadora / Carabina .30 pol
Soldado	1º Fuzileiro	Fuzil <i>Mausser</i> M08/34
Soldado	2º Fuzileiro	Fuzil <i>Mausser</i> M08/34
Soldado	Atirador	Fuzil-Metralhadora <i>Madsen</i>
Cabo	Cmt 2ª Esquadra de Fzo	Submetralhadora / Carabina .30 pol
Soldado	4º Fuzileiro	Fuzil <i>Mausser</i> M08/34
Soldado	5º Fuzileiro	Fuzil <i>Mausser</i> M08/34
Soldado	Atirador	Fuzil-Metralhadora <i>Madsen</i>

Fonte: Cap Med Ref Manoel Jorge de Almeida.

A missão das Cia IG era a de prover a segurança e defesa das respectivas bases aéreas contra ataques proveniente da superfície. À época da rebelião de Jacareacanga, a Cia IG da Base Aérea de Belém possuía a seguinte estrutura:

- Comandante;

A Cia IG era comandada por um capitão de Infantaria de Guarda. Os Pelotões de Fuzileiros e de Petrechos eram comandados por tenentes de Infantaria de Guarda. Cada Pel Fzo era composto por três Grupos de Combate (GC). O quadro adiante, obtido a partir de en-



trevista realizada com o Capitão-Médico da Aeronáutica Reformado Manuel Jorge de Almeida, à época Soldado da Cia IG da Base Aérea de Belém, mostra, de forma detalhada, a organização, lotação de pessoal e o equipamento de cada Grupo de Combate (Quadro 1).

Além dos Pel Fzo, a Cia IG também possuía um Pelotão de Petrechos, dotada de metralhadoras *Browning* .50 pol, refrigeradas a água, metralhadoras leves *Hotchkiss* 7mm e *Browning* .30 pol, morteiros leves 60mm e 81mm, além de alguns canhões sem recuo anticarro 37mm, remanescentes da dotação do Exército Brasileiro.<sup>11</sup>

A par da sua missão de prover a segurança e defesa das instalações, as Cia IG possuíam, ainda, como atribuição subsidiária, a formação de novos soldados (recrutas) para sua organização-sede e outras organizações da respectiva guarnição.

O efetivo total da Cia IG da Base Aérea de Belém, na época, remontava a aproximadamente 150 militares, aí incluídos os recrutas e

todos os demais componentes da tropa. Com essa Companhia, acrescida de tropas do Exército, Fuzileiros Navais e de aeronaves da FAB, o governo desencadearia a sua reação.

## INICIA-SE A REPRESSÃO

### a) A Operação Santarém

Face ao agravamento da situação, para o governo, com a tomada de Santarém pelos revoltosos, decidiu-se pela organização de uma poderosa expedição punitiva, para a retomada, a princípio, daquela cidade. A expedição foi denominada Operação Santarém, e começou a ser organizada no próprio dia 17 de fevereiro.<sup>12</sup>

No tocante à estratégia para derrotar a revolta, e consoante ordens recebidas dos ministros militares, decidiu-se o Brigadeiro Cabral, no comando da operação, por formar um contingente denominado Destacamento Misto de Operações (Dst M Op). Tal Destacamento era composto por uma Força de Desembarque (F Dbq), comandada





pelo Tenente-Coronel Aviador Hugo Delaíte, e constituída por tropas da Companhia de Infantaria de Guarda da Base Aérea de Belém, por uma Companhia do 26º Batalhão de Caçadores (26º BC), do Exército, sediado em Belém e, ainda, por uma Companhia de Fuzileiros Navais, igualmente sediada em Belém. O total de militares na F Dbq era de aproximadamente 360 homens.<sup>13</sup>

Além da F Dbq, o Destacamento Misto era composto por um Grupamento de Paraquedistas (Gpt Pqdt), que foi deslocado do Rio de Janeiro, e que prosseguiria para Santarém a bordo de aeronaves anfíbias *Catalina* PA-10, sediadas na Base Aérea de Belém. O Comandante do Grupamento de Paraquedistas era o Coronel (EB) Sílvio Santa Rosa. Também compunham o Destacamento, além dos *Catalina*, aeronaves de bombardeio B-25 Mitchell e de reconhecimento *Beechcraft* AT-11.

O grosso do Destacamento Misto foi embarcado no navio *Presidente Vargas*, pertencente ao Serviço de Navegação da Amazô-

nia e Portos do Pará (SNAPP). A bordo, além da tropa, iam o Brigadeiro Alves Cabral, Comandante do Dst M Op, e seu Estado-Maior, composto por oficiais das três Forças Armadas. O *Presidente Vargas* suspendeu de Belém a 21 de fevereiro, com estimada de chegar a Santarém no dia 23, sendo escoltado por duas corvetas da Marinha de Guerra e, ainda, por aeronaves da FAB, para reconhecimento e apoio de fogo.

Durante esse período, os revoltosos, em Santarém, ocupavam seu tempo monitorando as comunicações-rádio da 1ª Zona Aérea e acompanhando, à distância, os preparativos da Operação Santarém. O Capitão Lameirão, uma vez por dia, decolava com a aeronave *Beechcraft* para voos de reconhecimento pelos rios Amazonas e Tapajós. Após o pouso em Santarém, a aeronave era camuflada com galhos e arbustos. Pelo lado do governo, uma aeronave B-17 fazia, também diariamente, voos de reconhecimento nos aeródromos ocupados pelos rebeldes, a fim de acompanhar a evolução da situa-



ção, em especial no tocante às aeronaves dos revoltosos.

No dia 22 de fevereiro, uma aeronave *Catalina*, armada com metralhadoras, aparece sobre a pista de Santarém. Excepcionalmente, o *Beechcraft* dos rebeldes não estava camuflado. O *Catalina* 6514, então, mergulha para o ataque. O Major Veloso e o Capitão Lameirão posicionam-se para resistir (Fig. 2). A aeronave dispara diversas rajadas de metralhadora, visando atingir o *Beechcraft*. Lameirão e diversos de seus homens respondem ao fogo, usando submetralhadoras. Nenhum dano é produzido, no entanto, e o *Catalina* desengaja do combate e retorna à sua base. Em decorrência do ataque, Veloso envia ao Comando da 1ª Zona Aérea o seguinte despacho:

Em virtude do PA-10 6514 ter metralhado a estação de passageiros de Santarém, onde se encontravam civis, inclusive senhoras, a partir desta data passaremos a reagir a qualquer ameaça, responsabilizando V.

Exa. pelas consequências. Major Veloso, Capitão Lameirão<sup>14</sup>.

Fig. 2 – Ataque a Santarém em 22 de fevereiro de 1956



Fonte: Portal História e Atualidades

Na mesma manhã, Lameirão decola para o voo de patrulha diário. Ao sobrevoar o porto de Santarém, avista um navio prestes a atracar, e imagina que seja o *Presidente Vargas*, conduzindo as tropas governistas. Na verdade, o navio avistado era o *Lopo D'Almada*, embarcação de passageiros. Naquele instante, o verdadeiro *Presidente Vargas* estava na localidade de



Monte Alegre, e só mais tarde chegaria a Santarém. Após um rápido exame da situação, os líderes revoltosos decidem embarcar o material bélico e o combustível no C-47 e, juntamente com o *Beechcraft*, decolam rumo a Jacareacanga, onde pousam às 21 horas.

No dia 24, ao anoitecer, o *Presidente Vargas* chega a Santarém.<sup>15</sup> O aeroporto é ocupado pelas tropas legalistas, sendo inclusive instaladas armas antiaéreas, como medida de prevenção contra possíveis contra quaisquer ataques dos rebeldes. O Brigadeiro Cabral retorna de avião para Belém, de onde continua a dirigir as operações.

#### b) A retomada de Itaituba

Assim que desembarca em Santarém, parte da tropa, sob o comando do Tenente-coronel Aviadador Hugo Delaíte, toma algumas barcaças e trata de subir o Rio Tapajós. Esse grupo chega a Itaituba no dia 25 de fevereiro, e imediatamente ocupa a cidade, onde já não havia mais revoltosos.

O Major Veloso, de acordo com Borges<sup>16</sup>, concebera um plano

de emboscar as embarcações legalistas nas corredeiras do Rio Tapajós, onde o rio é muito estreito e os barcos precisam diminuir a velocidade. A ideia de Veloso era de incendiar a superfície da água com gasolina, impedindo a passagem das barcaças. Para obter a gasolina, Veloso, quando ainda em Itaituba, desloca-se até a localidade de São Luís do Tapajós, rio acima, com doze de seus homens, e determina que dois deles voltem para Itaituba, já em poder das forças governistas, onde apanhariam o combustível e tomariam conhecimento do que se passava naquela localidade. Em Itaituba, entretanto, os acontecimentos teriam um rumo bem diferente daquele planejado por Veloso.

#### c) O primeiro engajamento da Infantaria de Guarda

Ao ocupar Itaituba, o Tenente-coronel Delaíte determinou que fossem colocadas sentinelas ao longo das margens do Rio Tapajós. Ao cair da noite do dia 26 de fevereiro, as sentinelas avistaram uma canoa com dois homens a bordo.



Vários tiros de fuzil foram disparados como advertência, seguidos de uma rajada de metralhadora, após o que os homens a bordo da canoa concordaram em render-se. Foram levados à presença de Delaíte e, após serem interrogados, admitiram que eram espíões a mando de Veloso, e que este se encontrava em São Luís do Tapajós, localidade ao sul de Itaituba.

De imediato, Delaíte decide efetuar uma incursão a São Luís, distante de Itaituba 58 km (36 milhas), pelo Tapajós. Escolhe 34 militares, todos da Infantaria de Guarda e, em três barcos, decide navegar a noite. Parte de Itaituba às 22h30min e, após navegar por cinco horas, chega a São Luís pouco antes das 4h. Durante o deslocamento, a tensão entre os jovens soldados era muito grande, o que levou um deles a fazer ao Tenente-coronel Delaíte uma pergunta que se tomou célebre, durante o restante da operação: "Coronel Delaíte, e se eu morrer? Ah, meu filho, só quem morre é que vê Deus!"<sup>17</sup>

Na chegada a São Luís, decide-se Delaíte, a fim de manter o

sigilo, a desembarcar a tropa a 1 km da vila de São Luís; após cerca de 30 minutos de progressão a coberto, por um trecho de selva, a tropa cerca a casa onde, supostamente, estaria o Major Veloso. Ao avistar a tropa, uma sentinela rebelde abre fogo e inicia-se intensa fuzilaria, de ambos os lados. Um sargento da tropa legalista consegue adentrar a casa, em cujo interior prossegue o embate, e mata com uma rajada de submetralhadora o civil José Nascimento Barbosa, conhecido como "Cazuza", principal auxiliar do Major Veloso. Este já havia conseguido evadir-se do local, subindo o rio, a bordo de uma canoa, indo refugiar-se na localidade de Paraná-Mirim.<sup>18</sup>

Terminou, assim, o primeiro engajamento real de uma tropa de Infantaria da Aeronáutica de que se tem registro. Mas ainda não era o fim da revolta. Em Paraná-Mirim e, sobretudo, em Jacareacanga, ainda era necessário pôr termo às ações dos rebeldes.



## O FIM DA REVOLTA E A PRISÃO DO MAJOR VELOSO

Em Jacareacanga, o Major Paulo Victor e o Capitão Lameirão, já sem contato com Veloso, aguardam o desfecho final dos eventos. No dia 28 de fevereiro, bombardeiros B-25 lançam panfletos, incitando os rebeldes à rendição, bem como metralham o terminal de passageiros, sem causar baixas. O Brigadeiro Alves Cabral sobrevoa Jacareacanga e tenta convencer Paulo Victor e Lameirão a render-se. Estes, sem notícias de Veloso, procuram ganhar tempo.

Decide o Brigadeiro Cabral que o dia 29 de fevereiro seria o dia "D" para a operação. São reunidos seis aviões para o ataque final: três *Catalinas*, para transporte de 45 homens do Grupamento de Paraquedistas, dois bombardeiros B-25, carregados com bombas e munição para as metralhadoras, e um *Beechcraft* para reconhecimento e apoio. Às 10h da manhã, Cabral estava sobrevoando Jacareacanga, a bordo do *Beechcraft*. Em contato rádio com Paulo Victor e

Lameirão, informa que, caso não se rendessem, comandaria o ataque às posições rebeldes. Os revoltosos solicitaram mais um dia de prazo, ao que o Brigadeiro Cabral determinou que fosse metralhada a pista de pouso.

Em decorrência do metralhamento da pista, a maior parte dos civis que apoiavam os líderes rebeldes entrou em debandada, permanecendo apenas doze homens ao lado de Paulo Victor e Lameirão. A seguir, os *Catalina* pousam no Rio Tapajós, na vila de Jacareacanga, de onde os 45 paraquedistas progridem na direção do aeroporto, distante seis quilômetros.

Ao retornar a Itaituba, para reabastecimento, o Brigadeiro Cabral é informado por caboclo que, em Paraná-Mirim, do outro lado do rio, havia um homem loiro, dizendo-se repórter. A descrição do "repórter" casa perfeitamente com a de Veloso. É enviada ao local uma patrulha, comandada pelo Capitão IG Milton Castro, e formada ainda por dois sargentos e um soldado, acompanhados por dois repórteres da revista *O Cruzeiro*. A patrulha



seguiu a bordo de uma lancha pertencente a um religioso local. Ao chegar à casa onde estava homiziado Veloso, o Capitão Milton dá a voz de prisão.

Veloso retorna preso para Santarém, acompanhado pelo Brigadeiro Cabral e por um major. Cabral protegeu Veloso, o tempo todo, de possíveis represálias ou humilhações. No aeroporto de Jacareacanga, a ponto de ser ocupado pelos paraquedistas, o Major Paulo Victor e o Capitão Lameirão, juntamente com o Sargento Gunther, conseguem efetuar a fuga, decolando na aeronave C-47 2059 para um longo e perigoso voo sem escalas, até Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, onde solicitam asilo político. É o ato final da rebelião.

## **O LEGADO DE JACAREACANGA**

Após o fim da revolta, o Major Veloso é levado preso para o Parque de Aeronáutica de Belém, onde responde a Inquérito Policial-Militar (IPM). No dia seguinte ao

fim da revolta, o Presidente Juscelino Kubistchek envia anteprojeto ao Congresso, solicitando anistia a todos os envolvidos na revolta. A anistia é concedida pelo Decreto Legislativo nº 22, de 23 de maio de 1956. Veloso, Paulo Victor, Lameirão e todos os demais militares envolvidos no episódio são reintegrados em suas funções.

O Major Veloso permanece na ativa da FAB até o ano de 1964, ocasião em que solicita transferência para a Reserva, e é promovido ao posto de Brigadeiro. Elege-se deputado federal (ARENA) pelo Pará em 1966. Vem a falecer em 1969, de ataque cardíaco, decorrente das complicações de um tiro (“bala perdida”), que recebera em 1968, durante uma manifestação política que tentava apaziguar. O Major Paulo Victor teve uma longa e brilhante carreira na FAB, chegando ao posto máximo de tenente-brigadeiro. Seu falecimento ocorreu em 2009, aos 88 anos de idade.

Em decorrência da anistia concedida, a animosidade dos setores civis e militares contra Juscelino arrefeceu, trazendo uma paz



interna relativa, até o ano de 1959, quando um grupo de oficiais da FAB, do Exército e civis envolveu-se em outro levante, denominado Revolta de Aragarças, o qual foi debelado em apenas 36 horas.

No tocante à Infantaria de Guarda, muito embora tenha tomado em armas, na defesa da instituição, continuou a ser um quadro secundário, dentro da Força Aérea. Um poucas melhorias foram implantadas: no decorrer do ano de 1956, foi acrescida uma vaga de tenente-coronel, e seus oficiais passaram a ser integralmente formados na própria FAB, na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOEIG), em Curitiba. Apenas em 1980 começaram a ser introduzidas mudanças significativas no seu quadro de oficiais, na sua estrutura e nos seus meios.

Nos dias de hoje, decorridos 65 anos do seu "batismo de fogo", a Infantaria da Aeronáutica continua cumprindo sua missão, defendendo na terra o domínio do ar!

## BIBLIOGRAFIA

BAPTISTA, Marco Túlio Freire. A Revolta de Jacareacanga: a FAB em armas na Amazônia. *História e Atualidades (on line)*. Publicado em 22 nov. 2009. Disponível em: <<http://histatual.blogspot.com.br>>. Acessado em 15 jan. 2012.

BORGES, Gustavo. 1964, *A Revolução Injustiçada*. Rio de Janeiro: JAC, 2005.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Base Aérea de Belém. *Boletim Interno n° 67*, de 04 abr, p.991. 1956a.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Base Aérea de Belém. *Boletim Interno n° 69*, de 06 abr, p.1021.1956b.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei n° 3.810*, de 10 nov. 1941. Dispõe sobre os diversos Quadros de Oficiais da Aeronáutica. 1941a.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei n° 3.930*, de 11 dez. 1941. Dispõe sobre a criação das Companhias de Infantaria de Guarda. 1941b.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História*. São Paulo: Leya, 2010.



CAMBESES, Manuel Jr. *Histórico da Infantaria da Aeronáutica*. Palestra apresentada na Academia Brasileira de História Militar Terrestre, Resende, 20 out. 2011.

LAVENÉRE-WANDERLEY, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

MELO. M.F. Jacareacanga, 40 anos depois. *Manchete*, Rio de Janeiro, nº 2.295, 30 mar. 1996. Reportagens, p. 68.

OBERST, I. A Queda de Jacareacanga. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, nº 21, 10 mar. 1956, Reportagem especial, p. 45.

SILVA, Manoel Jorge. Entrevista concedida ao autor em junho de 2005.

SILVA, A. Operação Jacareacanga. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, nº 21, 10 mar. 1956. Reportagem especial, p. 27.

---

<sup>1</sup> BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História*. São Paulo: Leya, 2010.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 365.

---

<sup>3</sup> LAVENÉRE-WANDERLEY, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 336.

<sup>5</sup> *Ibid.*

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> *Ibid.*, 1975.

<sup>8</sup> MELO. M.F. Jacareacanga, 40 anos depois. *Manchete*, Rio de Janeiro, nº 2.295, 30 mar. 1996. Reportagens, p. 68.

<sup>9</sup> BRASIL, 1941b.

<sup>10</sup> BRASIL, 1941a.

<sup>11</sup> CAMBESES, Manuel Jr. *Histórico da Infantaria da Aeronáutica*. Palestra apresentada na Academia Brasileira de História Militar Terrestre, Resende, 20 out. 2011.

<sup>12</sup> LAVENÉRE-WANDERLEY, op.cit.

<sup>13</sup> BRASIL, 1956<sup>a</sup> e BRASIL, 1956b.

<sup>14</sup> SILVA, A. Operação Jacareacanga. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, nº 21, 10 mar. 1956. Reportagem especial, p. 27.

<sup>15</sup> BORGES, Gustavo. *1964, A Revolução Injustiçada*. Rio de Janeiro: JAC, 2005.

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> OBERST, I. A Queda de Jacareacanga. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, nº 21, 10 mar. 1956, Reportagem especial, p. 45.

<sup>18</sup> *Ibid.*



# Carlos Antonio Nacion: o legado deixado no âmbito da indústria e da formação militar no Exército Brasileiro

Alexandre Marques de Medeiros <sup>a</sup>

José Carlos Meireles da Silva <sup>b</sup>

Resumo: O presente artigo tem como finalidade propor uma discussão sobre o legado deixado pelo Tenente-General Carlos Antonio Nacion nos setores da Indústria Militar e da formação dos oficiais do Exército, no momento em que ocorreu a transmigração da Família Real para o Brasil, iniciando o período Joanino. Antes da transferência da Corte, Dom João, por intermédio do Dom Rodrigo de Souza Continho, o Conde de Linhares, contratou Nacion para exercer a função de Diretor de Arsenal da Guerra de Portugal. Já no Brasil, o militar desempenhou com muita competência as mais variadas missões a ele atribuídas, tendo a participação direta na criação e/ou ampliação de repartições de grande importância para a defesa do território brasileiro.

Palavras-chave: Família Real, Nacion, Indústria Militar, formação de oficiais.

## INTRODUÇÃO

O estudo pretende apresentar o legado deixado pelo Tenente-General Carlos Antonio Nacion ao Exército Brasileiro, nos setores da indústria militar e na formação do oficialato, na ocasião em que ocorreu a transmigração da Família Real para a colônia portuguesa,

episódio que marca início do período Joanino. Com ameaça de invasão das tropas francesas ao território português, “em 24 de novembro de 1807, o Conselho de Estado, chefiado por Dom João, reuniu-se e decidiu”<sup>1</sup> transferir toda a Corte para o Brasil.

Para Riccardo Fontana, o processo de mudança da Corte portu-

---

a 1º Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais.

b Subtenente de Intendência.



guesa não foi um simples ato de fuga, pelo “contrário, uma operação sofrida, porém ponderada e planejada”<sup>2</sup>. Essa movimentação, também, possibilitou a transferência de todo o aparato burocrático, que logicamente geraria a necessidade de desenvolver a colônia para sua própria acomodação e defesa.

Ressalta-se que a decisão de transferência da Corte para o Brasil trouxe uma série de resultados, especialmente no campo da educação, da indústria militar, da infraestrutura urbana e da cultura. Nesse sentido, a colônia portuguesa passou a ter plenas condições a fim de criar, anos depois, as bases para sua independência política em relação à metrópole portuguesa.

Entre os ilustres fidalgos que viajavam rumo ao Brasil, estava presente na embarcação *Príncipe Real* Carlos Antonio Napion, militar de origem italiana nascido na cidade de Turim, em 30 de outubro de 1756<sup>3</sup>, filho do Senador Carlo Giuseppe Amedeo Valeriano Napione (Magistrado do Reino) e da senhora Maddalena Maistre, de descendência de nobre família

piemontesa. Homem dotado de grande inteligência, que teria sido contratado pelo Príncipe Regente, indicado pelo Conde de Linhares, para compor a equipe de pessoas das mais distintas ordens do Estado português, com a finalidade de reestruturar o Exército de Portugal.

Antes de ser contrato pela Coroa portuguesa, Napion, em sua terra natal, desempenhou inúmeras funções, como, por exemplo, “Coronel do Exército, Diretor do Laboratório Químico Metalúrgico e do Museu de Mineralogia; membro do conselho de Minas e Inspetor de Minas. Como escritor e cientista, pertencia à Academia de Ciências de Turim”<sup>4</sup>, onde teve a oportunidade de publicar vários trabalhos. Além disso, lutou com heroísmo nas campanhas de 1793 e 1795 contra a França e, naquele último ano, foi designado Inspetor de Minas.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, que exercia a função de embaixador em Turim, ficou muito impressionado pela competência do militar. Em 26 de agosto de 1800, o Conde reco-



mendou ao governo de Portugal à contratação imediata do militar, com o objetivo de reorganizar e modernizar a Artilharia do Exército Lusitano. Dois anos depois, Napion foi promovido a coronel, recebendo o cargo de Inspetor-Geral de Oficinas. No ano seguinte, foi designado Inspetor de Artilharia e, ainda, em 1807, assumiu a função de Diretor de Arsenal da Guerra de Portugal.

Já no Brasil, Napion exerceu, com maestria, diversos cargos importantes, dentre os quais se destacam: Inspetor-Geral da Real Junta de Fazenda dos Arsenais, Fábricas e Fundições; Diretor do Arsenal Real do Exército, atual Arsenal de Guerra do Rio; Organizador e Diretor da Fábrica de Pólvora da Lagoa, e Diretor de Ensino e Presidente da Junta Militar da Academia Real Militar, montada na Casa do Trem, embrião da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

## **NAPION: O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA MILITAR**

## **BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX**

Segundo Fontana, a vinda da Família Real teria sido incentivada por George Canning, Ministro do Exterior inglês, que tinha muito apreço por D. João. O Príncipe Regente, acolhendo as orientações daquela autoridade, resolveu publicar o decreto nos seguintes termos:

Tenho procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade de que até agora tem gozado os meus fiéis e amados vassalos e apesar de ter exaurido o meu Real Erário, e de todos os sacrifícios a que me tenho sujeitado, chegando ao excesso de fechar os portos dos meus reinos aos vassalos do meu antigo e leal aliado, o rei da Grã-Bretanha, expondo o comércio dos meus vassalos a total ruína, e a sofrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos de minha coroa. [...] Tenho resolvido, em benefício dos mesmos meus vassalos, passar com minha rainha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América, e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até paz geral<sup>5</sup>.



Em 29 de novembro de 1807, a Família Real embarcou rumo ao Brasil, tendo como principais caravelas *Príncipe Real*, *Alfonso de Albuquerque*, *Príncipe do Brasil*, *Rainha de Portugal*, *Medusa*, *Martim de Freitas* e *Conde Dom Henrique*<sup>6</sup>. Segundo Fontana, na frente de Lisboa, “a capitânia inglesa, *Hibernia* teria avistado 56 velas (36 de bandeira portuguesa e 20 de bandeira inglesa), sendo provavelmente este o número total dos navios de grande e de pequeno porte que formavam a frota luso-britânica”<sup>7</sup>.

O autor afirma que algumas embarcações viajaram de forma independente em relação ao grosso da frota. Nesse sentido, as caravelas chegaram ao Brasil em portos e datas diferentes como, por exemplo, Recife, Paraíba, Salvador, Cabo Frio entre outros locais. No entanto, a maior parte da esquadra aportou na Bahia, em 23 de janeiro de 1808, supostamente a fim de realizar uma parada técnica de reparo e de abastecimentos de gê-

neros secos e molhados para alimentar a tripulação.

A armada continuou sua viagem em direção ao Rio Janeiro, aportando no destino, em 7 de março de 1808, com salvas de canhões das embarcações *Príncipe Real* e *Bedford*, simbolizando a chegada da Família Real. Embora, não exista uma lista de passageiros, estima-se que foram transportadas cerca de “11.000 e 12.000 pessoas, sendo 7.500 homens das tripulações”<sup>8</sup>. Em estudos mais recentes, o professor inglês, Kenneth H. Light, afirma que a transmigração da Corte para o Brasil foi uma decisão sabia e corajosa de D. João em sair de Portugal.

A chegada da Corte Portuguesa possibilitou o desenvolvimento da indústria militar no Brasil. Para isso, foi confiado ao Tenente-General Napion a nobre missão de organizar e reformular as fortificações existentes no Brasil, objetivando aperfeiçoar a defesa da colônia portuguesa, uma vez que o Príncipe Regente temia que as guerras napoleônicas chegassem até o Continente Americano.



O Decreto de 13 de maio de 1808 publicou a nomeação de Napion para o cargo de Inspetor Geral da Artilharia da Corte e da Capitania do Rio de Janeiro. Em 24 junho do mesmo ano, o Príncipe D. João baixou normas e atribuições para o novo Inspetor Geral que “devia ficar a par do estado das forças sob seu comando, fardamento, armamento, os progressos obtidos pela tropa nos exercícios práticos a que tinham de se submeter”<sup>9</sup>. Além disso, deveria examinar “todas as fortalezas, baterias e fortificações de qualquer natureza, no que se referisse ao estado das mesmas, quer no armamento ou nas munições”<sup>10</sup>.

Em consequência, Napion adotou diversos procedimentos a fim de cumprir as determinações da Coroa portuguesa como, por exemplo, a reorganização do Arsenal Real do Exército, da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema e da Fábrica de Armas do Morro da Conceição. Organizou, também, a Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, sendo esse estabelecimento criado para

suprir, em explosivo, a demanda do Império Colonial Português. Resalta-se que antes, o Exército lusitano era abastecido pela Fábrica de Lisboa.

Carlos Ditz Chaves e Marcelo Pereira Carvalho mencionam que, para a implantação da Fábrica de Pólvora, Napion escolheu um local bem afastado da cidade, “às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, dentro da propriedade da família Freitas Castro”<sup>11</sup>. Em consequência, em 13 de junho de 1808, o Príncipe Regente determinou que fosse incorporado “aos próprios da Coroa esta grande propriedade, onde se localizava um dos mais antigos engenhos de açúcar do Rio de Janeiro, o Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, estabelecido em 1575, pelo Governador Antonio Salema”<sup>12</sup>.

Em 1809, iniciaram-se os trabalhos para a construção das oficinas da Fábrica de Pólvoras. Contudo, as oficinas que precisavam empregar a força motriz, com a finalidade de desenvolver suas atividades laborais, foram arquitetadas próximas ao sopé do morro.



Para atender a nova demanda, os construtores desviaram o curso d'água do riacho que existia na localidade, em direção, as instalações com a intenção de mover as rodas hidráulicas nelas instaladas<sup>13</sup>.

Em 1810, a Real Fábrica da Pólvora da Lagoa entrou em atividade, em seguida, foi aprovado um acordo, estabelecendo que fosse considerada como contrabando a aquisição de explosivo fora das fábricas e administrações do Reino. No entanto, a norma não impedia a importação de produto, “devido à interrupção do fornecimento de pólvora produzida em Portugal; apenas procurou forçar que a sua compra fosse realizada nas fábricas do Reino, para que estas também lucrassem com a comercialização do explosivo importado”<sup>14</sup>.

Segundo Chaves e Carvalho, anos mais tarde, surgiu à ideia de mudar a Fábrica de Pólvoras para outra localidade, uma vez que o rápido crescimento urbano do bairro de Botafogo e a “abertura do Jardim Botânico à visitação pública davam início à integração daquela região à malha urbana da capital do

Império”<sup>15</sup>. Esse desenvolvimento regional poderia acarretar sérios transtornos, causando um grande risco à segurança da unidade fabril militar.

Em consequência, o Ministério da Guerra decidiu transferir o estabelecimento para outra localidade a fim de atender a exigência da norma técnica da época. Em 1826, deu início os trabalhos para a instalação de uma nova unidade produtora de pólvora, junto a Serra da Estrela, atualmente fábrica de explosivo da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). Para Chaves e Carvalho a construção da fábrica aconteceu de forma lenta, sendo concluído apenas em 1832<sup>16</sup>. Já a antiga oficina localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas começou a ser desativada a partir de 1831.

Nota-se que a missão de Nacion era bastante ampla, competindo-lhe, à frente do Arsenal Real do Exército e da Casa das Armas, a responsabilidade por todos os trabalhos desenvolvidos nesses setores como o refino do salitre e de carvoaria. Cabendo, também, a incumbência pela aclimação e



propagação de espécies vegetais do Jardim Botânico e de plantas exóticas estabelecidas na Lagoa Rodrigo de Freitas.

O Arsenal Real do Exército ocupou as instalações existentes na Ponta do Calabouço, a denominação foi dada a partir do alvará de 1º de março de 1811, que criou o Real Junta da Fazenda dos Arsenais, Fábricas e Fundições da Capitania do Rio de Janeiro. Antes, porém, da chegada a Família Real, já funcionava a Casa do Trem. Para Antonio Pimentel Winz, a transmigração da Corte lusitana trouxe mudanças em diversas repartições reais existentes no Brasil. Essas transformações acabaram desocupando “vários edifícios para dar lugar a outras mais importantes; umas foram temporariamente extintas”<sup>17</sup>.

A Casa do Trem, supostamente teria sido construída em 1762, por Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, com a finalidade de atender a principal demanda do Exército Português, bem como armazenar material bélico daquela força militar. Segundo

Winz essa repartição “foi olvidada pelo Príncipe D. João, pois, devido à situação desfavorável no ultramar, os Arsenais Reais não mais podiam enviar para o Brasil e outras possessões, armas e munições indispensáveis para a sua defesa”<sup>18</sup>.

O autor ainda menciona que “fazia-se necessário maior atribuição àquela real repartição, com o fim de desenvolver os serviços de manutenção, consertos e manufatura de vários tipos de armamentos, inclusive canhões”<sup>19</sup>. Para isso, seria necessário adicionar mais recursos orçamentários a fim de atender as despesas da Casa do Trem, uma vez que havia aumentado os encargos com os artífices e operários especializados para a repartição. Em consequências, foi criado o Erário Régio e o Conselho da Fazenda, por meio do Alvará de 28 de junho de 1808, que acabou resolvendo a questão financeira. O documento assinado pelo Príncipe Regente e estruturado por seu congêneres de Lisboa visava a supervisionar todos os gastos das diversas repartições reais, quer fossem civis ou militares<sup>20</sup>.



Fig. 1 – Casa do Trem



Fonte: CAMPOS, Fernando; MEDEIROS, Alexandre Marques. *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*.

Segundo Winz a mão de obra empregada na Casa do Trem foi um fator preocupante, já que vários “soldados artífices trabalhavam nos diversos ofícios ali existentes, como carpinteiros, latoeiros, ferreiros, funileiros, serralheiros, torneiros, etc. [...] Muitos vinham ou eram requisitados da Fábrica de Armas da Conceição, quando se tratavam de espingardeiros, coroneiros, etc.”<sup>21</sup>. Outros funcionários eram oriundos da Ribeira das Naus (depois Arsenal Real da Marinha), tendo a finalidade de prestar serviços de marcenaria, aqueles

considerados mais complicados de serem elaborados.

Com a intenção de resolver o problema da reparação, o Príncipe Regente determinou que fosse publicado o Decreto de 3 de setembro de 1810, criando a Companhia de Artífices para a Casa do Trem:

sou servido mandar organizar uma Companhia, na conformidade do plano, que com este baixa, assinado pelo Conde de Linhares, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a qual, posto que seja anexa ao Regimento de Artilharia da Corte, deverá sempre considerar-se como destacada no Arsenal Real, e ficará diretamente às ordens do Inspetor Geral de Artilharia, e na sua falta, do Oficial Militar de maior patente que comandar no mesmo Arsenal<sup>22</sup>.

Embora, a Organização Militar (OM) estivesse subordinada ao Regimento de Artilharia da Corte, mesmo assim, seria considerada destacada ao Arsenal Real do Exército. “Por consequência, de baixo das ordens imediatas do Ins-





petor Geral de Artilharia e nos seus impedimentos do oficial militar de maior patente que governar no dito Arsenal”<sup>23</sup>. A OM foi estruturada no dia da formatura com o seguinte efetivo, conforme mostra o quadro 1 abaixo:

Quadro 1

POSTO/GRADUAÇÃO	EFETIVO
Capitão	01
1º Tenente	01
2º Tenente	01
2º Tenente agregado	01
Sargentos	02
Furriel	01
Cabos	04
Carpinteiros de machado e obra branca	37
Ferreiros serralheiros	20
Torneiro de madeira	01
Funileiro	01
Tanoeiro	01
Tambores	02
<b>Soma</b>	<b>73</b>

Fonte: WINZ, op.cit., p. 224.

A instituição da Companhia denota a preocupação do Príncipe Regente a fim de melhorar aquele estabelecimento, colocando-o numa posição de destaque, ao lado

das mais importantes repartições reais. Vale lembrar que outros estabelecimentos congêneres foram criados, com a finalidade de suprir a demanda da Coroa portuguesa:

a fábrica de canos de espingarda da Conceição, a fábrica de pólvoras da Lagoa Rodrigo de Freitas e a necessidade de fundição de peças de artilharia, vieram dar maior projeção ao antigo Arsenal do Trem que precisava ser reorganizado totalmente com o fim de ser transformado num grande estabelecimento que atendesse não só à Corte e província do Rio de Janeiro, mas também a outras regiões brasileiras<sup>24</sup>.

Ressalta-se, ainda, que Napion atuou na área da educação, após a instituição da Academia Real Militar, em 4 de dezembro de 1810, pelo Príncipe Regente. O estabelecimento, instalado na Casa do Tem, foi criado com a finalidade de formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros militares e civis, consagrando-se historicamente como o berço do Ensino Militar Acadêmico nas



Américas e do Ensino Superior Civil no Brasil.

## **EDUCAÇÃO MILITAR: A FORMAÇÃO DA OFICIALIDADE DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Para falarmos da formação da oficialidade do Exército Brasileiro, temos que voltar ao Brasil colonial, antes mesmo da criação oficial do nosso Exército, ato realizado pelo Imperador Pedro I, através do decreto de 1º de dezembro de 1824, que é considerado a certidão de nascimento da Força.

O grande marco da formação da oficialidade do Exército Brasileiro foi a criação, por D. João, da Academia Real Militar, por meio do decreto de 4 de dezembro de 1810. Na época, o militar designado como presidente da junta que dirigiu os trabalhos foi o Tenente-General Napion. A Academia Real Militar absorveu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1792, que não oferecia

estrutura que atendesse aos anseios de defesa exigidos pelo novo contexto.

O ato de criação da Academia caracterizou uma ampla reformulação do ensino militar, já que procurou reunir os melhores professores nas áreas das ciências matemáticas, das ciências de observação e das ciências militares, tudo em prol do Exército, que já contava, em sua constituição, com o maior percentual de brasileiros.

Fig. 2 – Academia Real Militar no Largo de São Francisco



Fonte: Litografia de Bertichem, 1856.

Nesse período, o príncipe regente intencionava criar no Brasil as bases da formação de um grande império. Para isso, estruturou a defesa da colônia através do apri-



moramento da formação dos militares do exército, em sua maioria, brasileiros. É preciso, ainda, citar que Portugal possuía um Exército que não poderia suprir as necessidades de defesa exigidas pelas intenções de D. João.

A Academia Real Militar funcionou, inicialmente, em caráter provisório, por dois anos, na Casa do Trem, de 1810 até 1812. Após passou a funcionar no Largo de São Francisco. O General Aurélio de Lyra Tavares, em seu em seu livro *Nosso Exército, essa grande escola*, diz:

Foi, sem dúvida, o funcionamento da Academia Real Militar, no edifício antes destinado à Sé Nova, no Largo de São Francisco de Paula, em 11 de abril de 1812, que o ensino superior do nosso Exército, dez anos antes da independência, na capital da colônia, ganhou a sua pedra fundamental, para começar a constituir o grande núcleo de formação da elite profissional e cultural do futuro Exército do Império com os oficiais brasileiros nela matriculados<sup>25</sup>.

Em 1º de março de 1858, no mesmo edifício da Academia Real Militar, que desde 1822 já havia mudado seu nome para Imperial Academia Militar (1823–1831), Academia Militar da Corte (1832–1838) e, Escola Militar (1839–1857), foi criada pelo decreto nº 2.116 a Escola Central do Exército (1858–1874). Desde 1823 a Academia aceitava a matrícula de civis que não tinham o compromisso em realizar a formação militar, ou seja, a partir desse momento surgia a Engenharia Civil, e a Academia além de ser o berço da formação da oficialidade do Exército, passou também a ser o berço da Engenharia Civil, sendo o único centro de formação de engenheiros no Brasil, tanto civis como militares, e objetivava dar suporte ao Exército no que diz respeito à engenharia militar, tão necessária na política externa empreendida pelo Império Brasileiro. Foram alunos dessa academia: Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), Patrono do Exército Brasileiro, matriculado em 1818, e Emílio Luís Mallet,



Patrono da Arma de Artilharia, matriculado em 1823.

A fundação da Academia Real Militar representou uma verdadeira transmissão de conhecimentos da metrópole portuguesa para sua colônia, já que a presença do Príncipe Regente no Brasil trouxe a necessidade de maior segurança militar, o que seria suprido com a formação de oficiais com sólido conhecimento acadêmico.

O curso da Academia era muito semelhante ao curso de matemática da Universidade de Coimbra, e dividia-se em: um curso de matemática que durava quatro anos e um curso militar que durava três anos. A outra semelhança era a direção da Academia ter sido conduzida por uma junta de professores denominada Junta Militar, cujo primeiro presidente foi Carlos Antonio Napion.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, o ensino militar foi reformulado por meio do decreto nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874, pelo qual a formação militar foi separada da formação de engenharia civil, sendo transferida para a

Praia Vermelha, com o nome de Escola Militar do Brasil, enquanto a Escola Central do Exército deixou de pertencer ao Ministério da Guerra, sendo transferida para o Ministério do Império, passando a ser denominada Escola Politécnica.

Entre os professores da Escola Militar do Brasil podemos citar: o General Roberto Trompowski Leitão de Almeida e Benjamim Constant. Também ali estudaram figuras que se destacariam como grandes chefes dentro do Exército como: Rondon, Tasso Fragoso, Mascarenhas de Moraes e José Pessoa Cavalcanti.

A Escola Militar do Brasil funcionou na Praia Vermelha até 1904, quando se insurgiu contra o governo do presidente Rodrigues Alves, durante a Revolta da Vacina. Após esse acontecimento, ocorreu uma mudança de mentalidade em relação ao ensino, sendo o principal líder reformista o Marechal Hermes da Fonseca. Na época, os chefes militares chegaram à conclusão de que a Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, ministrava um ensino equivocado,



mais voltado para o bacharelismo e não para o profissionalismo militar, ou seja, dava ênfase ao ensino que valorizava questões científicas, políticas, filosóficas e matemáticas, em detrimento a preparação do verdadeiro oficial combatente, aquele que estaria preparado para defender a Pátria.

Um exemplo que pode ser citado para confirmar a opinião dos chefes militares da época, foi a atuação do Exército em Canudos. Dentro dessa nova mentalidade foi implantado o novo regulamento de ensino de 1905, que marcou a mudança de um ensino ligado ao bacharelismo, para um ensino ligado ao profissionalismo militar, que perdura até os dias atuais.

Essa nova orientação dividiu a formação dos oficiais em quatro escolas: Escola de Guerra de Porto Alegre; Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria; Escola de Artilharia e Engenharia e Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia.

A formação de oficiais das armas de Infantaria e Cavalaria se realizava nas escolas de formação

situadas no Rio Grande do Sul, em duas fases: a primeira fase preliminar teórica e prática na Escola de Guerra de Porto Alegre e a segunda, profissionalizante na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria onde ao final do curso, o aluno era declarado aspirante-a-oficial.

A formação dos oficiais das armas de Artilharia e Engenharia era realizada nas escolas de formação situadas no Rio de Janeiro, também em duas fases, porém os alunos para serem matriculados teriam que cumprir o pré-requisito que era já ter concluído os cursos de Infantaria e Cavalaria das escolas anteriores, ou seja, a formação na Escola de Artilharia e Engenharia, localizada em Realengo, e a sua complementação realizada na Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, localizada em Santa Cruz. Em 1913, as escolas voltaram a serem reunidas em apenas uma, com a denominação de Escola Militar do Realengo.

Sobre a Escola Militar do Realengo o General Aurélio de Lyra Tavares cita:



Como estabelecimento mais representativo do Ensino do Exército, ao tempo em que Olavo Bilac empolgava a juventude, na campanha cívica pelo Serviço Militar, de que ele foi o grande apóstolo, a Escola Militar do Realengo, regida por nova organização e nova mentalidade, marcava o advento de uma nova época onde a formação dos cadetes passava a ter o objetivo fundamental de preparar oficiais para a guerra e para as missões estritamente militares, com vistas ao emprego do Exército, tanto na guerra como nos outros serviços em tempo de paz, no preparo cívico da juventude, como nas ações e empreendimentos em proveito do desenvolvimento do país e da sua destinação constitucional precípua<sup>26</sup>.

Entre os alunos dessa Escola Militar que se destacaram como grandes chefes podem ser citados: Eurico Gaspar Dutra, Euclides Zenóbio da Costa, Humberto de Alencar Castello Branco, Artur da Costa e Silva, João Batista Mascarenhas de Moraes, Aurélio de Lyra Tavares, Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, Emílio Garrastazu

Médici, Ernesto Geisel e João Batista de Oliveira Figueiredo.

Fig. 3 – Escola Militar do Realengo



Fonte: GUIMARÃES; MEDEIROS, op.cit.

A formação da oficialidade do Exército ocorreu na Escola Militar do Realengo até 1945, quando o Brasil participou da 2ª Guerra Mundial. Nessa época foi criada a Escola Militar de Rezende (1944–1951), sob a idealização do Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que verificou a necessidade de adequação aos novos tempos, onde o Brasil mudava a sua doutrina de guerra, antes francesa, para a norte-americana. A Academia, a partir de 1951, passou



a chamar-se Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

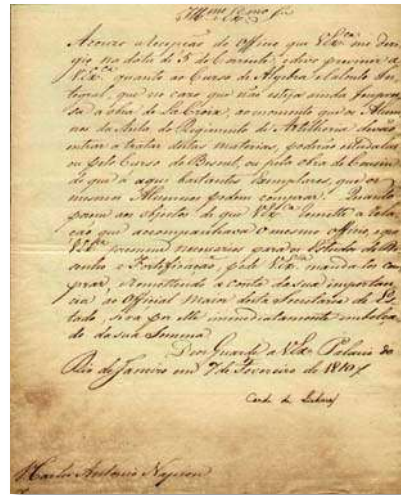
Novamente devemos recorrer às palavras do General Aurélio de Lira Tavares que disse o seguinte:

A Academia Militar das Agulhas Negras, conforme o feliz conceito do General Francisco Pondé, teve como *célula mater* a Academia Real Militar, a grande Escola do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro. E a sua história, destinada à mesma grande missão das Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo, terá que ser escrita, como parte integrante dos nossos dias<sup>27</sup>.

Este foi o caminho percorrido pela formação da oficialidade brasileira, caminho iniciado durante o período colonial brasileiro sob a direção pioneira de Napion.

Napion teve uma participação ativa e reconhecida no campo do ensino militar, comprovada através das fontes primárias a seguir, pertencentes ao Arquivo Histórico do Exército.

Fig. 4 – Napion e o ensino



Fonte: GUIMARÃES; MEDEIROS, op.cit.

Ilustríssimo e Excelentíssimo  
Senhor,

Acenzo a recepção do Ofício que Vossa Excelência me dirigiu na data de 5 do corrente, e devo prevenir a Vossa Excelência quanto ao Curso de Álgebra e Cálculo Integral, que no caso que não esteja ainda impressa a obra de Lacroix, ao momento que os alunos da aula do Regimento de Artilharia devas entrar a tratar destas matérias, poderão estudar ou pelo há aqui bastantes exemplares, que os mesmos alunos podem comprar. Quanto porém aos objetos



de que Vossa Excelência remete a relação que acompanhava o mesmo ofício, e que Vossa Excelência presume necessários para os estudos de Desenho e Fortificação pode Vossa Excelência mandá-los comprar, e remetendo a conta da sua importância ao Oficial maior desta Secretaria de Estado, será por ele imediatamente embolsado da sua soma.

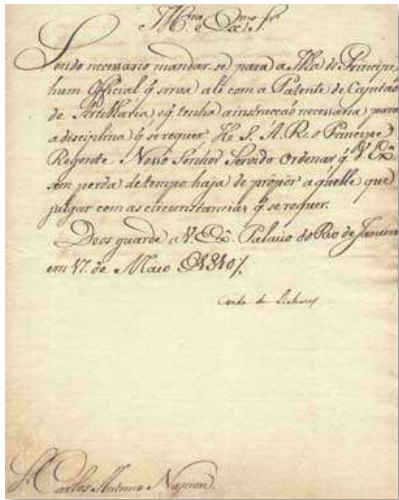
Deus guarde a Vossa Excelência.

Palácio do Rio de Janeiro em 7 de fevereiro de 1810.

Conde de Linhares

Sr. Carlos Antônio Napion

Fig. 5 – Napion e o ensino



Fonte: GUIMARÃES; MEDEIROS, op.cit.

Ilustríssimo e Excelentíssimo  
Senhor,

Sendo necessário mandar-se para a Sua Alteza Real do Príncipe, um Oficial que sirva até com a patente de Capitão de Artilharia e que tenha a instrução necessária para a disciplina que se requer. Ilustríssimo Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor servido ordenar, que Vossa Excelência sem perda de tempo haja de propor aquele que julgar com as circunstâncias que se requer. Deus guarde a Vossa Excelência.

Palácio do Rio de Janeiro em 17 de maio de 1810.

Conde de Linhares

Sr Carlos Antônio Napion

## CONCLUSÃO

Napion durante os seis anos que esteve no Brasil foi subordinado de três Ministros da Guerra: Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares), Dom João de Almeida Melo e Castro (Conde das Galveas) e Dom Fernando José de Portugal e Castro (Marquês de Aguiar). Ele foi o responsável dire-





to por implementar no Brasil tudo que fosse necessário para garantir a segurança do governo português recém instalado no país, com isso atuou no campo industrial e no ensino militar, ambos muito incipientes no final do século XIX.

No que concerne à indústria, Napion reformulou inúmeras reparações que já existiam no Brasil, bem como, criou outros estabelecimentos para atender a demanda da Coroa portuguesa. Ressalta-se que esses setores possibilitaram o desenvolvimento da colônia portuguesa durante o período joanino.

Quanto à formação militar, merece destaque à implantação sob a presidência de Napion da primeira academia de formação dos oficiais brasileiros, tendo esse feito representado uma grande contribuição para que a independência política brasileira se consolidasse em 1822, garantindo assim o final de um processo iniciado em 1808.

Nesse sentido, podemos concluir que Carlos Antônio Napion foi o pioneiro na reestruturação e na elaboração da indústria militar brasileira. Além disso, criou o

“Berço da Formação da Oficialidade Brasileira” no país, época, em que ocorreu sua nomeação para Presidente da Real Junta Militar da Academia Real Militar, primeira Academia de formação da oficialidade brasileira, sendo considerado o precursor na implantação do ensino militar no Brasil. Vale lembrar que Napion é considerado o primeiro comandante da AMAN.

## BIBLIOGRAFIA

CHAVES, Carlos Dittz; CARVALHO, Marcelo Pereira. A Casa dos Pilões. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 131, n. 4, pp. 60-68, 1994.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FONTANA, Ricardo. *O Tenente-General Napione*. Brasília: Ed. do Autor, 2006.

FROTA, Guilherme de Andréa. *Quinhentos anos de História do*



*Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000.

GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Ed Planeta, 2007.

PILLAR, Olyntho. *Os Patronos das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1981

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Manuscritos da Casa do Trem*. Xerox do Brasil S.A.- Reproduções Gráficas, 1972.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *Nosso Exército, essa grande escola*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985.

WINZ, Antonio Pimentel. *História da Casa do Trem*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962.

## **FONTES IMPRESSAS**

Coleções das Leis e decisões do Império do Brasil, 1808 - 1831.

Coleção Ministros e patronos - pasta Carlos Antonio Napion - AHEx.



---

<sup>1</sup> FONTANA, Riccardo. *O Tenente-General Napione*. Brasília: Ed. do Autor, 2006, p. 60.

<sup>2</sup> Ibid., p. 65.

<sup>3</sup> O Professor Germain Rigault de La Longrais, Diretor do Departamento de Ciências Físicas afirma que Napion nasceu em Turim em 31 de outubro de 1756 e morreu no Rio de Janeiro em 27 de junho de 1814. A citação está publicada no livro: *O Tenente-General Napione*, de Riccardo Fontana, p. 25.

<sup>4</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Manuscritos da Casa do Trem*. Xerox do Brasil S.A.- Reproduções Gráficas, 1972, p. 86.

<sup>5</sup> FONTANA, op.cit., p. 61.

<sup>6</sup> Ibid., p. 62.

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> Ibid., p. 63.

<sup>9</sup> WINZ, Antônio Pimentel. *História da Casa do Trem*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p.220.

<sup>10</sup> Ibid., p.220.

<sup>11</sup> CHAVES, Carlos Dittz; CARVALHO, Marcelo Pereira. A Casa dos Pilões. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 131, n. 4, pp. 60-68, 1994, p. 60.

<sup>12</sup> Ibid., p. 60-61.

<sup>13</sup> Ibid., p. 61.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> Ibid., p. 62.

<sup>16</sup> Ibid.

---

<sup>17</sup> WINZ, op.cit., p.219.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> Ibid., p.220.

<sup>21</sup> Ibid., p.223.

<sup>22</sup> Ibid., p.223.

<sup>23</sup> Ibid., p.224.

<sup>24</sup> Ibid., p.225.

<sup>25</sup> TAVARES, Aurélio de Lyra. *Nosso Exército, essa grande escola*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985, p. 24.

<sup>26</sup> Ibid., p. 34.

<sup>27</sup> Ibid., p.40.

# A Missão Militar Francesa, as Transmissões Militares no Brasil e a criação da Arma de Comunicações

Ronner Machado Mangaravite <sup>a</sup>

Resumo: Um dos objetivos principais da Missão Militar Francesa (MMF) foi reorganizar o Exército Brasileiro (EB) e criar escolas para a divulgação da doutrina, colaborar na revisão dos regulamentos e viagens do Estado-Maior do Exército (EME) e auxiliar as manobras e os exercícios de quadros vigentes no Exército Brasileiro (EB). Seus integrantes fizeram parte do conselho técnico que operou sobre a organização geral da instrução e sobre o material bélico necessário.

Palavras-chave: Missão Militar Francesa, Comunicações, Marechal Rondon.

O objetivo maior do Alto Comando do Exército nesta época era o de acabar com o ensino de conhecimento sem se ter a aplicação prática. Como afirmou o General Cardoso de Aguiar, Ministro da Guerra entre 1918 e 1919, “[...] sobretudo era preciso tirar o caráter eminentemente teórico de que se vinha ressentindo o nosso ensino militar”.

Na Escola Militar, a ciência matemática, valorizava a geometria e o cálculo. Benjamin Constant

aplicava seus conhecimentos de matemática sob a influência positivista, por meio da qual os jovens oficiais adquiriram uma consciência republicana que acarretou na instauração deste regime político no Brasil.

A reforma operada por Benjamin Constant no regulamento das escolas do Exército em 1890 não modificou a estrutura militar e permaneceu incentivando a cultura acadêmica, sem promover a profissionalização da força.

---

<sup>a</sup> Tenente-coronel de Comunicações. Associado Aspirante do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



## AS TRANSMISSÕES MILITARES

O termo *Transmission* é de origem francesa e foi trazido juntamente com a MMF. Historicamente, as primeiras comunicações militares consistiam apenas na transmissão e recepção de sinais, frequentemente disfarçados ou encriptados para não serem entendidos pelo inimigo. Por isso mesmo, as tropas de comunicações de alguns exércitos ainda são conhecidas por "corpos de sinais" e os seus soldados como "sinaleiros".

As mensagens eram transmitidas de diversas formas, mas, sobretudo, através de meios ópticos como os sinais de fumo ou de bandeirolas.

No final do século XVIII, vários exércitos desenvolveram sistemas de comunicações através do telégrafo óptico.

Estas tropas ficaram conhecidas como "corpos telegráficos" e os seus integrantes como "telegrafistas", designações que ainda são hoje usadas em alguns exércitos.

Durante o século XIX, desenvolveram-se a telegrafia elétrica e a telefonia, que se tornariam os principais meios de comunicações militares.

Na transição do século XIX para o século XX, desenvolveu-se a telegrafia sem fios, mais tarde suplantada pela telefonia sem fios (TSF), alargando imenso o alcance das comunicações militares.

Na década de 1930, desenvolveu-se a montagem de sistemas de radiocomunicações em veículos automóveis, nascendo as verdadeiras telecomunicações móveis.

Os soldados das tropas de comunicações tornaram-se militares altamente especializados, com funções mais técnicas do que combatentes, lidando com equipamentos e métodos de telecomunicações e não tanto, com armas propriamente ditas.

Na era da sociedade da informação, os exércitos atuais precisam conduzir atividades de comunicações intensas e complexas, numa base diária, usando meios e métodos informáticos e de telecomunicações de alta tecnologia.



Apenas uma pequena parte dessas atividades se relaciona diretamente com as ações de combate.

## **OS ANCESTRAIS DO CENTRO DE TRANSMISSÕES**

As origens das Transmissões, posteriormente Comunicações, no Brasil, são muito mais antigas e confundem-se com a própria história do Brasil. Em 23 de janeiro de 1855, foi criado o Batalhão de Engenheiros com três companhias independentes de transmissões e mais uma companhia extra, uma seção de construção de linhas e uma seção de pombos correio.

Nos primeiros anos na década de 1930, surgiu a Diretoria do Serviço Telegráfico do Exército e, em 1938, a Subdiretoria de Transmissões. No ano seguinte foi estabelecido o Curso de Engenharia de Transmissões. Novas transformações na área foram processadas nas décadas seguintes: Escola de Transmissões na Praia Vermelha (1942); Diretoria de Transmissões (1943); o Curso de Engenharia

Eletrônica (1952) e a Diretoria de Comunicações (1953).

Em 1945 foi criada a Companhia Escola de Transmissões, no Rio de Janeiro, por meio do Decreto-Lei nº 7.888, recebendo militares oriundos das unidades da FEB. Evolutivamente, pelo Decreto nº 57.566, de 31 de dezembro de 1965, a Companhia Escola de Transmissões foi transformada no 1º Batalhão de Comunicações Divisionário, ainda na cidade do Rio de Janeiro, subordinado diretamente à 1ª Divisão de Exército, Divisão Mascarenhas de Moraes.

Em 25 de agosto de 1956, a Lei de Organização Básica do Exército instituiu a Arma de Comunicações e, em 1959, surgiu o instituto Militar de Engenharia.

No Centro de Transmissões, havia o curso de especialista de oficiais e curso de suboficiais. Em dezembro de 1926 se deu a instalação completa do Centro de Instrução de Transmissões, o qual funcionaria a partir de 1927 e se destinaria aos sargentos radiotelegrafistas e aos oficiais e no qual os alunos



Fig. 1 - Telegrafia militar por bandeirolas, existente na doutrina militar francesa



Fonte: <http://www.historiadastransmissoes.wordpress.com>

receberiam instruções técnicas e táticas de comunicações.

O foco principal do curso se dava em fornecer noções indispensáveis sobre o sistema de transmissões e gerar instrutores e telegrafistas, voltados para a área de comunicações. Este curso tinha a duração de 20 dias para os Oficiais das Armas e três meses para suboficiais, sargentos e telegrafistas. Devido a pouca procura e à falta de inscritos, o curso encerrou suas atividades em 1929.

## **A COMPANHIA ESCOLA DE TRANSMISSÕES DA FEB**

Serviço de capital importância, por meio do qual os comandos enviam ordens e recebem informações, o Serviço de Transmissões da FEB funcionou de modo impecável e exaustivo.

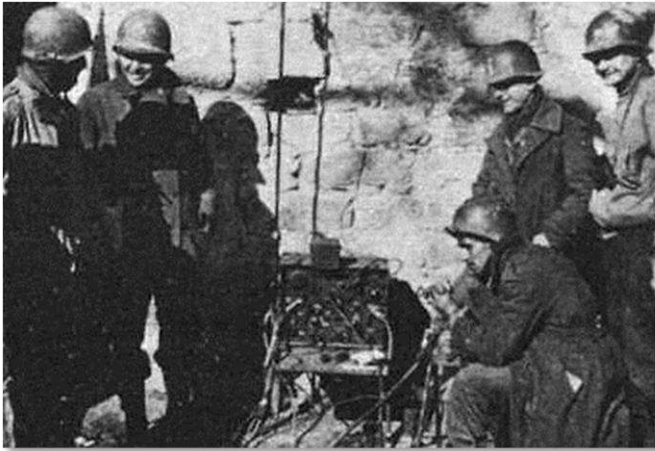
A cargo de oficiais de Engenharia, mas cujas tendências modernas são de completa autonomia, a Companhia Escola de Transmissões era liderada pelo Major Arnaldo Augusto da Mata e tinha



como subcomandante o Capitão Hervê Berlanez Pedrosa. Seus principais auxiliares foram o capitão Afrânio Viçoso Jardim, chefe do Depósito de Material de Trans-

Nos corpos de tropa havia dez Oficiais de Comunicações, encarregados do serviço nas unidades. O órgão principal de execução era a Companhia de Transmissões cujo

Fig. 2 - Militares da Companhia Escola de Transmissões na FEB



Fonte: [http://www pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org).

missões – gravemente ferido, a 4 de janeiro de 1945, sendo substituído pelo Tenente Carlos Pereira; o tenente Pedro Abdala, chefe do Grupo de Tradutores e o tenente Aristides Pereira de Moraes, do Serviço de Rádio.

comando era desempenhado pelo capitão Mário da Silva Miranda e sub o comando do capitão Hélio Richard.

Seus pelotões eram completados pelos tenentes: Marcelo Mena Barreto Falcão, Rui de Andrade Costa, Gernes da Silva Costa –





também ferido no dia 4 de janeiro de 1945, Hélio da Costa Nunes Pinto e Antônio Carlos Sequeira, intimamente ligada à tropa, agindo em plena zona de combate, as Transmissões pagaram o tributo de quatro mortos: os operadores de rádio Sargentos Assad Féres e Geraldo Santana, o soldado mensageiro Ulpiano Santos e o soldado cozinheiro Miguel Francisco Dias, além dos 15 feridos, sendo dois oficiais, dois sargentos, três cabos e oito soldados.

A organização do Serviço compreendia as seguintes seções: Chefia, Serviço de Rádio e Grupo de Tradutores, Serviço de Transmissão do Departamento de Pessoal, 2688° Signal Detachment, Pelotão SIAM (*Signal Intelligence and Monitoring* – Inteligência de Sinais e Monitoramento), Depósito de Material de Transmissão, Companhia de Transmissões.

O 2688° Signal Detachment e o Pelotão SIAM foram duas seções norte-americanas, do V Exército, postas à disposição da FEB, a primeira para facilitar a ligação da FEB com o V Exército e IV Corpo.

O Pelotão SIAM realizava o controle da segurança criptográfica, do sigilo das comunicações pelo rádio, além de prestar informações de ordem tática das unidades em linha aos Comandantes da Divisão e do Exército.

Em todos os setores de atividades bélicas, o convívio brasileiro com as tropas dos EUA foi cheio de ensinamentos, dando oportunidade de conhecer os progressos a que atingiram a ciência e indústria daquele país e a fabulosa riqueza de meios, com os quais eles literalmente abafaram seus inimigos.

Entretanto foi no setor das Transmissões que maiores proveitos houve, pela variedade e perfeição de instrumentos postos em mãos dos especialistas brasileiros.

A quantidade de recursos a disposição da FEB excedeu a todos os cálculos e, segundo a opinião do Major Arnaldo Mata, nenhuma outra Divisão teve tão extensa rede de comunicações.

Foram consumidos: 6.610.000 metros de cabos telefônicos, 1.117 telefones, 4 centrais de 45 direções, 85 quadros de 12 e 6 ligações, 11



tipos diferentes de aparelhos radio-transmissor – desde os montados em caminhões, até os portáteis, de 29 kg, com alcance de 8 Km, em radiofonia, telégrafos com fio, criptógrafos e teletipos e aparelhos de controle remoto e frequencímetros. Para estender as 1.000 léguas de fios – 6.000 km -, nossos homens utilizaram desenroladeiras a mão ou montadas em caminhões e jipes. As linhas telefônicas ao longo das estradas eram de fácil construção, mas difíceis de serem conservadas.

Eram frequentemente danificadas pelos caminhões, tanques e tratores, ou cortadas por pessoas ignorantes ou de má fé. As linhas que se afastavam das estradas davam mais trabalho para construir, porém, se conservavam com facilidade.

## **A PREPARAÇÃO DO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES MILITARES (STM)**

De acordo com o Decreto nº 38.568, de 31 de dezembro de

1951, houve a extinção do Serviço Telegráfico Militar, que passaria a ser, desde então, o regimento de transmissões. Ainda de acordo com este Decreto, ficaria estabelecido que se tratava de uma atualização do serviço, pois o Decreto de 1908, continha as disposições que havia se tornado obsoletas por serem inaplicáveis.

O STM contava com a figura de um diretor, um subdiretor, três capitães em seu estado-maior e um Comandante de Companhia, além de contar com um gabinete de ensaios, diretamente subordinado à direção, em substituição do gabinete eletrotécnico do Regulamento de 1908.

Na parte Logística, se assegurava pelo seu depósito e oficinas, cujos rádio montadores e montadores de TPF podiam ser destacados para a reparação local dos equipamentos instalados.

A grande novidade consistia no diretor estar tecnicamente na dependência direta do Ministério do Exército, com quem este despachava e se encontrava.



## A ESCOLA DE COMUNICAÇÕES

A Escola de Comunicações (EsCom) é um estabelecimento de ensino do EB, situado no Distrito Federal. Sua origem remonta ao Centro de Instrução de Transmissões, criado em 1º de julho de 1921. Sua denominação atual foi atribuída em 1953. A escola é subordinada ao Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx) e ao Departamento de Ciência e Tecnologia.

Sua missão é habilitar, conforme as necessidades do Exército Brasileiro, profissionais militares a exercerem, com competência, as atribuições do cargo a que se destinam, especialmente na área de comunicações, dentro das normas de ensino do Exército, realizando pesquisas para contribuir com o desenvolvimento da doutrina de emprego das comunicações e da manutenção de seus diversos meios.

Fig. 3 - Rondon em suas expedições de linhas telegráficas no Norte do País



Fonte: [http:// www tokdehistoria.com.br](http://www.tokdehistoria.com.br)



## **A ARMA DE COMUNICAÇÕES E SEU PATRONO, O MARECHAL RONDON**

A Arma de Comunicações do Exército Brasileiro apareceu, primeiramente, na Guerra da Tríplice Aliança, quando foi utilizado, pela primeira vez, o telégrafo de campanha. As experiências vividas naquele conflito trouxeram à tona a importância da utilização dos novos meios de comunicações na coordenação dos combates.

A necessidade desse tipo de apoio ao combate ficou evidente e contribuiu para a criação da Arma de Comunicações, no dia 25 de agosto de 1956, tendo sido escolhido, posteriormente, como patrono, o insigne Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Correntemente nomeada no Exército como "a Arma do Comando", a arma de Comunicações proporciona as ligações necessárias aos escalões mais altos que exercerão a coordenação e o controle dos elementos subordinados antes, durante e após as operações. Além disso, atua no

controle do espectro eletromagnético, por meio das atividades de Guerra Eletrônica, para impedir ou dificultar as comunicações do inimigo, facilitar as próprias comunicações e obter informações.

O ciclo básico da tomada de decisão é deflagrado a partir dos estímulos recebidos do ambiente. O centro decisório, após detectar, comparar, analisar, decidir e agir, reage ao ambiente, para restabelecer a situação desejada.

O Sistema de Comando e Controle (SC2), como parte integrante desse processo, precisa ser operado em tempo compatível que assegure a oportunidade na tomada de decisão. O funcionamento eficaz do SC2 é responsabilidade do comandante.

O Marechal Rondon foi escolhido como O Patrono da Arma de Comunicações. Nascido em Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso, em 5 de maio de 1865, foi um notável militar e sertanista brasileiro. De origem indígena por parte de seus bisavós maternos Bororós e Terenas, e bisavó paterna Guará, Rondon tornou-se órfão precoce-



mente, tendo sido criado pelo tio e, depois de sua morte, transferiu-se para o Rio de Janeiro para ingressar na Escola Militar desta cidade, pois além dos estudos serem gratuitos, os alunos da escola recebiam, desde que assentassem praça, soldo de sargento.

Alistou-se no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos em 1881. Dentre outros estudos, cursou Matemática e Ciências Físicas e Naturais da Escola Superior de Guerra.

Ainda estudante, teve participação nos movimentos abolicionista e republicano. Foi nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso. Foi então designado para a Comissão de Construção da linha telegráfica que ligaria Mato Grosso e Goiás.

Rondon cumpriu essa missão abrindo caminhos, desbravando terras, lançando linhas telegráficas, fazendo mapeamentos do terreno e principalmente estabelecendo relações cordiais com os índios.

Manteve contato com muitas tribos indígenas, entre elas os Bororo, Nhambiquara, Urupá, Jarú, Karipuna, Arikemes, Boca Negra,

Pacaás Novo, Macuporé, Guaraya, Macurape.

Em 1889, Rondon participou diretamente com Benjamim Constant das articulações que resultaram na proclamação da república brasileira. Entre 1892 e 1898 ajudou a construir as linhas telegráficas de Mato Grosso a Goiás, entre Cuiabá e o Araguaia, e uma estrada ligando Cuiabá a Goiás. De 1900 a 1906 dirigiu a construção de mais uma linha telegráfica, entre Cuiabá e Corumbá, alcançando as fronteiras do Paraguai e Bolívia. No ano de 1906 encontrou as ruínas do Real Forte Príncipe da Beira, a maior relíquia histórica de Rondônia. No ano seguinte, no posto de major do Corpo de Engenheiros Militares, foi nomeado chefe da comissão que deveria construir a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, a primeira a alcançar a região amazônica, e que foi denominada Comissão Rondon.

Seus trabalhos desenvolveram-se de 1907 a 1915. Nesta mesma época estava sendo construída a ferrovia Madeira-Mamoré, que, junto com o desbravamento e



integração telegráfica, ajudaram a ocupar a região do atual Estado de Rondônia.

Realizou expedições com o objetivo de explorar a região Amazônica. Em 1910 organizou e passou a dirigir o SPI e, de maio de 1913 a maio de 1914, realizou mais uma expedição, em conjunto com ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt.

Em setembro de 1913, Rondon foi atingido por uma flecha envenenada dos índios Nhambiquaras, sendo salvo pela bandoleira de couro de sua espingarda. Ordenou aos seus comandados, porém, que não reagissem e que não batessem em retirada, demonstrando seu princípio de penetrar no sertão somente com a paz.

Em 1914, liderando a Comissão Rondon, construiu 372 km de linhas e mais cinco estações telegráficas: Pimenta Bueno, Presidente Hermes, Presidente Pena (depois Vila de Rondônia e atual Jiparaná), Jaru e Ariquemes, todas na área do atual Estado de Rondônia. Em 1º de janeiro de 1915, concluiu sua missão com a inaugura-

ção da estação telegráfica de Santo Antônio do Madeira.

De 1919 a 1924, foi Diretor de Engenharia do Exército. Com a Revolução de 1930, que destituiu Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder, foi preso, acusado de servir ao antigo regime.

O Meridiano 52 também é uma referência geográfica para a história das comunicações no Brasil. Rondon foi o segundo ser humano a receber em sua homenagem um meridiano em seu nome.

Cumpriu missões abrindo caminhos, desbravando terras, lançando linhas telegráficas, fazendo mapeamentos do terreno e principalmente estabelecendo relações cordiais com os índios. Manteve contato com diversos povos indígenas.

Desbravador do interior do país, foi inspiração para criar o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Teve seu primeiro encontro com os índios (alguns hostis, outros escravos de fazendeiros) quando construía as linhas telegráficas que ligavam Goiás a Mato Grosso. Foi o criador da expressão "do Oiapoque



ao Chuí" quando ele foi designado para estender a linha de telégrafo que se estendia nacionalmente.

Foi o mais importante registrador de etnias indígenas do Brasil. Para facilitar o contato com os índios, Rondon e sua equipe se utilizavam de presentes, entregues a eles durante os primeiros encontros.

Rondon falava várias línguas indígenas, mas em sua equipe encontravam-se outros tradutores. Os contatos eram objeto de relatórios, registrando assim as novas etnias identificadas.

Rondon ingressou na Igreja Positivista ao fim de 1898, como major e como ardoroso membro na teoria e na prática positivista.

<http://www.eb.mil.br/comunicacoes>. Acesso em 5 out. 2018.

BLAJBERG, Israel. De Rondon à Embratel - Soldados das Telecomunicações. A notável epopeia de interligar o Brasil do pós-guerra. *Revista do Exército Brasileiro*, Vol. 143 - 2º. Quadrimestre de 2006, p. 9-23.

GUERRIOT, Jean. *Cours du Genie: Conférences* (1er fascicule) – 1921. Commandant Thiebert/Cours de Transmission, Biblioteca da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (nº Cham MF 623.3 G932c).

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES. *Histórico*. Disponível em <http://www.escom.eb.mil.br/historico>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

## BIBLIOGRAFIA

1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES. Disponível em <http://www.1bcom.eb.mil.br>. Acesso em 25 ago. 2018.

ARMA DE COMUNICAÇÕES. Disponível em

# A Banda de Música Divisionária da FEB: origem, formação, importância e atividades no cotidiano do Teatro de Operações da Itália

João Carlos Talina <sup>a</sup>

Resumo: Desde os primórdios do Brasil Colônia, a música militar já estava presente no seu ethos musical. No Período Joanino, a música militar veio a se desenvolver mais, criando, assim, o germe da música militar do Exército Brasileiro. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial e, posteriormente, com a participação do Brasil, na 2ª Guerra Mundial, é criada a Banda de Música Divisionária da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para atuar no *ethos* musical militar em pleno Teatro de Operações da Itália. O presente artigo aborda a Banda de Música Divisionária da FEB, destacando sua origem e formação, e enfatizando sua importância, bem como, suas características relacionadas a seu *ethos* musical militar nas atividades do cotidiano.

Palavras-chave: Música militar, *ethos* musical militar, Força Expedicionária Brasileira.

## INTRODUÇÃO

Que os exércitos rolam sobre as suas próprias barrigas, já dizia o grande Imperador Napoleão Bonaparte, mas, indubitavelmente, marcham garbosamente, aos sons e cadências das músicas marciais executadas pelas suas bandas de música militares.

Capitão Músico João Carlos  
Talina

É notória a participação do Brasil, na 2ª Guerra Mundial, por meio de sua Força Expedicionária Brasileira (FEB), no Teatro de Operações da Itália. Entretanto, julgamos que tal conhecimento, de forma geral, tende a um reducionismo histórico, tanto no meio militar, quanto civil e acadêmico. Tal afirmativa tem a sua justificativa quanto à limitação de tal parti-

---

<sup>a</sup> Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais – Músico.





cipação da FEB apenas por tropas brasileiras de infantaria, artilharia, e especial. Muito pouco ou quase nada se sabe sobre a Banda de Música Divisionária e os demais elementos de Tropa Especial, bem como, os órgãos não divisionários, que participaram ativamente, direta ou indiretamente, mas que deram o importante e imprescindível suporte as tropas brasileiras da FEB no front e nos acampamentos durante todo o conflito.<sup>1</sup>

Neste sentido, este artigo tem o escopo de abordar o objeto de pesquisa, A Banda de Música Divisionária da FEB, quanto aos seus primórdios, sua contextualização no Estado Novo e o ideal nacionalista de época, sua origem, seus diversos *ethos* musicais, formação e, a sua importância nas atividades musicais militares no cotidiano da FEB. Também tem como objetivo contribuir para a historiografia militar brasileira, com novos conhecimentos, em especial, sobre a Banda de Música Divisionária da FEB. Assim sendo, pretende cooperar com o estudo e a divulgação da participação do Brasil na 2ª

Guerra Mundial, por meio da produção de acervo histórico e cultural, de forma a difundir e preservar, ao público em geral, militar, civil e acadêmico, as crenças, tradições e valores militares, enfim, o patrimônio imaterial, bem como, a imagem e a memória do Exército perante a sociedade, aproximando o cidadão brasileiro do seu Exército.

## **ESTADO NOVO - ALVORADA DO NACIONALISMO EM TERRAS *BRASILIENSIS***

Independente de qualquer linguagem musical, a música se diz nacionalista quando realmente contém elementos musicais característicos a um determinado povo ou nação. Desses elementos, os principais são: o ritmo, as características melódicas, o idioma, o folclore e outras manifestações populares ou patrióticas.<sup>2</sup>

No ano de 1848, de acordo com Bennet<sup>3</sup>, a Europa foi varrida pelos ventos dos inúmeros movimentos revolucionários, de caráter nacionalista/socialista/anarquista,



como o movimento italiano *Risorgimento* (Ressurreição), entre outros. Tais movimentos, ao suscitarem a música nacionalista, por meio dos elementos folclóricos, temas nacionais, mitologia, etc., possibilitaram “criar”, agregar uma cultura comum de um determinado povo, possibilitando assim ressurgir uma identidade cultural e nacional, a qual foi fundamental para a libertação, emancipação, unificação e criação de cada país, como também, do Estado moderno na Europa, ou seja, o estado democrático e republicano, em substituição ao estado feudal, representado pela aristocracia (nobreza e clero), onde o presidente, primeiro-ministro ou chanceler vieram a substituir os reis, imperadores e príncipes. Nesse sentido, por exemplo, as composições de Richard Wagner e Giuseppe Verdi, contribuíram para a formação da cultura e da identidade, bem como da unidade dos Estados germânicos e italianos.

De acordo com Squeff & Wisnik<sup>4</sup>, essa corrente também influenciou os compositores brasileiros na transição do século XIX

para o XX, fazendo surgir o Nacionalismo Brasileiro, representado pelas obras musicais dos compositores: A. C. Gomes, A. Levy, A. Nepomuceno, H. Villa-Lobos, C. Guarnieri, F. Mignone, entre outros. Prosseguindo, Squeff & Wisnik afirmam que os compositores nacionalistas brasileiros acima, entre outros,

[...] usaram fartamente o material ‘folclórico’ na composição de suas peças, e é esse o uso que marca o perfil característico tão reconhecível na música de todos eles.<sup>5</sup>

Portanto, surge a Música Nacionalista Brasileira, tanto erudita como popular, a qual se foi desenvolvendo em uma profunda e equilibrada coexistência social, com as atividades das orquestras, bandas de música civis e militares, corais, grupos instrumentais e vocais, rádios, gravadoras, enfim, possibilitando a formação de uma identidade cultural e nacional do povo brasileiro, com o apoio do Estado Novo. Conforme Talina<sup>6</sup>, com a Revolução de 1930 Getúlio Vargas



sobe ao poder, surgindo assim, o Estado Novo, período de profundas modificações ao nível sócio-político-econômico, bem como, cultural. O governo Getulista (ou “ditadura Vargas”) surgiu no período de apogeu dos regimes nazifascistas europeus, possuindo certas afinidades, possivelmente, devido ao pleno sucesso alcançado pelos mesmos.

As figuras de Vargas e de Villa-Lobos, bem como, o relacionamento dos dois no cenário da vida político-social-cultural brasileira, me levaram a relacioná-los, de uma forma ou de outra, com as figuras de Adolf Hitler (Führer) e do compositor Richard Wagner, na Alemanha Nazista. Neste sentido, eu buscava entender a essência de tal relação, sabendo que a música era um elemento comum, pois tanto Hitler como Vargas utilizaram a música dos eminentes compositores R. Wagner e H. Villa-Lobos, respectivamente, para alcançar os seus objetivos políticos. Através de documentários, tive conhecimento das grandes concentrações nazistas nas paradas militares, datas cívicas, manifestações paramilitares, cuja música de R. Wagner

penetrava no coração de um povo adormecido, despertando-lhe um sentimento de patriotismo, disciplina, culto à pátria e a autoridade.<sup>7</sup>

Prosseguindo, de acordo com Talina<sup>8</sup>, a ideologia<sup>9</sup> do Estado Novo era formada por um conjunto de princípios como o nacionalismo, disciplina, hierarquia, integração nacional, culto à pátria e autoridade. Tais princípios nortearam os diversos setores abrangidos pela política do Estado Novo, ou seja, as instituições públicas e privadas, a sociedade, as escolas, as Forças Armadas, a educação, e a cultura. Nesse sentido, tanto a música militar, como a música patriótica, erudita e popular, foram utilizadas para veicular esses valores, com o objetivo maior de se construir no imaginário popular o Estado Moderno Brasileiro, o Estado Novo, sua sociedade, seu povo, sua cultura; em última instância, a construção de uma identidade nacional do povo brasileiro.



## **A VOZ DA GUERRA, SOAM AS TROMBETAS, RUFAM OS TAMBORES!**

A priori, o surgimento da Banda de Música Divisionária da FEB está indissolúvelmente ligado à eclosão da 2ª Guerra Mundial e, conseqüentemente, com a entrada do Brasil no conflito. Cabe ressaltar que, durante os primeiros anos da 2ª Guerra Mundial, o governo Vargas<sup>10</sup> manteve-se neutro nas relações com os países beligerantes no conflito, o qual já se desenrolava nos continentes europeu, africano e asiático. Entretanto, só a partir da conferência realizada em 28 de janeiro de 1942, o Estado Novo rompeu as relações diplomáticas e comerciais com os Países do Eixo - a Alemanha, a Itália e o Japão.

Conforme observa Sander<sup>11</sup>, já a partir de meados de junho de 1942, depois do rompimento diplomático do Brasil com os Países do Eixo, o Governo de Vargas cedeu ao Governo dos Estados Unidos da América (EUA) áreas nos estados da Região Nordeste do país para serem instaladas as bases

da Força-Tarefa nº 3, pertencente à Marinha dos EUA, bem como, liberou os portos de Recife e Salvador para servirem como bases navais para Marinha Americana.<sup>12</sup> Cabe ressaltar que, o Saliente do Nordeste - a Região Nordeste do Brasil - era considerada uma região estratégica pelos aliados para dar apoio a Campanha na África do Norte, em especial.

Em consequência, tal ato não passou despercebido pelos Países do Eixo, e foi considerado hostil pelos mesmos, pois o Brasil sairia de sua neutralidade política, vindo a se posicionar ao lado dos Aliados. O Embaixador da Alemanha no Brasil, Sr. Pruefer, declarou, na ocasião, que o Brasil se posicionara "[...] em estado de guerra latente [...] com os Países do Eixo". Conseqüentemente, após esses fatos, os Países do Eixo, em especial, a Alemanha e a Itália, por meio da guerra submarina<sup>13</sup>, passaram a realizar ataques sistemáticos aos navios brasileiros que navegaram pelos oceanos Atlântico, Mediterrâneo e Índico, com o objetivo de interromper o envio de matérias



primas para os EUA e o envio de suprimentos para a Grã-Bretanha.<sup>14</sup>

De acordo com Carvalho<sup>15</sup>, a guerra submarina, realizada por intermédio dos ataques dos submarinos alemães e italianos, resultou no afundamento de 35 navios mercantes brasileiros, perfazendo um total de 1.081 mortos e 1.686 sobreviventes.<sup>16</sup> O resultado dessas agressões culminou com manifestações populares, impactadas pelos afundamentos de navios mercantes brasileiros, bem como, o elevado número de vítimas, principalmente civis, inclusive crianças, fatos estes divulgados na ocasião, pelos meios de comunicação. Em várias cidades brasileiras, inclusive, de forma violenta, com depredações de residências e estabelecimentos comerciais pertencentes a imigrantes oriundos dos Países do Eixo, chegando ao ponto de ocorrer até tentativas de linchamento a estes imigrantes estrangeiros, especialmente alemães, japoneses e italianos, ocorreram protestos contra a agressão do Eixo. Nesta ocasião, várias instituições, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os sindicados,

entre outras, organizaram manifestações, comícios e passeatas nas principais cidades e, em conjunto com a população brasileira como um todo, exigiram do Governo o ingresso do Brasil na guerra, ao lado dos países Aliados contra os Países do Eixo.

Em face dessas manifestações de âmbito nacional, em que toda a população brasileira se mobilizou, protestando contra as agressões dos Países do Eixo, bem como, exigindo uma reação governamental, o Governo, após reunião ministerial realizada em 22 de agosto, declarou "estado de beligerância" contra a Alemanha e a Itália, por intermédio do Decreto-Lei nº 10.508, expedido no dia 31 de agosto de 1942.<sup>17</sup>

## **AS BANDAS DE MÚSICA MILITARES NO BRASIL**

### a) Origens europeias nos primórdios

As bandas de música europeias tiveram a sua origem e desen-



volvimento a partir dos grupos instrumentais do período medieval e renascentista, denominados – *haut*, “*altos*” ou “*fortes*”, empregados para desenvolverem as suas atividades musicais ao ar-livre, ou mesmo, em grandes áreas cobertas, como grandes salões e, por isso, eram compostos por instrumentos musicais muito sonoros de sopro, das famílias das madeiras e metais, bem como, de percussão.<sup>18</sup>

A partir do século XVI surgiu o aumento do desenvolvimento da música instrumental, por meio do maior interesse dos músicos em comporem obras também para estes grupos de instrumentos, pois, até então, a música vocal era a principal atividade. Certamente, a banda de música, tendo como base os grupos de instrumentos “autos”, foi-se desenvolvendo através dos tempos, adquirindo, paulatinamente, novos e diferentes tipos de instrumentos, aumentando assim, as suas configurações instrumentais e, em última análise, primando para o seu equilíbrio sonoro (intensidade e timbre), visando a sua padronização, sendo que, já por “volta de

1810, as maiores bandas militares europeias tinham alcançado seu tamanho atual”.<sup>19</sup>

Cabe ressaltar que, de acordo com Maggini<sup>20</sup>, o século XIX foi muito promissor para o surgimento e o desenvolvimento das bandas de música militares e civis, no campo da organologia<sup>21</sup>, com a chegada de novos instrumentos, como o *Saxofone*, *Rothfone*, *Sarrusofone*, *Saxhórner*, bem como a implantação de novos mecanismos-sistemas acústicos para os instrumentos de sopro madeiras (flautas, oboés, fagotes, clarinetas) e metais (trompetes, trompas, trombones, saxhórner etc.); enriquecimento do repertório, com novas formas musicais de composição, com inúmeras composições como marchas, marchas fúnebres, concertos, aberturas de compositores renomados, como Johann Nepomuk Kumel, Johann Simon Mayr, Ludwig van Beethoven, Felix Bartholdy Mendelssohn, Hector Berlioz, Pyotr E. Tchaikovsky, Thomas Attwood Walmisley, Giacomo Rossini, Gustav Holst, Percy Aldredge Grainger, entre outros. No campo da



regência e composição para banda de música, por exemplo, o famoso compositor Johann Strauss, que foi regente da banda de música do Regimento da Cidade de Viena, onde regeu a sua famosa marcha militar Radetzky, conhecida mundialmente; também outros grandes expoentes como Nicolai Rimskij-Korsakov, Camilo de Nardis, entre outros compositores também contribuíram para tal desenvolvimento das bandas de música.

Maggini<sup>22</sup> também afirma que tais progressos, no campo da organologia, como também, nos campo da composição, regência, enfim, possibilitaram, além da riqueza expressiva da performance musical, a reorganização, em especial, das bandas de música militares em vários países europeus. Inicia-se assim, tal processo na França, posteriormente, na Alemanha, Itália, Inglaterra, EUA e, concomitantemente, fazendo surgir inúmeras bandas de música militares, como: a *Marine Band*, a *Boston Brigade*, a *Coast Artillery Band*, entre outras. Ilustres regentes de bandas de música como Gaetano Caruso,

Francesco Scalla, Patrick, John Philip de Souza, entre outros, possibilitaram também surgir instituições de ensino musical específicos para a banda de música, como, por exemplo, o *Royal Military School of Music*.

Tais aperfeiçoamentos das bandas de música estrangeiras, ocorridos na virada do século XIX para o século XX vieram, com certeza, a influenciar diretamente nas formações das bandas de música brasileiras, militares e civis, por meio das inúmeras missões militares, intercâmbios, cursos, visitas, como também, pela vinda de músicos estrangeiros.<sup>23</sup>

#### b) Raízes brasileiras

A continuidade da tradição no campo da produção de música instrumental ao gosto das amplas camadas das cidades, iniciada em meados de Setecentos pelos ternos de Barbeiros<sup>24</sup> com a chamada de música de porta de igreja, ia ser garantida a partir da segunda metade do século XIX pelas bandas de corporações militares nos grandes centros urbanos, e pelas pequenas



bandas municipais ou líras formadas por mestres interioranos, nas cidades menores.<sup>25</sup>

De acordo com Tinhorão<sup>26</sup>, a partir do século XIX com a chegada de D. João, de sua Família Real e da Corte Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, as bandas de música militares foram formadas, organizadas como tal, nos regimentos de Primeira Linha.<sup>27</sup> Portanto, tais bandas de música militares, criadas neste período, irão coexistir com as bandas de música pré-existentes no Brasil, se relacionando mutuamente, em especial, no aspecto do *ethos* musical, quanto ao repertório, público, formação de musicistas, etc.

Conforme exposto, o surgimento de bandas em “bases orgânicas” no exército português ocorreu na passagem do século XVIII para o XIX, portanto antes de 1814 como propunha Salles. Além disso, como mostraremos abaixo, existem indícios que mostram a existência de bandas de música no Brasil com padrões instrumentais semelhantes àqueles encontrados em Portugal, antes da chegada da corte portuguesa ou da ban-

da da Brigada da Real da Marinha.<sup>28</sup>

### c) *Ethos musicalis* militar e *ethos musicalis* civil

Atraídos aos quadros militares pela sua rara qualificação, músicos civis vestiram a farda e passaram a fazer parte do corpo de tropa, passando a comportarem-se como simples funcionários contratados, aos quais recebiam pagamentos na base de soldo de oficial.<sup>29</sup>

Cabe ressaltar que, segundo Tinhorão<sup>30</sup> abaixo, os efetivos das bandas de música militares eram constituídos, pela incorporação de músicos nos regimentos, oriundos também, de diversas bandas de música civis. Neste sentido, as bandas de música militares tiveram os seus repertórios, bem como, as suas performances musicais enriquecidas com a bagagem musical desses músicos incorporados as suas corporações militares, bem como, a própria formação profissional musical desses músicos.





O fato é que, com essa valorização das bandas da Primeira Linha e da Guarda Nacional, centenas de músicos de origem popular encontraram a oportunidade de viver de seu talento, contribuindo para identificar com o povo, por intermédio da música do coreto e das festas cívicas, um tipo de formação instrumental muito próxima do das orquestras sinfônicas das elites.<sup>31</sup>

Esses musicistas civis traziam consigo, além de suas expertises musicais, como instrumentistas, arranjadores, copistas, *luthiers*, compositores e regentes, mas também, as suas vivências musicais desenvolvidas na sociedade civil, por intermédio de um repertório riquíssimo, de música militar, popular, religiosa. Assim sendo, incorporaram estas expertises musicais em suas novas atividades musicais castrenses, enriquecendo assim, os repertórios e as performances musicais de suas bandas de música militares, possibilitando assim, as mesmas, de atuarem tão somente nas atividades militares, como formaturas, desfiles, guardas

de honra entre outras cerimônias e atividades militares, mas também, nas atividades musicais na sociedade, como uma banda de música civil, ou seja, nas festas, cortejos, procissões, enfim, na sociedade de entorno.<sup>32</sup>

## **BANDA DE MÚSICA DIVISIONÁRIA DA FEB**

### a) Da capo! Origem e formação

Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, fato este já descrito em texto anterior, bem como, a participação do Brasil neste conflito mundial, ao lado dos Países Aliados contra os Países do Eixo, a Força Expedicionária Brasileira – FEB foi criada, como um Corpo de Exército (CEX), *a priori*, composto, na primeira etapa, pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), por militares e reservistas das 1ª, 2ª e 4ª Regiões Militares (RM), bem como, por voluntários das Forças Auxiliares.



Fig. 1 – Fração da Banda de Música Divisionária na Itália



Fonte: Memorial da FEB.com

A Banda de Música Divisionária da FEB, assim como as OM divisionárias de Infantaria<sup>33</sup>, Artilharia, entre outras, e os demais elementos de Tropa Especial, além dos Órgãos Não Divisionários, tiveram sua origem concomitantemente com a criação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE). A princípio, além das forças operacionais, transformando assim as bandas de música orgânicas em uma banda de música divisionária, seguindo um modelo norte-americano<sup>34</sup>. No processo de formação da banda foram incluídos os

músicos voluntários das demais bandas do Exército.<sup>35</sup>

#### b) *Instrumentorium*

A formação instrumental da Banda de Música Divisionária da FEB, na época, foi composta, consequentemente, pela aglutinação das formações instrumentais das respectivas bandas de música dos regimentos de infantaria do 1º RI, 6º RI e do 11º RI, tendo como modelo de efetivo e instrumental, as formações das bandas de música europeias, em especial, as bandas de música militares portuguesas e italianas.<sup>36</sup> Portanto, de acordo com o autor, a instrumentação básica da Banda de Música Divisionária também foi composta por duas famílias a saber: Família dos Sopros dos Instrumentos de Madeiras - (flautim e flauta; clarineta piccolo, soprano, alto e baixo; saxofone alto, tenor e barítono) e de Instrumentos de Metais (trompete, trompa; saxhorners) e Família de Instrumentos de Percussão (lira, bombo, pratos, caixa surda e caixa de guerra).<sup>37</sup>



## A MÚSICA NO COTIDIANO DA FEB - OS *ETHOS* *MUSICALIS FEBIANUS - SI VIS PACEM, PARA MÚSICA, PARA BELLUM.*

Fig. 2 – Cotidiano de uma fração da Banda de Música Divisionária da FEB



Fonte: Goodreads.com

Nos anos da Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir de 1942, quando o Brasil entra na guerra, a música, especialmente do gênero samba, foi um dos instrumentos de controle utilizado pelo governo de Getúlio Vargas para mobilizar a população para a guerra... O rádio foi um dos principais meios de comunicação para a propagação de composições naciona-

listas e que exaltavam os soldados brasileiros que já haviam ido ou mesmo aqueles que estavam indo lutar na Europa... Na Europa, os expedicionários também utilizavam a música para “esquecer” os ataques e as tristezas do seu dia a dia na guerra. Assim, além das músicas oficiais que eram tocadas pela Banda da FEB (Força Expedicionária Brasileira) ou as músicas trazidas do Brasil, ou ainda as estrangeiras, os soldados também criavam canções.<sup>38</sup>

Cabe ressaltar que inúmeras fontes iconográficas, entre outras, registram as atividades musicais da Banda de Música Divisionária, suas frações, conjuntos e grupos musicais, bem como, dos demais integrantes da 1ª DIE no *ethos* musical militar no cotidiano da FEB, sejam em suas viagens, em destino para a Itália, sejam na vida castrense dos acampamentos, bases, no front, como também, nas cidades italianas que ocuparam, desenvolvendo assim, o seus *ethos musicalis popularis, militaris et para bellum*.



Fig. 3 – Banda de Jazz - Fração da Banda de Música Divisionária – Tropa Especial



Fonte: Memorial da FEB.com

De acordo com Silva<sup>39</sup>, o Serviço Especial foi criado, com a finalidade de “[...] cuidar da diversão, hospedagens e outras atividades dos expedicionários brasileiros [...]”. Neste sentido, a Banda de Música Divisionária da FEB pertencia também ao Serviço Especial e, por intermédio de suas frações de bandas de música orgânicas e Jazz Band, cumpriu muito bem o seu papel:

A Banda de Música executava hinos, dobrados e marchas militares habituais; trechos de obras de música erudita como de “O Guarani” (de Carlos Gomes); e arranjos de música popular, como de “Aquarela do Brasil” (Ary Barroso) [...]. Consta que

este conjunto teria realizado mais de uma centena de programas; isso só pode ser considerado verdade caso se incluam as atuações de duas subunidades informais: o Coral Sacro, formado por elementos do 11º RI, e a Banda de Jazz da FEB (ou Jazz Band, ou Banda do Serviço Especial) [...].<sup>40</sup>

a) *Ethos musicalis popularis – la barcarola do Tio Sam*

A bordo dos navios americanos de transporte de tropas<sup>41</sup>, os músicos militares se enturmaram com os demais companheiros e irmãos de Armas, Quadros e Serviços para praticarem música, nas horas de folga. Tal prática que era permitida pelas autoridades militares, possibilitou assim, realizar apresentações de repertório de música popular brasileira<sup>42</sup>, com música vocal e instrumental<sup>43</sup>, durante toda a viagem, seja no 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Escalões. Na ocasião, cantavam o repertório da MPB de época e, de acordo ainda com Silva<sup>44</sup> até mesmo as “[...] canções exaltadoras que foram criadas antes



da guerra acabaram por se tornar canções guerreiras, e tal foi o caso de *Aquarela do Brasil*, escrita em 1939 por Ary Barroso, a mais ouvida nos anos de guerra.” Neste período de viagem, nascem às primeiras canções, sambas, marchinhas, entre outras formas musicais populares dos nossos pracinhas da FEB.

Fig. 4 – Música febianiana durante a viagem para a Itália



Fonte: Memorial da FEB.com

#### b) A música castrense e no front – *ethos musicalis* militares

A Banda de Música Divisionária participava das atividades militares normais do cotidiano militar da vida castrense, no acam-

pamento base da 1ª DIE, bem como, de suas organizações militares (OM) subordinadas, como formaturas, treinamentos, guarda de honra, sepultamentos, apresentações, entre outras. Neste sentido, o efetivo de 200 (duzentos) músicos da Banda de Música Divisionária foi dividido em seções de Bandas de Música Orgânicas, com o escopo de atender, concomitantemente, todas as necessidades de ordem militar e civil. Binder<sup>45</sup> cita Camus<sup>46</sup> quanto às funções e seus objetivos da banda de música militar nas atividades castrenses, possui as seguintes funções, a saber:

- a) desenvolver o espírito de corpo e o moral da tropa, b) auxiliar nas tarefas de campo, c) prover com música cerimônias militares e d) prover com música atividades sociais e recreativas.

Neste período, o repertório de música militar executada se consistia nos hinos pátrios, canções, marchas e dobrados, como, por exemplo, *Avante Camaradas*, *Batista de Melo*, *Saudades de Minha Terra* e



Quatro Dias de Viagem. Segundo as iconografias, os músicos militares se enturmavam com os demais militares da FEB, para realizarem apresentações com músicas populares brasileiras, inclusive, suas próprias composições, que veremos abaixo, para o efetivo de folga, de forma voluntária, realizando assim, confraternizações e estreitando os laços de camaradagem que os uniam como verdadeiros irmãos.

A Banda de Jazz (trombones, saxofones, pistons, banjo, bateria, pandeiro, saxofone e violoncelo) era dirigida por Milton Vieira Galvão. Além das apresentações “normais”, das transmissões de rádio e das gravações para a *BBC*, o grupo subia em um caminhão e ia até próximo ao front, onde descia as laterais do veículo transformando-o em um palco móvel. Seus shows mesclavam música cívica com a popular nacional e internacional [...]. Às vezes eram acompanhadas de um grupo vocal masculino à maneira dos grupos norte-americanos, que também interpretavam as canções compostas pelos veteranos. Silva.<sup>47</sup>

Fig. 5 – Música febiana no aquartelamento na Itália



Fonte: Memorial da FEB.com

c) A música dos pracinhas nascida do front – *ethos musicalis para bellum*

Fig. 6 – Francis Hallawell – “Chico da BBC”



Fonte: BBC.com



Cabe ressaltar que a música dos pracinhas nascida no front, nos acampamentos, bases – como os sambas, marchinhas, emboladas – teve, indubitavelmente, um papel importantíssimo para a elevação da moral, disciplina, espírito de corpo, combatividade, enfim, da tropa brasileira. Esta música fez um tremendo sucesso na época, se imortalizando na história, graças ao trabalho do “Chico da BBC” – Francis Hallawell<sup>48</sup> que, segundo Silva<sup>49</sup> colaborava “com o Serviço Especial da FEB e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), colocando em seu noticiário - *Nossa Terra*, músicas brasileiras mescladas com as falas sobre os acontecimentos da guerra”, por meio do programa radiofônico especial, pela BBC, que apresentava a execução músicas dos pracinhas, como, “Heróis da Retaguarda”, “Onde eu vi muito tedesco”, entre outras.<sup>50</sup>

Essas composições foram gravadas especialmente, pela BBC de Londres, com diversos militares do Regimento Sampaio, a tal equipe carioca da FEB, no acampamento

em Francolise, na Itália e, retransmitidas na Itália e no Brasil. O conjunto musical era formado pelos próprios compositores, em sua maioria, pelos 3º Sargentos Serafim José de Oliveira, Ary Carvalho Vasconcellos, Quialdo A. Lemos; Cabos Walther Gomes, José Augusto Nogueira, Nilson W. Braga, Aroudel L. da Silva, Ermínio Pacheco de Resende e, os Soldados Natalino Cândido da Silva, Pieri Junior e Elpidio Viana.<sup>51</sup> Silva<sup>52</sup> cita também outra canção de Natalino C. S., uma embolada, referente à conquista do Monte Castelo – “Onde eu vi muito tedesco”:

Mas onde eu vi muito tedesco  
Foi no monte Castelo  
Onde eu vi muito tedesco  
Foi no monte Castelo  
Subindo ao monte encontrei Sinhá Lurdinha<sup>53</sup>  
Estava toda afobadinha...  
Vinha um tal de 88...<sup>54</sup>  
Mas eu também que conduzia o meu 60...<sup>55</sup>  
O 105 atirava com afinco...<sup>56</sup>  
E até mesmo a CPP com a 81 em posição...<sup>57</sup>



d) *Ethos musicalis italiano - La música popolare – concerto à italiana*

De acordo com Silva<sup>58</sup> a Banda de Música Divisionária desenvolvia também, atividades musicais no seio da sociedade italiana, da mesma forma que as bandas de música italianas na época e, de acordo com as iconografias, atividades estas realizadas nos locais por onde a 1ª DIE atuou, realizando apresentações no seio da população, das inúmeras cidades, povoados, vilas.

Entre as músicas estrangeiras não faltavam “Funiculi” (Giuseppe Turco e Luigi Denza) [...], “Lili Marleen” (Hans Leip e Norbert Schultze) [...] e “Deus Salve a América” (Irvin Berlin).<sup>59</sup>

Entretanto, ainda segundo Silva acima<sup>60</sup>, os concertos realizados pela Banda de Música Divisionária, bem como, pelas suas frações de bandas de música nas comunas italianas utilizaram repertório de música popular italiana, canções

napolitanas consagradas na época, com “Torna Surriento”, bem como, de peças do repertório erudito, como “La Pátria, Vá Pensieiro” (G. Verdi), músicas de caráter nacionalistas.

## GRAN FINALE

a) *Coda*

“O pracinha brasileiro é o soldado que luta a mais alta das lutas sorrindo e sim, cantando também. Que vence os obstáculos e as asperezas da campanha, extraindo de cada dificuldade uma pilhéria, de cada vicissitude uma anedota. São estas pilhérias, improvisadas dentro do próprio perigo. É uma capacidade de contar, como anedota, os lances trágicos e instantes difíceis... é essa capacidade de esquecer a guerra, no minuto preciso do seu esforço que se pode chamar de moral excelente do soldado brasileiro [...]” Francis Hallawell<sup>61</sup>

A participação da Banda de Música Divisionária no cotidiano da vida castrense no Teatro de





Operações da Campanha da FEB, como também, nas comunas italianas, ultrapassou os parâmetros normais de uma simples atividade de música militar. Muito mais que isto, pois se constituiu como um verdadeiro instrumento institucional de comunicação social da FEB e, de extrema importância para todos os militares da 1ª DIE, bem como, para o povo italiano, estendendo-se aos aliados e, até aos prisioneiros de guerra. Neste sentido, a Banda de Música Divisionária se fez presente em todos os momentos possíveis e necessários no cotidiano, seja nas cerimônias militares como formaturas, guardas de honra, treinamentos, sepultamentos.

A base real de um exército é o seu espírito de corpo e esse espírito grupal, em cada unidade, não pode nascer num curto período de incorporação de recrutas. Foi o espírito grupal que fez vitoriosos os exércitos de Alexandre Magno e de Roma, que prima por seu *spirit de corps*...<sup>62</sup>

Já no cotidiano das comunas italianas, fez-se também presente, de forma indelével, executando especialmente repertório de músicas italianas, canções napolitanas, *musica popolare italiana*, aproximando ainda mais as tropas brasileiras com a população local, onde os militares brasileiros foram acolhidos como verdadeiros *fratelli*, *il soldati brasiliani libertatori di mostra terra, il nostro popolo dalla schiavitù... ma, conquistatori del cuori, affetto, anima, vitta della popolazione italiana*.<sup>63</sup>

Fig. 7 – O pracinha com seu material para a guerra e seu violão para a paz



Fonte: Memorial da FEB.com



## b) *Ethos musicales* – teoria dos afetos

Uma Banda traz recordações, acelera as associações, abre e une os corações dos homens com mais eficácia que as outras exortações. As canções que toca e as palavras que as acompanham podem parecer muito afastadas do heroísmo ou da devoção, mas o seu poder mágico e estimulante pode levar a alma dos homens a compreender certas verdades de que suas mentes duvidariam [...] Mais do que isso, ninguém, nem mesmo o Ajudante, pode dizer ao certo onde vive a alma do batalhão, mas a expressão dessa alma é, na maioria das vezes, encontrada na banda. Rudyard Kipling.<sup>64</sup>

Fig. 7 – Desfile militar da FEB e sua Banda de Música Divisionária na Itália



Fonte: Goodreads.com

Em síntese, cabe refletir que, de acordo com o pensamento de Keegan<sup>65</sup>, com o advento dos exércitos nacionais já na 1ª Guerra Mundial formados em suas bases por recrutas oriundos dos diversos segmentos sociais, os soldados-cidadãos<sup>66</sup>, em substituição dos exércitos de mercenários, os quais estes eram pagos com altas somas de riquezas pelos seus estados contratadores, houve a extrema necessidade por parte das novas nações-estados de desenvolverem valores diferentes, no inconsciente coletivo da tropa desse novo exército nacional, popular<sup>67</sup>, de suas novas forças armadas. Valores estes, que viessem a contribuir com a disciplina, espírito de corpo, lealdade, amor à pátria, ou seja, não mais os valores antigos, ao pagamento dado aos exércitos de mercenários como o direito ao butim de guerra, ao saque, escravos, altas somas de dinheiro, ouro, prata, pedras preciosas, ou seja, os antigos valores de riqueza, poder, enfim, que faziam movimentar exércitos de mercenários à guerra. Portanto, valores de caráter imaterial, como o naciona-



lismo acerbado, o amor à pátria, à bandeira nacional, ao povo, a liberdade, a terra, o sacrifício da própria vida, como objetivo maior de conquista para esses novos militares, soldados-cidadãos, exércitos populares, mesmo porque os países já estavam saindo do modelo de estado feudal, se projetando no modelo do Estado Moderno.

Neste sentido, as bandas de música, por meio do repertório de música militar e patriótica, em especial, foram também verdadeiros instrumentos disseminadores desses valores imateriais possibilitando assim, reverter o caráter dos conflitos agora, um embate de caráter moral, filosófico, ideológico e político onde, a luta, não será mais como as antigas guerras, para a conquista de terras, riquezas, butins, para os seus reis e rainhas, imperadores, príncipes, mas sim, para a conquista da honra, da paz, da liberdade.

Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm, o mundo contemporâneo é resultante de uma dupla revolução, os efeitos combinados da *Revolução*

*Francesa* e da *Revolução Industrial...* Em relação à primeira, teríamos o advento e desenvolvimento do vocabulário político moderno (direita e esquerda), a linguagem e prática da cidadania, da política de massas, da constituição do campo dos direitos civis, enfim, o mundo das ideologias e, principalmente, o desenvolvimento da idealização/realização da Nação e do Nacionalismo. Entendida como momento histórico do fortalecimento e expansão do Estado Nacional Moderno, a Revolução Francesa transforma todos os antigos súditos em “filhos da pátria” (como expresso nos versos da *Marselhesa*, o verdadeiro hino do longo século XIX). Despontam o Nacionalismo militante, que para virar beligerante não necessita mais do que poucos passos de marcha acelerada.<sup>68</sup>

Portanto, a Banda de Música Divisionária da FEB, e suas frações de bandas de música orgânicas, conjuntos e grupos musicais, por meio de seus *ethos musicais*, constituíram como um verdadeiro instrumento de comunicação social, unindo os soldados-cidadãos brasileiros da Força Expedicionária



Brasileira, com um excelente espírito de corpo, disciplina, combatividade, moral, ufanismo, enfim. Valores imateriais estes, que os possibilitaram tão somente, a galgar as duras situações da frente de batalha, como as intempéries, bargagens de artilharia, armadilhas, campos minados, rajadas de metralhadora e toda sorte de cenas de horrores próprios de uma guerra, como, camaradas mortos e feridos, destruição generalizada, mas sim, vencerem as tropas alemãs e italianas, em inúmeras batalhas, conquistando a admiração e respeito das tropas aliadas, bem como do povo italiano e de seus próprios inimigos.

## **CONCLUSÃO - FINALE**

Acredita-se que é vasto os seus efeitos sobre as emoções e desejos do homem, e os pesquisadores estão apenas começando a suspeitar-lhe da extensão da influência até sobre os processos puramente intelectuais e mentais. Em outras palavras, a música também pode representar um papel muito mais impor-

tante do que a maioria das pessoas, até agora, propendeu a crer. Os poderes da música são multifacetados, às vezes misteriosamente potentes e, até agora, não de todo compreendidos.<sup>69</sup>

De acordo com Tame<sup>70</sup>, a música, tanto de gênero instrumental, como vocal ou mesmo mista, instrumental e vocal, seja de estilo erudita ou popular - militar, patriótica, religiosa, profana, enfim, os seus efeitos sobre o comportamento do homem, os seus poderes de influência nos aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores, biológicos, bioquímicos, morais, espirituais são reais, concretos, fatuais e notórios, registrados na história de suas civilizações, desde a Antiguidade Clássica, até os tempo modernos.<sup>71</sup>

Portanto, no presente artigo foram expostos os mais variados assuntos do objeto de pesquisa - A Banda de Música Divisionária da FEB, nos diversos capítulos, por meio de uma epistemologia convergente<sup>72</sup>, concatenando cada capítulo, cada assunto, um a um, formando assim, um constructo



sobre a sua origem, importância e as atividades desenvolvidas no seu *ethos* musical militar no cotidiano da Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações na Campanha da Itália, durante a 2ª Guerra Mundial, com os mais variados aspectos constitutivos deste fenômeno histórico.

Concluimos que é inegável a importância e relevância da participação da Banda de Música Divisionária da 1ª DIE – FEB no Teatro de Operações da Campanha da Itália, no que tange as suas atividades no cotidiano da vida militar dos nossos pracinhas, bem como, no seio civil da população italiana.

Portanto, é de fundamental importância realizar pesquisas futuras sobre as atividades da Banda de Música Divisionária da 1ª DIE – FEB no Teatro de Operações da Campanha da Itália, pois, de acordo com Neto<sup>73</sup>, não resta dúvida de que “[...] o cotidiano dos pracinhas, além de complexo e inexplorado, resguarda elementos ainda desconhecidos [...]”, com o escopo de enriquecer a História Militar Brasileira com novos fatos. Assim sen-

do, tal procedimento irá possibilitar o conhecimento mais profundo sobre o objeto de estudo em tela, neste campo de pesquisa e, com isto, evitando também assim, o reducionismo histórico, o qual limita, apenas a participação das unidades divisionárias da FEB no front, incluindo também, neste sentido, os demais elementos de Tropa Especial e Órgãos Não Divisionários, tema da Comunicação nº 17, do VIII Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial – SENAB – 2ª GM 2019 – Atuação da FEB na Itália com seus elementos de Tropa Especial e Órgãos Não Divisionários, promovido pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, do Departamento de Educação e Cultura do Exército.

## BIBLIOGRAFIA

ADAM, Joselir; VALLE, José. *Linguagem e estruturação musical*. Curitiba: Beija-flor, s/d.

ABRIL COLEÇÕES. *Coleção Armas de Guerra: Artilharia 1850-*



1945, v. 13 e v. 15, São Paulo: Abril, 2010.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDRADE, Mário de. *Dicionário musical brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BINDER, Fernando Pereira. *Bandas militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

BOUDON, Raymond. *A ideologia*. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. Decreto-Lei nº 10.508, 31 de agosto de 1942 - *Declara o estado de guerra em todo o território nacional*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d10358.htm#:~:text=Declara%20o%20estado%20de%20guerra,Art.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d10358.htm#:~:text=Declara%20o%20estado%20de%20guerra,Art.>). Acesso em 5 abr. 2021.

CAMUS, Raoul. *Military music of the American Revolution*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1976.

CANDÉ, Roland de. *A música: linguagem, estrutura e instrumentos*. Lisboa: Edições 70, 1990.

CANDÉ, Roland de. *História universal da música*, v. 1 e v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CARVALHO, L. P. Macedo. Força Expedicionária Brasileira: 60 anos. *Verde Oliva*, Brasília, ano 22, n.185, pp. 16-21, jul/ago/set. 2005.

CARVALHO, Mário Vieira de. *A música e a luta ideológica*. Lisboa: Estampa, 1976.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Tese de doutorado. São Paulo, 2003.

HENRIQUE, Luís. *Instrumentos musicais*. Lisboa: Gulbenkian, 1987.

HOBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções(1789-1848)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.



JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

KEEGAN, John. *História ilustrada da primeira guerra mundial*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

MAGGINI, Tomislav *La Banda: la sua storia, il suo ruolo di sviluppo culturale e di aggregazione per i ceti popolari*. Università degli studi di Verona, Italia, Facoltà di lettere filosofia curso di laurea in scienze dei beni culturali, pp. 15-24, 2009.

MEIRA, Antonio Maria; SCHIRMER, Pedro. *Música militar e banda de música: origem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Estandarte, 2000.

NETO, Anysio Henriques. *A cobra fumou na Itália: os alicerces do cotidiano dos pracinhas brasileiros no front*. Juiz de Fora, Relatório, CES/JF, 2009, p. 89-102.

OJEDA, Caroline Martins In: *FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: MEMÓRIAS DE GUERRA E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES* - 1 XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis, 2015.

PEREIRA, M. E. *Você sabe de onde eu venho?* O Brasil nos tem-

pos de guerra (1942-1945). 2009. 148f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2009.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SILVA, Ester Gonçalves. *O que era cantado nos campos de batalha pelos soldados brasileiros na segunda guerra mundial: O LP “EXPEDICIONÁRIOS EM RITMOS” (1966)*. Monografia, Curso de Licenciatura em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2016.

SILVA, M. *A Educação brasileira no Estado Novo (1937/45)*. São Paulo: Livramento, 1980.

SQUEFF, Enio; WISNIK, José Miguel. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TALINA, João Carlos. *A educação musical no Estado Novo: o orfeão de orfeu*. Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação do Conservatório



Brasileiro de Música, monografia, 1990.

TAME, David. *O poder oculto nada música*. São Paulo: Cultrix, 1988.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

VESELLA, A. *Studi di strumentazione per banda*. Milano: Ricordi, 1955.

VISCA, Jorge. *Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

<//pt.m.wikipedia.org>

<www.bbc.com>

<www.brasilmergulho.com.br>

<www.naufragios.com.br>

<www.sentapua.com.br>

---

<sup>1</sup> Como, por exemplo: Inspetoria Geral, Intendência, Serviço de Saúde, Enfermeiras da FEB, Armamento e Remuniciamento, Correspondentes de Guerra, Pelotão Neuropsiquiátrico, Companhia Comando da 1ª Divisão de Infantaria Divisionária, Serviços de

---

Fundo, Pagadoria Fixa e Agência do Banco do Brasil junto a FEB, Esquadilha de Observação e Ligação, Batalhão de Trabalhadores, Justiça Militar na FEB, Depósito de Pessoal, Serviço Postal, Pelotão de Sepultamento, Pelotão de Polícia do Exército, 1º Grupo de Aviação de Caça, Serviço de Assistência Religiosa, Serviço de Transmissões e Marinha Mercante.

<sup>2</sup> Cf. ADAM, Joselir; VALLE, José. *Linguagem e estruturação musical*. Curitiba: Beija-flor, s/d. e BENNETT, R. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

<sup>3</sup> BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

<sup>4</sup> SQUEFF, Enio; WISNIK, José Miguel. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 131.

<sup>6</sup> TALINA, João Carlos. *A educação musical no Estado Novo: o orfeão de orfeu*. Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação do Conservatório Brasileiro de Música, monografia, 1990

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>8</sup> *Ibid.*

<sup>9</sup> O conceito de ideologia está intrinsecamente ligado ao de acordo com BOUDON, Raymond. *A ideologia*. São Paulo: Ática, 1989, p. 25-46. Cf. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os apa-*





relhos ideológicos de estado (AIE). Rio de Janeiro: Graal, 1985., e CARVALHO, Mário Vieira de. *A música e a luta ideológica*. Lisboa: Estampa, 1976.

<sup>10</sup> TALINA, op.cit, p. 7.

<sup>11</sup> SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

<sup>12</sup> A estratégia da instalação de tais bases militares americanas tinha o escopo também de bloquear o envio de matéria prima aos países inimigos, Alemanha e Itália, em especial, criou a "Cintura do Atlântico" ou "Saliente do Nordeste". Cf. SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

<sup>13</sup> A flotilha era composta de cerca de 22 (vinte e dois) submarinos alemães (*Unterseeboot-U-boot*) e 5 (cinco) submarinos italianos: *U-66, U-94, U-155, U-156, U-159, U-161, U-162, U-163, U-170, U-185, U-199, U-203, U-432, U-502, U-504, U-507, U-513, U-514, U-516, U-518, U-590, U-861* - e, *Archimede, Da Vinci e Barbarigo, Tazzoli, Calvi e Torelli*, pertencentes às classes de U-boot alemãs do Tipo VII-C, IX-C e IX-D2, XIV – Milchkuw e, classes dos submarinos Italianos do tipo Blin, *Marcello, Marconi Calvi e Gato*, respectivamente, sendo que 10 (dez) submarinos alemães e 01

(um) italiano foram afundados pelas patrulhas aéreas aliadas, próximos às costas brasileiras: *U-164, U-128, U-507, U-590, U-513, U-662, U-598, U-199, U-591 e U-161* e, Archimedes, respectivamente. Cf.

<https://pt.m.wikipedia.org.>,

<https://www.naufragios.com.br.> e

<https://www.brasilmergulho.com.br.>

<sup>14</sup> SANDER, op.cit.

<sup>15</sup> CARVALHO, L. P. Macedo. Força Expedicionária Brasileira: 60 anos. *Verde Oliva*, Brasília, ano 22, n.185, pp. 16-21, jul/ago/set. 2005.

<sup>16</sup> Os submarinos alemães e italianos afundaram 36 navios brasileiros e 56 navios de bandeira estrangeira. São os seguintes navios mercantes afundados pelos submarinos alemães e italianos do Eixo, pertencentes às companhias Lloyd Brasileiro, Lloyd Nacional e Costeira, a saber: *Afonso Pena, Alegrete, Aníbal Benévolo, Antonico, Apolóide, Arabutã, Arará, Araraquara, Baependy, Bagé, Barbacena, Brasilóide, Buarque, Cairu, Campos, Cisne Branco, Gonçalves Dias, Itagiba, Itapagé, Jacira, Lages, Olinda, Ozório, Paracurí, Pelotasloide, Piave, Porto Alegre, Shangrilá, Suilóide, Tamandaré, Taubaté, Tutóia, Vidal de Negreiros e Vital de Oliveira*. Cf. SANDER, op.cit. e

<https://www.naufragios.com.br.>

<sup>17</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 10.508, 31 de agosto de 1942 - *Declara o estado de guerra em todo o território nacio-*



nal. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-)

1949/d10358.htm#:~:text=Declara%20o%20estado%20de%20guerra,Art.>.

Acesso em 5 abr. 2021.

<sup>18</sup> Instrumentos como: Sopro Madeiras - Flauta Transversa, Charamela, Bombarda, Cervelato, Krummhorn; Sopro Metais - Trompete, Trompa, Sacabuxa e, Percussão – Tambor, Pratos, Guizos etc. Cf. BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 13-30.

<sup>19</sup> BINDER, Fernando Pereira. *Bandas militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

<sup>20</sup> MAGGINI, Tomislav *La Banda: la sua storia, il suo ruolo di sviluppo culturale e di aggregazione per i ceti popolari*. Università degli studi di Verona, Itália, Facoltà di lettere filosofia corso di laurea in scienze dei beni culturali, pp. 15-24, 2009.

<sup>21</sup> Organologia subárea da Musicologia que estuda os instrumentos musicais, seus aspectos constitutivos físicos, acústicos. Cf. HENRIQUE, Luís. *Instrumentos musicais*. Lisboa: Gulbenkian, 1987, p. 15.

<sup>22</sup> MAGGINI, op.cit.

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> Ternos de Barbeiros, segundo Tinhorão (1998, pg155-175) eram grupos musicais formados por negros escravos, barbeiros de ofício, que executavam músicas nos festejos religiosos que ocorriam nas portas das igrejas, cujas atividades perduraram muito depois da chegada e instalação da Família Real Portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro. Cf. ANDRADE, Mário de. *Dicionário musical brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

<sup>25</sup> TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 177.

<sup>26</sup> Ibid.

<sup>27</sup> De acordo com Binder (2006, p. 27) as bandas de música pertenciam aos regimentos de 1ª Linha, era profissional e ficava permanentemente em armas estacionada no Rio de Janeiro. Formada por três regimentos de infantaria e um de artilharia, segundo o decreto de 1810.

<sup>28</sup> BINDER, op.cit., p. 24.

<sup>29</sup> TINHORÃO, op.cit., p. 178.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Ibid., p. 178-179.

<sup>32</sup> Ibid., p. 177-189. Embora Tinhorão aborde a história social da música popular brasileira do ponto de vista cultural e ideológico, o autor, de forma historiográfica, cita as origens de nossa música popular brasileira, em especial,



as bandas de música civis e militares, escopo desta pesquisa.

<sup>33</sup> O 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio, o 6º Regimento de Infantaria – Caçapava-SP e o 11º Regimento de Infantaria – Regimento Tiradentes de São João Del Rei-MG. Cf. SANDER, op.cit.

<sup>34</sup> De acordo com Meira & Schirmer (2010, p. 50), o procedimento em desagregar as bandas de música orgânicas dos seus regimentos, no caso, as bandas de música dos regimentos de infantaria do 1º RI, 6º RI e do 11º RI, agregando-as em uma banda de música divisionária era modelo norte-americano de época.

<sup>35</sup> MEIRA, Antônio Maria; SCHIRMER, Pedro. *Música militar e banda de música: origem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Estandarte, 2000, p. 118. O Tenente Franklin de Carvalho Júnior era o Maestro/Oficial Regente do 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio e, posteriormente, foi o Oficial Regente da Banda de Música da Escola Militar de Resende, atual Academia Militar das Agulhas Negras.

<sup>36</sup> VESSELLA, A. *Studi di strumentazione per banda*. Milano: Ricordi, 1955, p. 115, propôs três tipos de bandas de música: *Piccola Banda*, com cerca de 28 (vinte e oito) instrumentistas; *Media Banda*, com cerca de 45 (quarenta e cinco) instrumentistas e, *Grande Banda*, com cerca de 65 (sessenta e cinco) instrumentistas.

<sup>37</sup> Segundo a Organologia, a instrumentação da banda de música, em geral, é composta pelas famílias dos sopros - madeira e metal e percussão. Cf. HENRIQUE, Luís. *Instrumentos musicais*. Lisboa: Gulbenkian, 1988.

<sup>38</sup> Segundo Silva (2016) o LP “Expedicionários em Ritmos”, uma das poucas fontes da música dos pracinhas, foi gravado após a guerra, em 1966, com o repertório das canções – sambas, emboladas, marchinhas, compostas pelos pracinhas no *front*, nas tréguas dos combates. Cf. SILVA, Ester Gonçalves. *O que era cantado nos campos de batalha pelos soldados brasileiros na segunda guerra mundial: O LP “EXPEDICIONÁRIOS EM RITMOS”* (1966). Monografia, Curso de Licenciatura em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, 2016 p.6.

<sup>39</sup> SILVA, M. *A Educação brasileira no Estado Novo (1937/45)*. São Paulo: Livramento, 1980, p. 39.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>41</sup> Os navios americanos de transporte de tropas que transportaram a FEB foram: 1º Escalão – *Gen Mann*; 2º Escalão – *Gen Mann*; 3º Escalão – *Gen Meigs*; 4º Escalão – *Gen Meigs* e 5º Escalão – *Gen Meigs*.

<sup>42</sup> De acordo com Tinhorão (1998, p. 289-304) executavam todo o tipo de forma musical da MPB, como samba, samba canção, choro, marchinhas, emboladas, etc.



<sup>43</sup> Inúmeras iconografias nos revelam que utilizaram instrumentos musicais característicos da Música Popular Brasileira (MPB), como violão, banjo, cavaquinho, pandeiro, afoxé, cuíca, atabaque, entre outros.

<sup>44</sup> SILVA, op.cit., p. 33.

<sup>45</sup> BINDER, op.cit.

<sup>46</sup> CAMUS, Raoul F. *Military music of the American Revolution*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1976.

<sup>47</sup> SILVA, op.cit., p. 39.

<sup>48</sup> Francis Hallawell, conhecido como “O Chico da BBC”, era brasileiro, gaúcho, filho de ingleses, engenheiro, funcionário da Empresa Inglesa Metropolitan-Vicher, contratada para eletrificar a Rede Ferroviária da Central do Brasil, na década de 1940. Foi voluntário para o serviço militar inglês e, após ser dispensado, foi trabalhar como locutor na BBC de Londres e, posteriormente, como correspondente de guerra da BBC de Londres, junto ao grupo de correspondentes da FEB, apresentando programas de música pela BBC na Itália e no Brasil, com o repertório de músicas dos pracinhas, em especial. Cf. <<https://www.bbc.com>> brasil – 43389816.

<sup>49</sup> SILVA, op.cit., p. 40.

<sup>50</sup> De acordo com Silva (2016, p 46) são exemplos de músicas transmitidas pela Rádio BBC: TEDESCO EU

QUERO VER (S. J. Oliveira); HERÓIS DA RETAGUARDA (Pieri Junior); SORRINDO E CANTANDO (Pieri Junior); A LOURDINHA ESTÁ CANTANDO (Natalino Cândido), entre outras.

<sup>51</sup> Os soldados Pieri Junior e Elpídio Viana imitavam, por meio de vocalize, o trombone e o trompete, respectivamente, com perfeita entonação, timbre e ritmo.

<sup>52</sup> SILVA, op.cit., p. 55.

<sup>53</sup> Lurdinha – apelido dado pelos pracinhas às metralhadoras alemãs Machine Gewer MG 34 e a MG 42. Cf. ABRIL COLEÇÕES. *Coleção Armas de Guerra*. Armas portáteis 1870-1950, v. 15. São Paulo: Abril, 2010, p. 107-108.

<sup>54</sup> O 88 – apelido dado pelos pracinhas ao lendário canhão antiaéreo *FlugzeugAbwehrkanone* Flak 18, calibre 88mm, de múltiplo emprego. Cf. ABRIL COLEÇÕES, op.cit., v. 13, p. 52-53.

<sup>55</sup> 105 – apelido dados pelos pracinhas ao canhão de campanha *LechtFeldKanone* calibre 105mm. Cf. Ibid., v. 13, p. 76-77.

<sup>56</sup> O 60 – apelido dado pelos pracinhas ao seu morteiro americano M1, calibre 60mm. Cf. Ibid., v. 13, p. 113.

<sup>57</sup> O 81 – apelido dado pelos pracinhas ao seu morteiro americano M27/31, calibre 81mm. Cf. Ibid., v. 13, p. 116.

<sup>58</sup> SILVA, op.cit.



<sup>59</sup> Ibid., p. 40.

<sup>60</sup> Ibid.

<sup>61</sup> Gravação da voz do Francis Hallawell, - “O Chico da BBC”, no Programa - *Nossa Terra* da Rádio BBC de Londres. Cf. <<https://www.bbc.com/brasil> – 43389816.

<sup>62</sup> MEIRA; SCHIRMER, op.cit., p. 49-50.

<sup>63</sup> “[...] irmãos, os soldados brasileiros, libertadores de nossa terra, do nosso povo da escravidão... mas, conquistadores do nosso coração, afeto, alma, vida... da população italiana.” (Tradução livre do autor).

<sup>64</sup> Rudyard Kipling, Prêmio Nobel de Literatura em 1907, foi escritor e autor de inúmeras obras literárias e poéticas, como a *Baladas da Caserna*. Cf. MEIRA; SCHIRMER, op.cit., p. 51.

<sup>65</sup> O britânico John Keegan (1934-2012) foi um dos principais historiadores militares de sua época. Dono de uma vasta obra, destacou-se por introduzir nos estudos dos fatos e fenômenos militares a discussão de valores e análise dos homens na guerra. Valorizou o contexto sociopolítico e introduziu instrumentais sociológicos e antropológicos para o estudo do seu objeto de pesquisa – a “cultura” da guerra.

<sup>66</sup> Ojeda (2015), citando Ferraz (2012) quanto ao conceito soldado-cidadão, revela: “Pela expressão cidadão-soldado entende-se o indivíduo que, ao prestar o serviço militar – na paz ou na

guerra – por um determinado período à sua pátria, adquire a qualificação de sua cidadania por meio do “tributo de sangue.” (FERRAZ, 2012, p. 45) .

<sup>67</sup> Quanto ao conceito de inconsciente coletivo, Cf. JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

<sup>68</sup> Quanto ao pensamento de Maurício Orestes Parisi sobre o nacionalismo, no Artigo - A GUERRA NO “LONGO SÉCULO XIX” TEORIAS DA GUERRA E ANÁLISE HISTÓRICA, Cf. <[www.diversitas.fflch.usp.br](http://www.diversitas.fflch.usp.br)>

<sup>69</sup> TAME, David. *O poder oculto nada música*. São Paulo: Cultrix, 1988, p. 13. Quanto à influência da música sobre o homem e sobre a sociedade - o *ethos musicales* e a teoria dos afetos.

<sup>70</sup> Ibid.

<sup>71</sup> CANDÉ, Roland de. *História universal da música*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

<sup>72</sup> Quanto à epistemologia convergente, ver VISCA, Jorge. *Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente*. Porto Alegre: Artes Médica, 1987.

<sup>73</sup> NETO, Anysio Henriques. *A cobra fumou na Itália: os alicerces do cotidiano dos pracinhas brasileiros no front*. Juiz de Fora, Relatório, CES/JF, 2009, p. 89-102, p.100.

# RESENHA

## ***Dom Luiz na Grande Guerra***

**Carlos Roberto Carvalho Daróz<sup>a</sup>**

**SANTOS, Armando Alexandre. *Dom Luiz na Grande Guerra*.  
Campinas: Artpress, 2020.**

O Príncipe Dom Luiz de Orleans e Bragança (1878-1920), filho da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, passou para a História com a designação de "Príncipe Perfeito". Era um homem brilhante, autor de livros premiados e respeitado como intelectual, que encantava as pessoas que o conheciam, mesmo quando republicanas e ideologicamente contrárias.

Com a proclamação da República, em 1889, a Família Imperial brasileira foi banida. Juntamente com o Imperador D. Pedro II, seus integrantes embarcaram para a Europa. A Princesa Isabel e seu esposo Gastão d'Orleans, o Conde

d'Eu, viveram uma vida calma e quieta na comuna francesa de Bolonha, e os três filhos do casal estudaram em escolas parisienses. Para os europeus, a família da única descendente viva de D. Pedro II pertencia à nobreza francesa, e era tratada como tal.

A tranquilidade de seus membros, contudo, teve fim com a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914, então denominada Grande Guerra. Ao chegaram à França, D. Antônio Gastão e D. Luiz Maria tinham oito e onze anos, respectivamente. Crescendo naquele país, eles tinham o objetivo de defendê-lo quando comple-

---

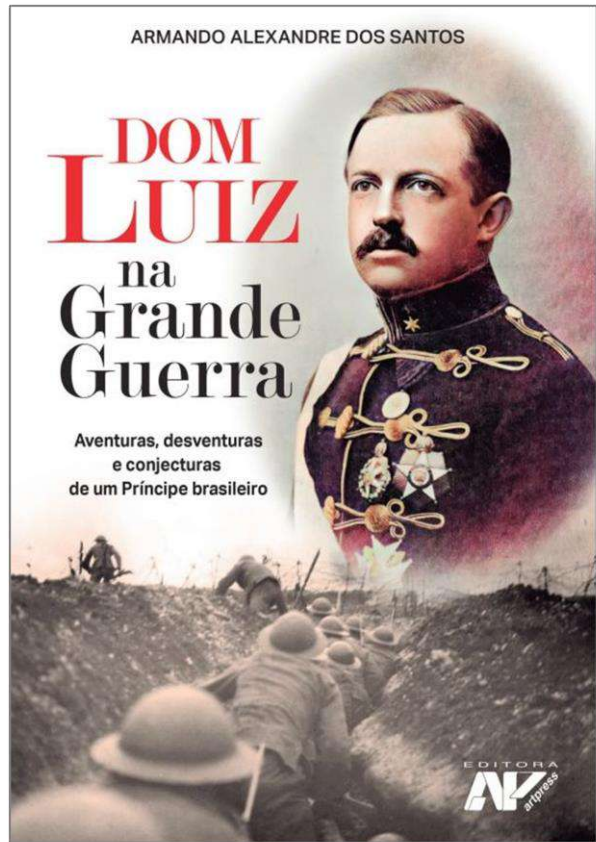
<sup>a</sup> Coronel de Artilharia. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



tassem a idade do alistamento militar, ideia apoiada pelo pai, o Conde d'Eu, que havia renunciado aos seus direitos à linha de sucessão ao trono francês em 1864, quando do seu casamento.

A França, entretanto, se recusou a receber os dois príncipes em seu exército. Com isso, os dois foram estudar em uma academia militar no Império Austro-Húngaro, então governado pelo tio deles, o imperador Francisco José I. Fazendo carreira militar junto aos austríacos, eles não imaginavam que os dois países entrariam em choque na Grande Guerra. Ambos deixaram o Exército Austríaco pouco antes do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, que daria início ao conflito mundial.

Em 1914 D. Luiz estava casado, tinha três filhos pequenos e dirigia um amplo movimento político e propagandístico para restaurar a monarquia no Brasil, quando estourou a guerra. Embora não tivesse saúde, imediatamente se alistou como voluntário e comba-





teu nas fileiras do Exército Britânico. Precisou ser afastado no ano seguinte porque contraiu nos campos de batalha gelados um gravíssimo reumatismo ósseo, ficando reduzido a uma semiparalisia. Durante cinco anos tentou, sem sucesso, recuperar-se, e morreu com apenas 42 anos de idade.

Príncipe pouco conhecido dos brasileiros na atualidade, foi um exemplo de cavalheirismo e seu amor por sua terra natal foi demonstrado em todos os momentos possíveis, ainda mais depois que assumiu a posição de herdeiro da mãe, em 1908, envolvendo-se publicamente na campanha de restauração do trono no Brasil e tomando parte ativa nos movimentos monarquistas até a Primeira Guerra Mundial.

Suas ideias inovadoras, como a inclusão da questão social com maiores direitos à classe operária e melhor qualidade de vida para os brasileiros na agenda política, em uma época em que eram consideradas "caso de polícia" pelos governantes da Primeira República, lhe renderam o epíteto de "príncipe

perfeito”, ou, mais precisamente, como rei Alberto II da Bélgica disse a seu respeito: "*homem como poucos, Príncipe como nenhum*".

Baseado em volumosa documentação primária, o livro *Dom Luiz, na Grande Guerra* mostra como o Príncipe previu, viveu e analisou o conflito.

Por que Dom Luiz comprometeu e sacrificou todo o seu futuro, ingressando em uma guerra na qual o Brasil tinha se declarado neutro? Essa é a grande questão que o confrade Prof. Armando Alexandre dos Santos se propõe a responder em sua relevante obra.





**REVISTA DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E HISTÓRIA MILITAR  
DO BRASIL**



**ANO: 80 N° 108 2021**

**ISSN: 0020-3890**